



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

FERNANDA RAFFI MENEGALDO

GINÁSTICA PARA TODOS:
POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE

CAMPINAS

2018

FERNANDA RAFFI MENEGALDO

**GINÁSTICA PARA TODOS:
POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação Física, na Área de Educação Física e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Fernanda Raffi Menegaldo e orientada pelo Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto.

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 130427/2016-0

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

M642g Menegaldo, Fernanda Raffi, 1992-
Ginástica para Todos : por uma noção de coletividade / Fernanda Raffi
Menegaldo. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Marco Antonio Coelho Bortoleto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação Física.

1. Ginástica. 2. Comunidade. 3. Cooperação. 4. Trabalho coletivo. I.
Bortoleto, Marco Antonio Coelho. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Gymnastics for All : for a collectivity notion

Palavras-chave em inglês:

Gymnastics

Community

Cooperation

Collective work

Área de concentração: Educação Física e Sociedade

Titulação: Mestra em Educação Física

Banca examinadora:

Marco Antonio Coelho Bortoleto [Orientador]

Alexandre Fernandez Vaz

Marília Velardi

Data de defesa: 28-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto
Universidade Estadual de Campinas
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da banca

Profa. Dra. Marília Velardi
Universidade de São Paulo
Membro da banca

Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico este trabalho a todos que tiveram a oportunidade de ter suas experiências no campo da ginástica ressignificadas pela prática da Ginástica para Todos. Dedico também àqueles que, com convicção, insistem em fomentar essa prática pelo olhar da coletividade.

ETERNA GRATIDÃO

Ao meu orientador, *Marco Antonio Coelho Bortoleto*, por me ensinar que o principal deste caminho é o exercício do pensar. Por depositar em mim a confiança que sei que deposita e por ter compartilhado comigo uma de suas convicções, me oferecendo a oportunidade de desenvolver este trabalho.

Aos membros da banca, que aceitaram nosso chamado para a construção desta pesquisa, Prof. Dr. *Rafael Madureira*, Prof. Dr. *Odilon Roble*, e especialmente ao Prof. Dr. *Alexandre Vaz*, à Profa. Dra. *Márcia Strazzacappa* e à Profa. Dra. *Marília Velardi* que presencialmente trouxeram com delicadeza e seriedade suas contribuições para nossos devaneios.

Ao *Grupo de Pesquisa em Ginástica*, GPG, por todos os ensinamentos e oportunidades ao longo dos últimos anos, mas também por reunir um grupo de pessoas que dividem uma mesma paixão, possibilitando que eu continuasse a viver a ginástica dentro da universidade.

Ao *Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Ginástica*, GEPPEGIN, e de forma mais especial a Profa. Dra. *Laurita Schiavon*, pessoa e profissional indispensável para minha formação durante a realização deste trabalho. Agradeço por ter mantido sempre as portas abertas e por torcer por mim como sinto que torce.

Ao Prof. Dr. *Ademir De Marco*, peça essencial para o início de meu envolvimento com a pesquisa acadêmica, orientador desses primeiros passos que para sempre serão lembrados com muito carinho. Gratidão por acompanhar cada etapa desse caminho com entusiasmo e energia, sempre na torcida para meu sucesso e felicidade.

A coordenação do Programa de Pós-graduação da FEF-Unicamp, Prof. Dr. *Edivaldo Góis*, pela oportunidade e espaços de voz que me concedeu durante minha participação na Comissão de Pós-graduação, lugar onde aprendi um pouco mais sobre o exercício da escuta e da fala. Gratidão também a *Simone Malfatti Ganade Ide*, pela disponibilidade e ajuda com minhas dúvidas como aluna e de representante.

Ao *Grupo Ginástico Unicamp*, GGU, coletivo que transformou minha vida e de tantas outras pessoas. Espaço onde foi possível entender a ginástica que queria fazer, ensinar e estudar e que ao longo de alguns anos intensos me possibilitou as amizades mais especiais que tenho hoje. Entre idas e vindas de pessoas queridas, gratidão a esse coletivo que me fez mais humana.

Às amigas em tempo integral desse processo, *Camila Milani, Daniela Soares, Helen Maria e Leonora Cardani*, todas elas presentes que ganhei do GGU e peças essenciais em cada etapa deste trabalho e de minha vida nos últimos anos.

Aos amigos que tornaram a rotina mais fácil, cada um deles de um jeito particular, *Carolina Godoy, Douglas Silva, Gabriel Coimbra, João Gabriel, Kássia Mitally, Laura Tostes, Letícia Queiroz, Lívia Beatriz, Murilo Toledo, Tabata Almeida, Tamiris Lima, Jéssica Shizuka, Thais Gonçalves*, entre tantos outros.

Aos amigos de outras horas que, mesmo não integrando meu dia a dia, permanecem queridos e presentes, *Murilo Roveri*, também presente do GGU, e *Adriana Wisnik, Taline Bueso e Camila Castro*, presentes de outras fases da vida.

Às minhas irmãs, *Luciana e Patrícia*, extensões de mim, que a todo instante me fazem lembrar de onde vim e para onde quero ir, sempre na tentativa de ser a melhor versão da caçula perfeita que elas esperam.

Aos que iniciaram e permitiram que meu caminho me trouxesse até aqui, *meus pais*, as pessoas que mais amo no mundo por estarem ao meu lado a cada passo, me incentivando e acreditando mais em mim do que eu mesma consigo acreditar. Não existe gesto ou palavra que expresse minha infinita gratidão por vocês.

Ao *Fábio*, meu companheiro, que há alguns bons anos vem me apoiando em todas as minhas escolhas, mesmo que elas impliquem em voos intensos. Minha gratidão pela paciência, pela compreensão e pelo carinho diário que alimenta todos os meus sonhos e me lembra de forma recorrente a sorte que tenho.

Por fim, agradeço a *Deus* por ter escolhido a dedo cada uma dessas pessoas que têm passado pela minha vida, permitindo que eu me sinta querida e amada do jeito que eu me sinto.

*No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais*

*Você não sente, não vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
O que há algum tempo era novo, jovem
Hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer*

*"Velha roupa colorida"
Elis Regina*

RESUMO

Construir uma noção de coletividade para a Ginástica para Todos (GPT) consistiu no objetivo desta pesquisa, explorando os elementos que a compõe quando experienciada por um grupo de GPT. Para tal, realizamos um trabalho teórico, mais precisamente, um ensaio, entrelaçando conceitos e análises de autores da sociologia com aspectos próprios do debate da GPT, oriundos de uma minuciosa revisão bibliográfica. O texto tem início com uma apresentação da GPT a partir de uma abordagem pautada na experiência da pesquisadora, contexto de onde emerge a problemática da pesquisa. O primeiro capítulo visa aproximar o leitor ao objeto de estudo, por meio de uma análise do discurso produzido pelos pesquisadores da área bem como pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), buscando, em suma, elencar os elementos que justificam a relevância do aprofundamento teórico sobre a noção de coletividade no âmbito da GPT. Essa noção ganha densidade teórica nos dois capítulos seguintes, fundamentalmente por meio da discussão dos elementos que a compõem: cooperação, respeito, reconhecimento, sentimento de pertença, comunidade, rituais, corpo, experiência, tempo, processo, valorização das experiências individuais, participação ativa, conflitos, busca por consenso e construção coletiva. Feito isso, o capítulo quatro aborda o processo de individualização da sociedade como via contrária ao desenvolvimento do potencial coletivo dessa prática, contraponto que vai se construindo por meio da discussão da lógica da GPT e de seus desdobramentos como prática corporal, evidenciando as particularidades de seu coletivo. A intenção, ao fim deste estudo, é evidenciar a emergência de uma potencialidade coletiva particular, isto é, coerente com as características e possibilidades da GPT e, quando desenvolvida, constituída no interior de cada grupo de maneira única e coesa com as escolhas pedagógicas do coletivo.

Palavras-chave: ginástica; comunidade; cooperação; trabalho coletivo.

ABSTRACT

The aim of this study is to build a notion of collectivity for Gymnastics for All (GfA), exploring the elements that compose this notion when it is experienced by a GfA group. For this, we carried out a theoretical research, more specifically, an essay, which was based on a thorough literature review. The study begins with a presentation of Gymnastics for All from the experience of the researcher, therefore, the context from which emerges the problem of this research. The first chapter aims to bring the reader closer to the object of study, through a discourse analysis produced by the researchers of the area and by the International Gymnastics Federation. This debate aims to point out aspects that justify the theoretical deepening on the notion of collectivity within the GfA. This notion gains theoretical density in the following two chapters, through the discussion of elements that comprise it: cooperation, respect, recognition, sense of belonging, community, rituals, body, experience, time, process, valuation of individual experiences, conflicts, search for consensus and collective construction. The fourth chapter approaches the process of society individualization as opposed to the development of the collective potential of this practice, a counterpoint that is built through the discussion of the logic of Gymnastics for All, highlighting the particularities of its collective. The intention, at the end of this study, is to point the emergence of a potential particular collective, that is coherent with the characteristics and possibilities of the GfA and, when developed, constituted within each group in a unique form, consistent with the pedagogical choices of the collective.

Key-words: gymnastics; community; cooperation; collective work.

LISTA IMAGENS

Imagem 1: Oficina de GPT conduzida pelo GGU com alunos do curso de EF da Universidad de La Matanza, em Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 2017.....	17
Imagem 2: Conjunto infantil de GR do Clube Campineiro de Regatas e Natação no II Torneio Nacional de GR, realizado em Brasília em 2003.	20
Imagem 3: Grupo Ginástico Unicamp durante apresentação no FIG Gala da <i>XV World Gymnaestrada</i> de 2015, em Helsinque, Finlândia.	23
Imagem 4: Prova de barra fixa de Ginástica Artística realizada nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, na Suécia, em 1912.	28
Imagem 5: Ginástica de grande área durante o VIII Sokol Slet realizado em Praga, na República Tcheca, em 1926.....	30
Imagem 6: Ginástica de grande área durante a XV WG, realizada em Helsinki, na Finlândia, em 2015.....	31
Imagem 7: Grupo grego Olympiada Thrakomakedonon, vencedor do troféu Bruno Grandi do III <i>World Gym for Life Challenge</i> , realizado em julho de 2017, na Noruega.	35
Imagem 8: Grupo da Suíça durante apresentação na XV WG, realizada em julho de 2015, em Helsinque, na Finlândia.....	37
Imagem 9: Apresentação coletiva de vários grupos simultâneos durante o Festival Dinamarquês, realizado em, em junho de 2017.....	39
Imagem 10: Coreografia apresentada no <i>Japan Gymnastics Festival</i> , Festival Japonês, realizado em Tokyo, em novembro de 2015.....	40
Imagem 11: Grupo da Universidade Estadual de Maringá durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas em 2005.	51
Imagem 12: Grupo japonês Nittaidai durante apresentação na noite de gala da FIG realizada na XX WG de 2015, em Helsinki, na Finlândia.....	52
Imagem 13: Grupo durante apresentação no evento Deutsches Turnfest realizado na Alemanha.	60
Imagem 14: Grupo durante apresentação na XIII WG 2007, realizada na Áustria.....	71

Imagem 15: Grupo de GPT durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	78
Imagem 16: Grupo durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	83
Imagem 17: GGU durante conversa antes das apresentações no Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2014.....	86
Imagem 18: Grupo de Castellers, prática coletiva tradicional em Barcelona, na Espanha.	88
Imagem 19: Grupo de escolares durante apresentação em Festival do VII Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2014.....	90
Imagem 20: Grupo intergeracional “GGU Pais e Filhos” em apresentação no VII Fórum Internacional da GG, realizado em Campinas em 2014.....	93
Imagem 21: Grupo de grande área durante apresentação no Festival Midnight Sun, realizado na XV WG, em Helsinque, na Finlândia, em 2015.....	95
Imagem 22: Grupo durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, em Campinas, em 2010.....	97
Imagem 23: Acrobacia durante coreografia realizada na Noite Nacional dos Países Nórdicos da XV WG 2015, em Helsinque, na Finlândia.	102
Imagem 24: Grupo durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	105
Imagem 25: Grupo de grande área durante apresentação no festival de encerramento da XV WG, em Helsinque, na Finlândia, em 2015.	108
Imagem 26: Grupo de GPT durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	109
Imagem 27: Acrobacia realizada por uma dupla durante momento de interação entre grupos durante a XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	110
Imagem 28: Seleção da Rússia de GR durante prova de conjunto misto nos Jogos Olímpicos 2016, no Rio de Janeiro.	119

Imagem 29: Grupo de grande área durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.	126
Imagem 30: Trio da Grã-Bretanha de Ginástica Acrobática durante série realizada no <i>Acro World Cup</i> , realizado em Portugal, em 2017.	128
Imagem 31: Grupo Chatooga dos Estados Unidos, participante do II <i>World Gym for Life Challenge</i> , realizado em julho de 2013, na África do Sul.	131
Imagem 32: GGU na coreografia Piaba, durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2010.	132
Imagem 33: Grupo brasileiro durante apresentação na XV WG 2015, realizada em Helsinki na Finlândia.	134
Imagem 34: GGU durante apresentação da coreografia Formas e Sons na cidade de Tallin, na Estônia, em julho de 2015.	137

SUMÁRIO

REDESCOBRINDO O COLETIVO: A GINÁSTICA PARA TODOS COMO EXPERIÊNCIA E COMO OBJETO DE ESTUDO	15
1. GINÁSTICA PARA TODOS: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO E O OLHAR ACADÊMICO-CIENTÍFICO	25
1.1. O olhar da Federação Internacional de Ginástica	26
1.2. O olhar dos estudiosos da Ginástica para Todos	41
1.3. Uma síntese do diálogo sobre a Ginástica para Todos	49
2. POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE: OS ELEMENTOS ALICERCES	52
2.1. Cooperação e respeito	60
2.2. Reconhecimento	71
2.3. Comunidade, pertencimento e rituais.....	78
3. POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE: OS ELEMENTOS VIVIDOS	88
4. A LÓGICA DA GINÁSTICA PARA TODOS: NOTAS SOBRE UMA PRÁTICA CORPORAL NA CONTRAMÃO DA INDIVIDUALIZAÇÃO	109
4.1. Processo de individualização da sociedade	110
4.2. A Ginástica para Todos no contexto das práticas corporais e gímnicas	116
4.3. A lógica da Ginástica para Todos e as particularidades de seu coletivo	126
TENSO E INTENSO: AMARRANDO AS IDEIAS SOBRE O COLETIVO NA GINÁSTICA PARA TODOS	137
REFERÊNCIAS.....	142

REDESCOBRINDO O COLETIVO: A GINÁSTICA PARA TODOS COMO EXPERIÊNCIA E COMO OBJETO DE ESTUDO

A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, é o que ele se torna com isso.

John Ruskin

Quisera eu imaginar que um dia faria um trabalho como este. A verdade é que, mais do que iniciar, terminar esse texto me surpreende e espanta. Surpreende-me, pois abdiqueei de outra prática, do esporte de competição, da minha “menina dos olhos”, a Ginástica Rítmica (GR), com a qual convivi durante muito tempo. Espantame, pois, após tantos anos dedicados à GR, parece que a deixei de lado. Mais ainda, deixei de acreditar que ela seria capaz de me ouvir; deixei de crer que a demanda da minha vida profissional era essa. Eu ainda a amo e por mais dura que seja, essa prática me fascina. Mas em algum momento – que não sei precisamente qual foi – deixei escorregar entre meus dedos a paixão que tirava o fôlego, que cegava os olhos, atenuava os ouvidos e proporcionava força à minha jovem caminhada. O fato é que me distanciei dessa prática na medida em que passei a ver e viver a ginástica de outras formas.

Acho que é porque eu cresci. Amadureci, talvez. Vi e ouvi coisas que não conhecia, algumas até que não queria. Estudei, refleti e, a partir dessas experiências, permiti-me discordar, após uma longa caminhada tomada por uma espécie de disciplina ou doutrina que me conduzia para longe de questionamentos, envolvida em rotinas e modos de fazer bem definidos, estáveis, ou dóceis, como diria Michel Foucault (1987). E aí, a passos largos, porém tensos, fui conseguindo desconstruir algumas das verdades que balizavam meu entendimento da vida, da minha profissão e, sobretudo, do objeto das minhas reflexões: a ginástica. Assim, permiti-me conhecer outros espaços para além do ginásio de treinamento e um deles, felizmente, passou a consumir grande parte do meu tempo e da minha energia: a universidade aflorou minha “paixão” pelo esporte, de forma particular pela ginástica, oferecendo outros caminhos, outras possibilidades para entender e intervir em tudo isso.

No entanto, até o fim do primeiro ano do curso na Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp, eu resisti. Fielmente acreditava que meus incômodos profissionais que surgiam dentro do ginásio eram apenas questão de tempo e que esse mesmo tempo seria responsável por modificar o meu caminho com algumas mudanças que já naquela época julgava, em silêncio, serem necessárias em meu contexto e em minha atuação. Também seria ele, o tempo, responsável por conduzir minha boa trajetória junto ao esporte que me desenhava como pessoa e que incentivou grande parte de minhas escolhas profissionais. Eu devo muito a essa parte da minha história porque, no fundo, uma parte expressiva da rigidez, da disciplina e da teimosia dessa época se instalaram em mim para sempre e, hoje, eu até acho isso positivo quando consigo direcionar essas energias para os caminhos que acredito serem oportunos.

A verdade é que nem eu sabia da necessidade que tinha, naquele determinado momento, de ser ouvida e notada mais do que como profissional; de ser parte de algo que me reconhecesse como ser que é o que vive e que me disponibilizasse espaço e tempo para esse processo de desconstrução. E sinto muito se isso soa romântico, mas foi aí, exatamente nesse período, após 15 anos treinando e atuando no interior de um ginásio de competição, que eu conheci o Grupo Ginástico Unicamp (GGU), um consolidado projeto de extensão da FEF-Unicamp, que combina o ensino, a pesquisa e a extensão no espaço universitário de um modo particular. De imediato passei a frequentar o Grupo de Pesquisa em Ginástica (GPG), também da FEF-Unicamp, coletivo que desde a década de 1990 tem atuado no estudo e na difusão da Ginástica para Todos (GPT), prática denominada até pouco tempo como Ginástica Geral (GG).

Para além de tornar-se uma influência pedagógica no contexto da prática e atuação docente, o GGU conquistou espaço também no ambiente acadêmico, tornando-se, mais uma vez, um dos responsáveis não apenas pelo surgimento de outros grupos de extensão universitária de GPT, mas também pela formação de diversos pesquisadores/docentes que hoje atuam em diferentes universidades de

todo país, ampliando as discussões sobre a possibilidade de praticar ginástica. A partir de uma inovadora proposta pedagógica, reconhecida nacional e internacionalmente (PAOLIELLO; TOLEDO; AYOUB; BORTOLETO; GRANER, 2014; AYOUB, 2013), o GGU constituiu-se num importante espaço para o desenvolvimento da GPT no Brasil. Um espaço que rapidamente atraiu minha atenção e dedicação.



Imagem 1: Oficina de GPT conduzida pelo GGU com alunos do curso de EF da Universidad de La Matanza, em Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 2017.¹

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Que o GGU se constitui numa experiência apaixonante, muitos irão concordar. Contudo, não é sobre o GGU como grupo de GPT com grande importância acadêmica ou grupo que se apresenta e que viaja que quero falar aqui. Essa parte do GGU dispensa qualquer comentário: é realmente maravilhosa (SAROA, 2017). O que me parece relevante dissertar aqui é sobre o GGU – das pessoas que o fazem existir – como grupo que me ouviu e percebeu, exatamente da maneira como eu precisava. Do GGU que, num processo “quase mágico”, fez-me sentir “mais

¹As imagens utilizadas neste estudo não são referentes a material ou dados de pesquisa. Elas possuem uma função ilustrativa e detêm, em nosso ver, significados que condizem com a temática desenvolvida neste trabalho, podendo auxiliar o leitor na compreensão de determinados trechos.

humana” e proporcionou-me a convivência com pessoas incríveis, todas muito diferentes de mim. Mais ainda, do GGU que permitiu florescer em mim tudo o que a GPT tem como potência, como possibilidade latente, incluindo, a coletividade². Mas sobre ela tratarei mais adiante. De momento, julgo fundamental falar daquilo que o GGU me ofereceu, levando-me a uma profunda transformação pessoal e profissional (MENEGALDO; BORTOLETO, 2017).

Minha vivência nesse grupo me tirou da minha zona de conforto e uma das experiências que concordei em viver a partir desse momento foi a pesquisa acadêmica. Viver a universidade, os projetos de extensão, os congressos, os grupos de estudo, a iniciação à pesquisa, a construção de minha monografia, tudo isso desenhou, gradualmente, a construção de um novo desejo profissional: tornar-me professora universitária e pesquisadora.

Foi precisamente esse processo que me trouxe até aqui. Durante a graduação, investi todo o meu esforço em reflexões sobre a ginástica competitiva. Encerrei essa etapa com um Trabalho de Conclusão de Curso que sintetiza bem minha trajetória nessa área, uma vez que me foi concedida a oportunidade de desenvolver um trabalho no ambiente no qual tive toda minha experiência e história com a GR, analisando o depoimento de algumas das pessoas que estiveram comigo nessa jornada, buscando compreender, agora do ponto de vista acadêmico, alguns dos problemas por nós vividos naquele contexto (MENEGALDO; TOLEDO; BORTOLETO, 2017). Ao ter a oportunidade de ingressar no programa de mestrado da FEF-Unicamp, tive a sorte de ser orientada a repensar também a ginástica que queria estudar. Sem ainda saber com precisão o que queria, optei pela GPT, movida pelo sentimento positivo que a prática dela no GGU me havia propiciado.

Por agora, limito-me a caracterizar a GPT como uma prática gímnica coletiva, essencialmente não competitiva, que se manifesta, prioritariamente, por

²Aproveitamos a utilização da palavra “coletividade” para esclarecer o uso dessa expressão, bem como do termo “coletivo”. Em nosso entendimento, a coletividade é a ação possibilitada pelo coletivo, sendo o coletivo, portanto, a condição e o caminho para o que chamamos de coletividade. Porém, desde já, evidenciamos que, a partir desse entendimento, a coletividade pode ou não ser desenvolvida por um coletivo, ou seja, nem todos os coletivos possuem a coletividade que trataremos neste estudo.

meio de apresentações (AYOUB, 2013; BORTOLETO, 2008a; PAOLIELLO; TOLEDO; AYOUB; BORTOLETO; GRANER, 2014). De fato, meu primeiro contato com a GPT no GGU revelou-se como uma das experiências mais incômodas que eu havia tido até então. Nessa ocasião eu podia falar; aliás, o grupo dizia que eu precisava falar. Eu podia opinar; o grupo insistia, indiretamente, demonstrando que minha opinião importava. No cotidiano do grupo, a opinião de todos era desejada. Esse exercício constante do diálogo e da voz me incomodou durante um longo tempo, uma vez que não havia feito parte da minha experiência com a ginástica até aquele momento. De fato, a participação ativa fomentada pelo diálogo e por esse espírito coletivo que o GGU proporcionava não esteve presente na minha prática da GR. Talvez não coubesse mesmo naquele contexto. Pode ser que, por conta dos objetivos competitivos, fomentar o diálogo e a livre e fluída expressão de maneira crítica não sejam boas estratégias. Não ali, dentro do ginásio.

O contato com a GPT no interior do GGU revelou uma nova e estranha sensação de que eu não sabia falar e, muito menos, ouvir. Por vezes, faltou-me paciência com as inacabáveis trocas de opinião durante as discussões do grupo. Em outras, eu me senti incapaz e sem habilidade dentro de um grupo de ginástica em que a maioria dos integrantes não tinham experiências anteriores com essa prática. Meu repertório corporal, técnico ou minhas qualidades físicas não eram suficientes ali e bem mais adiante percebi que a habilidade que me faltava era de outra ordem: era sobre pessoas, sobre convivência, sobre a construção de um sentido diferente de coletivo. As experiências anteriores com prática da GR, especialmente as minhas preferidas provas de conjunto, me faziam pensar que estar em grupo era sinônimo de coletividade; a experiência da GPT me permitiu perceber o quão limitada era essa sensação.

Foi dessa forma que meu entendimento sobre o caráter coletivo da GPT foi sendo instigado, aflorando um olhar sobre sua singular conjuntura e sobre sua importância para essa forma de praticar ginástica. Foram incontáveis as conversas nas quais meu orientador, com suas palavras sempre influenciadas pelo seu teórico

preferido, Pierre Parlebas, me alertava acerca da coletividade da GPT, dizendo que essa característica representava sua maior singularidade, embora em potência, não em presença. Fui descobrindo, em paralelo a isso, que todas as ressignificações pessoais e profissionais que vinha vivendo eram resultado da convivência e das reflexões realizadas em torno desse outro olhar para a prática da ginástica. E, de certa maneira, entendo como um privilégio o fato de ter vivido a ginástica competitiva em momentos anteriores: isso me ajuda diariamente a perceber com mais nitidez algumas diferenças.



Imagem 2: Conjunto infantil de GR do Clube Campineiro de Regatas e Nataçao no II Torneio Nacional de GR, realizado em Brasília em 2003.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Passamos a especular, então, que o caráter coletivo dava sentido, catalisando muitas das outras características próprias à prática da GPT. Por isso, discutir com maior densidade esse “coletivo” passou a ser fundamental, mesmo reconhecendo, principalmente a partir da experiência no GGU, que essa característica amplifica certas propriedades da GPT e, de forma simultânea, gera tensões, uma particular intensidade nas relações, dilatando o tempo necessário para que uma proposta seja concretizada. Sendo assim, a experiência no GGU disparou uma

inquietação acadêmica: a de construir argumentos teóricos que sustentassem esse sentido coletivo e como ele pode afetar e modular a prática da GPT.

Entendo e concordo com a proposição de que a GPT pode contribuir na formação pessoal e profissional, como já adiantou Souza (1997) há mais 20 anos; e que pode propiciar experiências sociais relevantes como foi destacado também por Pérez Gallardo (1997). Pode também permitir a construção e a demonstração de coreografias de modo coletivo, nos termos debatidos por Almeida (2016), sendo possível, ainda, fomentar a criatividade, a inclusão e outros elementos já mencionados. No entanto, não satisfeitos, a possibilidade de construir um “espírito coletivo”, num mundo que nos conduz a práticas e comportamentos cada vez mais individualizados, parecia-nos um problema de enorme relevância em meio a tantas outras possibilidades de pesquisa. Com a emergência dessa inquietação, estruturamos o objetivo deste estudo: discutir quais são os elementos que compõem a noção de coletividade no contexto particular da GPT.

Confesso que não foi uma tarefa muito fácil e é grande meu receio em expor essa tentativa de articulação de ideias que, de maneira simples, representa o movimento da prática para a teoria. Por isso, procurei referenciais em outras áreas do conhecimento, buscando uma compreensão mais ampla e densa, que certamente recobre o trabalho de riscos e incertezas. Por vezes – muitas, aliás –, perdi a paciência na tentativa de compreender um conceito ou uma ideia, ou ainda na sensação de desconforto em compreendê-las e ter de pensar diferente. Nos momentos em que esses sentimentos afloram, lembro-me de sábias palavras de quem me conduziu nesse caminho, que diziam que, ao fim dele, se as dúvidas se multiplicassem e as reflexões se aprofundassem cada vez mais num amplo e infinito campo de ideias, esses seriam sinais positivos, indícios de uma boa tentativa de reflexão. Talvez seja o aqui e o agora o começo de um processo que não tem fim – e sou grata por isso.

Por meio de uma estratégia argumentativa, a pesquisa constituiu-se em um trabalho teórico, no qual é possível sistematizar, ordenar e interpretar as informações acerca do objeto de estudo. Em outras palavras, este estudo, caracterizado como um

ensaio teórico, buscou operar a teoria sobre a própria teoria, caminho esse que foi respaldado pelas produções textuais obtidas por meio da revisão de literatura acerca do tema de análise (LAVILLE; DIONNE, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2008; SALVADOR, 1986; TRIVIÑOS, 1987), principal ferramenta metodológica utilizada.

Aproveito para esclarecer que nesse primeiro momento do texto utilizei a minha voz, única e exclusivamente, redigindo em primeira pessoa do singular, devido à necessidade de retratar como o tema da pesquisa emerge de minha trajetória pessoal. Porém, mais adiante farei uso da voz na primeira pessoa do plural. Entendo que me abster do sujeito da voz não me parece uma boa opção, considerando um estudo que deseja mostrar a importância de todas as vozes. Por sorte, novamente, fui orientada a repensar o que é a autoria de trabalhos como esse, senão um coletivo que, gradualmente, vem me permitindo consolidar meus pensamentos. O trabalho é “nosso” e a voz será “nossa”.

Minhas primeiras palavras mais se assemelham a um resgate de sentimentos pessoais do que de uma introdução formal e acadêmica e foi exatamente esse o meu propósito. Vejo algum sentido em destacar essas passagens, mesmo que se fundamentem na minha experiência pessoal, pois todo esse processo se caracteriza como uma das principais justificativas para a realização deste estudo. Relatos da minha história, entretanto, terminam por aqui.



Imagem 3: Grupo Ginástico Unicamp durante apresentação no FIG Gala da XV *World Gymnaestrada* de 2015, em Helsinque, Finlândia.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

O texto tem início por essa introdução, que encaminhamos para o fim, na qual apresentamos o encontro da experiência da autora com a convicção do orientador acerca da prática estudada, o que deu origem aos questionamentos que, mais adiante, resultaram na concretização de um objeto de estudo: a coletividade na GPT. Após isso, o primeiro capítulo debate a GPT, ressaltando como é constituída pelos estudiosos da área e pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), buscando ainda conhecer como o coletivo é debatido nesses discursos.

Posteriormente, desenvolvemos uma análise dos elementos que compõem uma possível noção de coletividade no contexto da GPT. Assim, no segundo capítulo discutimos os elementos que acreditamos serem os alicerces da noção proposta, pautados na relação indivíduo-sociedade, tais quais a cooperação, o reconhecimento, o respeito, o pertencimento, bem como a ideia de comunidade e seus rituais. Subsidiados por esses alicerces, o capítulo três apresenta um conjunto de elementos que conduzem o interior do grupo a uma harmonização das diferenças por meio de

uma coletividade “vívuda”, sendo eles o corpo, a experiência, o tempo, o processo, a valorização das experiências individuais, a participação ativa, os conflitos, a busca pelo consenso e a construção coletiva.

O quarto capítulo esboça um olhar sobre a lógica interna da GPT no contexto das práticas corporais e, mais especificamente, das práticas gímnicas, estabelecendo alguns paralelos com o processo de individualização da sociedade, que entendemos estar na contramão da noção de coletividade empreendida neste estudo. Por fim, nas Considerações Finais retomamos de maneira breve alguns tópicos que alicerçam a construção desse olhar coletivo para a GPT, além de tecer alguns esclarecimentos sobre os limites da argumentação, os aprendizados e as perspectivas futuras.

1. GINÁSTICA PARA TODOS: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO E O OLHAR ACADÊMICO-CIENTÍFICO

Ler significa reler e compreender. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é sempre um coautor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita.

Leonardo Boff

Todo início de pesquisa requer algumas escolhas. Escolha do problema, do objeto de estudo, dos conceitos empregados ou da metodologia, embora, por vezes, sejam definições precárias, parciais ou imprecisas, ainda assim são necessárias para a construção da argumentação. Lê-se muito, de muitos lugares, de muitos autores, para que as inquietudes sejam tratadas e as dúvidas minimizadas em cada linha redigida.

Tentar conceituar a GPT é tarefa árdua, frequentemente frustrante. Alguns estudiosos ousaram fazê-lo (SANTOS; SANTOS, 1999; PÉREZ GALLARDO; SOUZA, 1995). Por vezes, é mais fácil conceituá-la por exclusão ou negação, isto é, dizendo o que a GPT não é. No entanto, atribuir características e dizer o que essa prática é, dispensando o que ela deixa de ser, parecia o melhor caminho. Foi após muitas tentativas, nas quais em nenhuma delas chegou-se a um desfecho definitivo, que nos convencemos de que um conceito ou concepção de GPT serão sempre aproximações, mais ou menos precisas, sempre inacabadas na medida em que dificilmente contemplam tudo aquilo que a GPT é ou pode ser.

Dessa forma, parece-nos, a priori, que a prática da GPT deve ser acompanhada de um lembrete: ela é o que se deseja que seja. Caminhando sobre diretrizes muito amplas, os vários entendimentos acerca dessa prática gímnica devem ser respeitados a partir do momento em que se constituem em perspectivas históricas e culturais bastante distintas em diferentes lugares. No entanto, isso imediatamente nos liberta para pensar, praticar e ensinar a GPT em que acreditamos, aquela que confiamos ser a sua melhor versão, tendo e respeitando a possibilidade de vários olhares.

Por tudo isso, o presente capítulo apresenta diferentes formas de se olhar e “conceituar” a GPT, tratando, mais precisamente, de observar a presença ou não do caráter coletivo que tanto nos interessa. O que se propõe é uma análise produzida a partir do discurso da Federação Internacional de Ginástica (FIG) e de distintos pesquisadores dessa temática, estudados e confrontados após uma longa e profícua revisão bibliográfica sistematizada. Um esforço que julgamos necessário na medida que nos auxiliará a construir a ideia de GPT que acreditamos permitir o exercício da noção de coletividade que traremos posteriormente.

1.1. O olhar da Federação Internacional de Ginástica³

Para analisar a perspectiva oferecida pela FIG sobre a GPT, realizamos a análise de documentos oficiais, na tentativa de compreender a concepção atual, bem como a trajetória histórica dessa prática após sua institucionalização, uma vez que seu reconhecimento já existia previamente por essa mesma instituição. Esses documentos⁴ são, quase que em sua totalidade, páginas da web (11) e arquivos on-

³ É importante ressaltar que o panorama da GPT na FIG já foi realizado em muitos trabalhos acadêmicos, especialmente em Ayoub (2013, 1998) e Santos e Santos (1999). Portanto, destacaremos apenas o que julgamos necessário para as nossas discussões posteriores.

⁴ Os títulos das páginas e documentos analisados são: History of GfA, The importance of Sports for All, Logos GfA, Statistics GfA, Fast facts GfA, World Gym for Life Challenge, World Gymnaestrada, Continental Unions, FIG Foundation, Key dates and numbers, Milestones, Statutes 2017, World Gym for Life Challenge Regulation, Manual of GfA, History goes on, General Gymnastics.

line em formato PDF (3) de acesso público, disponíveis no site oficial da FIG, além de dois documentos em formato de livro.

Como foi comentado, algumas produções científicas já exploraram a relação da FIG com a GPT. Do ponto de vista histórico, reconhecendo a FIG como uma instituição reguladora-gestora, observamos alguns pontos comuns nos estudos que versam sobre essa prática, analisando o surgimento da instituição, em 1881, ainda como Federação Europeia de Ginástica, e sua expansão internacional, que deu origem à Federação Internacional de Ginástica, em 1921 (FIG, 2006a), sendo cenário de um conflito interno entre “competição e participação” (FIG, 2006a).

Nicolas Cuperus e Charles Cazalet são personagens, ainda do século XIX e início do século XX, que se destacam ao procurarmos pela história dessa instituição e que representam, respectivamente, a ginástica de participação e a ginástica de competição, a ginástica do acesso e a ginástica da elite, a ginástica que hoje seria “para todos” e a ginástica que hoje seria “para poucos”.

Embora a origem da FIG tenha sido pautada na GPT, sua história, já nas suas primeiras décadas de existência, mostra uma grande valorização das ginásticas competitivas (FIG, 2014a; FIG, 2006a; FIG, 2016a), que acabou por ser responsável pela sistematização das práticas gímnicas, e conseqüentemente, pela esportivização (codificação e regulamentação) de diferentes práticas ginásticas, algumas das quais, ao longo do século XX se consolidaram como modalidades gímnicas esportivas (SILVA, 2014).

Dessa maneira, o século XX, período da consolidação da FIG como instituição máxima da ginástica internacionalmente, foi sem sombra de dúvidas um período de prosperidade para as ginásticas competitivas, que se agregaram a essa entidade na seguinte ordem cronológica: Ginástica Artística Masculina (GAM), Ginástica Artística Feminina (GAF), Ginástica Rítmica (GR), Ginástica Aeróbica, Ginástica de Trampolim e Ginástica Acrobática. Ao analisarmos alguns dos documentos encontrados (FIG, 2006a; FIG, 2016a), podemos perceber que, algumas dessas modalidades, como a GAM e a GAF, não só foram institucionalizadas, mas

tiveram seus processos de esportivização (ELIAS; DUNNING, 1992) expressivamente mediados pela FIG, ao passo de que a instituição foi responsável pela organização e sistematização das primeiras competições internacionais dessas práticas, reconhecendo-as e incorporando-as na medida em que se consolidavam como esporte.



Imagem 4: Prova de barra fixa de Ginástica Artística realizada nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, na Suécia, em 1912.

Fonte: Site Getty Images (Best of Stockholm 1912 Olympic Games).

Outras modalidades, porém, já haviam sido esportivizadas, tendo competições internacionais e federações próprias – como é o caso da Ginástica Acrobática e da Ginástica de Trampolim – e foram posteriormente incorporadas à FIG, outorgando a ela “total” poder de decisão sobre o futuro dessas práticas. A expansão da FIG ao longo do século XX, principalmente devido ao sucesso da Ginástica Artística nos Jogos Olímpicos, foi decisiva para a incorporação das outras modalidades na instituição. Esse processo de incorporação mantém-se dinâmico, incorporando nesse momento as competições de “Parkour” (FIG, 2017) e, quem sabe, de outras modalidades no futuro, como a Ginástica Estética de Grupo (Aesthetic

Group Gymnastics – AGG) ou o TeamGym, modalidades que já possuem federações internacionais próprias.

No entanto, no que se refere à GPT, a história não parece tão claramente contada. De fato, são poucos os dados disponíveis sobre uma prática que há décadas move milhares de praticantes, a maioria deles nos países que deram origem à FIG (Suíça, Alemanha, Bélgica, França). Isso se deve, talvez, pelo fato de que essa prática já existia e se manifestava pelo mundo afora para além do controle e supervisão da FIG, como uma prática que por muitas décadas possuía o complemento “para todos” subentendido na única e simples expressão “Ginástica”.

Entre os textos que analisamos, existe um período de poucas informações oficiais acerca da GPT, período que se localiza entre dois momentos marcantes da história dessa instituição: o primeiro deles ocorre em 1881, sua fundação, quando o discurso com ênfase na ginástica de participação, idealizado pelo patriarca da instituição, o belga Nicolas Cuperus, é suplantado pelo da ginástica de comparação (competitiva) e defendido pelo francês Charles Cazalet; já o segundo momento, em 1939, é marcado pelo início oficial dos primeiros passos para a constituição do maior evento de GPT promovido pela FIG, a *World Gymnaestrada* (WG), evento idealizado pelo holandês Johan Heirinch François Sommer e que tem sua primeira edição em 1953. De algum modo, esse segundo momento resgata o ideal de Cupérus, ao mesmo tempo que atende uma “demanda” de algumas federações filiadas no sentido de “incluir” a ginástica não competitiva oficialmente na FIG (FIG, 2014a).

Se levarmos os dados encontrados ao pé da letra, parece que a prática da GPT e, por conseguinte, o ideal de Cupérus, permaneciam esquecidos. No entanto, o “silêncio” dos documentos da FIG sobre a GPT nesse período parecem não concordar com a história da GPT, que permaneceu ativa nesse período. Talvez o mais provável seja que a hegemonia das ginásticas competitivas tenha obscurecido qualquer luz sobre a GPT na instituição. Numa perspectiva prática, a ginástica coletiva, de prática livre (não regulada) e não competitiva, características consideradas constitutivas do “núcleo primordial” da ginástica (AYOUB, 1998; FIORIN-FUGLSANG; PAOLIELLO, 2008;

SOARES, 1998), esteve presente entre as práticas do corpo desde o século XVIII, ininterruptamente, até os dias atuais. Sua prática continuou a se propagar internacionalmente, principalmente através dos festivais europeus de ginástica, como nos mostra Patrício, Carbinatto e Bortoleto (2016) e a própria FIG, quando diz que “[a] Ginástica Geral é uma prática reconhecida e não inventada pela FIG, uma vez que sua origem data de um longo tempo atrás [...] desenvolvimento da Ginástica na Europa, que se dá desde o século XVIII” (FIG, 2006b, pp. 19-20).



Imagem 5: Ginástica de grande área durante o VIII Sokol Slet realizado em Praga, na República Tcheca, em 1926.

Fonte: Site Pinterest (República Tcheca – Slet of the past).

Apesar disso, parece-nos que a prática da ginástica, contemplando as características de seu “núcleo primordial”, não é precisamente o que conhecemos por GPT atualmente, embora muitos textos indiquem essa trajetória simplesmente como “causa e efeito”. Entendemos que, após mais de um século, parte da prática gímnica, aquela que permaneceu demonstrativa e desenvolvida de modo coletivo, transformou-se na GPT em meio a um processo que agregou outras características ou mesmo outros valores àquilo que já existia.

Nesse sentido, podemos pensar que, ao longo de sua história, a ginástica demonstrativa foi institucionalizada e denominada GPT ao mesmo tempo em que manteve em seu interior, ou seja, nos grupos que a praticam, diferentes possibilidades e formas de praticar e, por certo, diferentes significados a essa prática. As demonstrações ginásticas realizadas nos festivais até o início do século XX, muitas vezes atreladas à demonstração de força e poder militar (PATRÍCIO; CARBINATTO; BORTOLETO, 2016; SOARES, 2000), podem aproximar-se a algumas manifestações que vemos nos festivais atuais. Contudo, os festivais massivos de GPT da atualidade se pautam em experiências corporais e estéticas bem distintas, mais próximas ao exercício da criatividade, inovação, liberdade e diversidade (WICHMANN, 2014). Embora não seja a intenção discutir a construção histórica da GPT, vemos emergir dessas análises detalhes importantes sobre o que poderíamos chamar da “resistência ao processo de esportivização” (SILVA, 2014), aspecto que, a nosso ver, possui uma profunda relação com o objeto principal deste estudo.



Imagem 6: Ginástica de grande área durante a XV WG, realizada em Helsinki, na Finlândia, em 2015.

Fonte: Site oficial da FIG.

Para além da criação da WG em 1953, outros fatos históricos são relevantes para a reflexão aqui exposta, como: em 1984, a criação do Comitê Técnico de GG; em 2003, alteração do nome do “Comitê Técnico de Ginástica Geral” para “Comitê de Ginástica Geral”; e em 2007, alteração do nome “Ginástica Geral” para “Ginástica para Todos, por influência do movimento intitulado Esporte para Todos (EPT), expressivamente difundido na comunidade europeia (FIG, 2006b; FIG, 2014b; OLIVEIRA; STADNIK, 2006; HARTMANN-TEWS, 2002).

Sem nos alongarmos, todas essas continuidades e descontinuidades construíram, paulatinamente, o olhar da FIG sobre a GPT, bem como seu modo particular de fomentar essa prática. Sua concepção é resultado de um processo secular que institucionalizou uma forma não competitiva de praticar ginástica em um contexto onde as formas competitivas ganharam maior protagonismo. Ao olharmos esse panorama, a GPT parece ter sido um excelente meio para impulsionar a FIG na direção daqueles praticantes que visavam o lazer, a diversão e o bem-estar na prática da ginástica. Nesse contexto, a expressão “para todos” ganha sentido.

Ao longo do tempo, foi sendo cristalizada, no discurso e na prática da GPT, uma ampla variedade de formas de fazer ginástica, sempre coletivamente. As diversidades de gênero, idade e nível de habilidade não só foram características mantidas, mas também fomentadas. Foram somadas à concepção de GPT, as ideias de experiência estética e atividade promotora de saúde e bem-estar, elementos relativamente recentes na história do corpo, mas atualmente com grande impacto social. Assim, a GPT foi mostrando diferentes maneiras de fazer ginástica com e sem aparelhos, de mesclar ginástica com dança, de criar e usar “velhos” e “novos” equipamentos. Aos olhos da FIG, assim entendemos, a GPT precisa ser enxergada amplamente, permitindo uma variedade de compreensões ou leituras, sempre como uma prática coletiva, isto é, praticada em grupo.

De início, ressaltamos que, na visão da FIG, a GPT ou Gymnastics for All (GfA) em inglês, constitui uma “disciplina” (FIG, 2016b), com status institucional similar ao dado às outras seis modalidades competitivas. Nesse ponto, questionamos:

como é possível uma mesma instituição, no caso a FIG, enaltecer as características da GPT relacionadas ao seu caráter não padronizado e diverso e, simultaneamente, classificá-la como todas as outras modalidades esportivizadas?

Nesse sentido, destacamos que, na perspectiva da federação, a prática da GPT não se baliza nos códigos de pontuação ou regulamentos. De fato, o único documento oficial disponibilizado pela FIG sobre a organização geral dessa prática, o “Gymnastics for All Manual 2016”, indica como uma espécie de filosofia o que é intitulado de “4Fs – *Fun, Fitness, Fundamentals and Friendship*”⁵ e coloca como possibilidades dessa prática a “Ginástica com ou sem aparelhos” e a “Ginástica e dança” (FIG, 2016b, p. 5). Ressalta, ainda, que essa manifestação pode se expor tanto em ambientes de simples participação, exibição, demonstração e entretenimento, como também pode se manifestar em um contexto competitivo, mais especificamente em “eventos competitivos de grupos” (FIG, 2016b, p. 5).

Para além disso tudo, a FIG propaga o entendimento de que a GPT representa o “fundamento para todas as outras ginásticas, movimentos físicos e atividades esportivas” (FIG, 2016b, p. 6), atrelando esse raciocínio à sua diversidade e à capacidade para contemplar um amplo e diverso público:

All ages, both genders, and people with disabilities can participate in gymnastics. As gymnastics is such a diverse activity, there is always something for everyone. [...] When a child comes to gymnastics for the first time, he or she starts with the fundamentals, which are the same for all disciplines. Those able to master the basic exercises are able to go on to more difficult skills, and with a lot of training and hard work, can become top-level gymnasts. But those who don't aspire to the elite level can also continue doing gymnastics. Depending on interest and need, this may be an adapted or modified form, or within another discipline. Everyone can stay in gymnastics throughout his or her whole life. The sport is even accessible to seniors! (FIG, 2014c, p. 2).

⁵ Sobre a filosofia dos 4F's proposta pela FIG, recomenda-se a leitura do artigo *Da “Ginástica para a juventude” a “A Ginástica alemã”: observações acerca dos primeiros manuais alemães de ginástica* (QUITZAU, 2015), no qual é possível perceber a notável aproximação entre essa proposta e uma filosofia alemã.

Outro fato que, embora recente merece nossa atenção, foi o fomento da possibilidade de eventos competitivos no contexto da GPT, algo novo aos olhos da FIG, embora presente em algumas federações nacionais e em eventos tradicionais da área. Aos olhos de quem a conheceu recentemente, a realização de concursos ou competições torna-se apenas mais uma de suas possibilidades, mas o caráter competitivo é no mínimo controverso quando pensado no âmbito da GPT. Há um consenso que o caráter não competitivo da GPT sempre foi uma de suas características mais marcantes, destacado por praticantes e pesquisadores e, até mesmo, por personagens importantes que fizeram parte de seu processo de sua institucionalização (AYOUB, 1998).

Estamos nos referindo ao surgimento do *World Gym for Life Challenge*⁶ (WGFLC) (FIG, 2011, p. 6), promovido pela FIG quadrienalmente, e que, a princípio, pode contemplar – seguindo a filosofia da GPT – participantes de todos os gêneros, idades, raças, religiões, culturas, habilidades ou classes sociais (FIG, 2011). Para esse evento, que teve sua terceira edição realizada em 2017, cada participante pode integrar apenas um grupo e participar em uma das quatro categorias (Ginástica e Dança de pequeno grupo, Ginástica e Dança de grande grupo, Ginástica em ou com grandes aparelhos em pequeno grupo e Ginástica em ou com grandes aparelhos em grande grupo). Como objetivos, são elencados os seguintes:

- Provide a second FIG event for gymnastic groups;
- Offer gymnastic groups the opportunity to participate in a contest and have their performance evaluated;
- Create an interesting and exciting event in gymnastics for the participants and the audience;
- Offer interesting workshops for gymnasts and coaches.

Assim, o WGFLC revela-se como uma alternativa para grupos de ginástica que queiram ser avaliados em suas apresentações. Nesse sentido, ressaltamos que o regulamento do evento detalha que a avaliação ocorre a partir de quatro especialistas que mensuram os seguintes critérios: 1) entretenimento; 2) inovação,

⁶Desafio Mundial de Ginástica para Vida.

originalidade e variedade; 3) técnica, qualidade e segurança; e 4) impressão geral. A partir deste julgamento, os grupos são classificados e premiados:

In each category, a ranking list is created using the total score. The ranking list is used to determine the Gold, Silver and Bronze awards. The Gold will be awarded to the groups with the highest scores. The Silver and Bronze awards are divided equally among the remaining groups. The Gold, Silver and Bronze awards are the official results. The medals are presented to the groups in alphabetic order. The ranking list is not official and is only available to determine the final result. Only the official result will be published or communicated. [...] All groups awarded Gold will participate in the World Gym for Life Gala (FIG, 2011, p. 11).

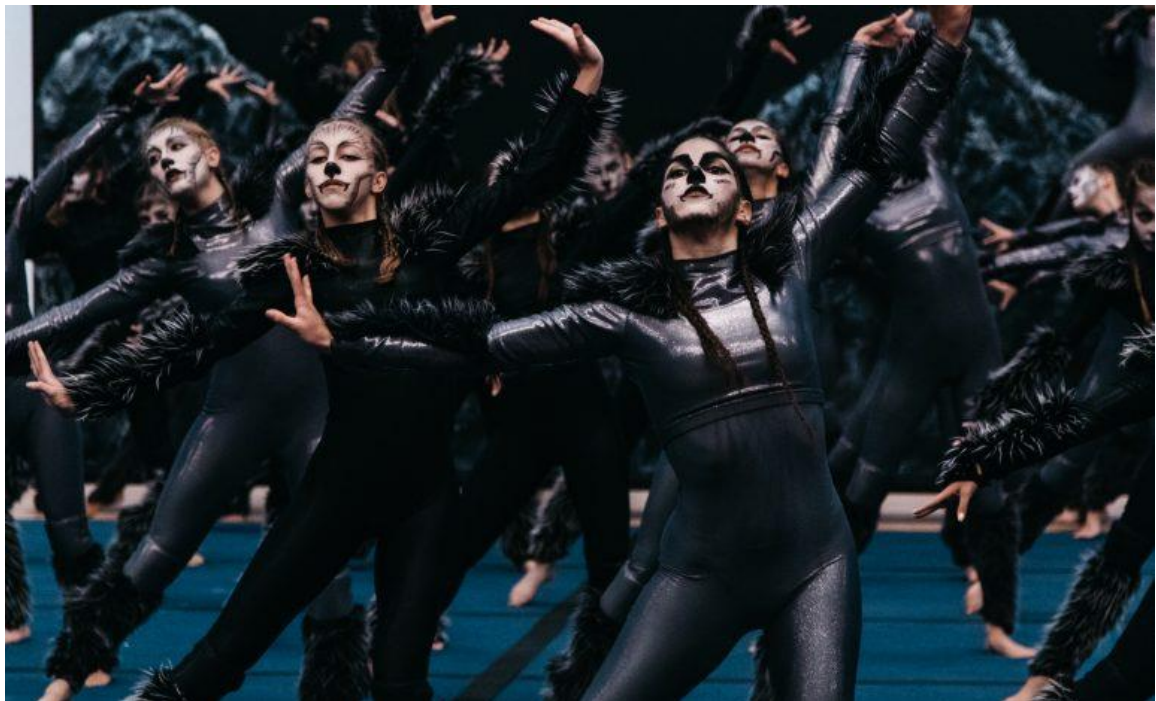


Imagem 7: Grupo grego Olympiada Thrakomakedonon, vencedor do troféu Bruno Grandi do III *World Gym for Life Challenge*, realizado em julho de 2017, na Noruega.
Fonte: Site oficial do World Gym for Life 2017.

No WGFLC, os grupos que conquistam a medalha de ouro apresentam-se novamente e são avaliados segundo os mesmos critérios, com intuito de eleger um *World Group Champion* (FIG, 2011, p. 13). Além disso, embora não sejam disponibilizadas as notas dos grupos, apenas a classificação final, todos os grupos participantes podem requisitar um *feedback* da organização – possibilidade que está prevista no item 5.2.12 do regulamento (FIG, 2011).

O evento, que é definido também como “um concurso para grupos de ginastas de todas as idades e de qualquer disciplina ginástica” (FIG, 2011, p. 10), acaba por se opor a alguns princípios dessa prática presentes no GfA Manual. Nesse documento, além das considerações feitas, a GPT é destacada por não estimular a performance competitiva ou a identificação, seleção ou especialização dos atletas (FIG, 2016b). Por maiores que sejam os esforços de amenizar a competitividade entre os grupos no WGFLC, como, por exemplo, a premiação a todos e a não divulgação de notas, é claro para nós que os valores presentes nessa manifestação podem descaracterizar alguns aspectos fundamentais da GPT, aproximando-a das modalidades competitivas. Após o aprofundamento na noção de coletividade, retomaremos essa discussão para averiguar de que maneira eventos como esse podem influenciar o caráter coletivo dessa prática.

Mais tradicional e, como vimos anteriormente, com um papel histórico importante para a institucionalização da GPT em um contexto internacional, a WG é significativamente valorizada por seu caráter não competitivo, além de ser elencada em diversos textos como o principal evento de GPT da FIG (FIG, 2006b; FIG, 2016b; FIG, 2014c). Realizada também a cada quatro anos sob a organização da federação, a WG já contou com 15 edições, todas sediadas por países europeus. Sempre marcada pela grande diversidade de países participantes, esse evento, que por vezes já reuniu mais de 20 mil pessoas, terá sua próxima edição no ano de 2019, na cidade de Dorbin, na Áustria. Há alguns comentários sobre o evento que destacamos, ainda: “[t]he World Gymnaestrada shall not include any elements of competition or take place as part of any other Gymnastics or culture event (e.g. national gymnastics festival, exhibition etc.) and it must be non-competitive” (FIG, 2009, p. 8); “[w]orld Gymnaestrada events shall comprise of demonstrations and performances from the entire range of Gymnastics for All, exclusive of competitions” (FIG, 2009, p. 8); e “[t]he World Gymnaestrada is the FIG's most significant international Gymnastics for All event” (FIG, 2014c, p. 1). Então, entre seus diferentes espaços – Cerimônia de abertura e encerramento, *Group performances*, *Large Group performance*, Noites nacionais,

FIG Gala e Fórum educacional –, a WG, assim como o *Gym for Life*, não possui regras para a composição de coreografias, que apenas devem se encaixar nas possibilidades de participação acima. Assim, fica evidente que todos os documentos oficiais da GPT produzidos pela FIG não sancionam, por hora, regras de prática, apenas instruções burocráticas, organizacionais e de logística para esses eventos, corroborando com a ideia de uma prática mais livre, criativa e diversa no âmbito gímnico.



Imagem 8: Grupo da Suíça durante apresentação na XV WG, realizada em julho de 2015, em Helsinque, na Finlândia.

Fonte: Canal YouTube oficial da FIG.

Sobre a ausência de regras para performance na participação desses eventos, ressaltamos, felizmente, uma exceção: esses eventos são eventos de ginástica em grupo e, portanto, é exigido que as coreografias possuam, no mínimo, duas pessoas (FIG, 2011; FIG, 2016b). Essa exigência para os dois únicos eventos de GPT da FIG nos indica um posicionamento fundamental para este estudo: a GPT é coletiva. Embora, por vezes, esse posicionamento esteja entrelinhas, destacamos dois tópicos do Manual de GfA (2016b, p. 6): “[e]ncourage teamwork, fair play and solidarity – not individual performances or competition. [...] Be a catalyst for collaboration between, and uniting of, people and nations”.

Em diversas passagens é possível compreender sutilmente que a FIG fomenta em seu discurso uma diferenciação no potencial social da GPT, sempre remetendo essa prática à oportunidade de vivências coletivas e interação entre os praticantes e seus diferentes grupos. No entanto, pela amplitude e superficialidade de sua compreensão acerca dessa prática, o tratamento com relação à potencialidade coletiva da GPT também é feito de forma sutil, instrumental, o que, por vezes, faz com que essa característica seja apenas compreendida como uma exigência a ser atendida para viabilizar seu produto, ou seja, as composições coreográficas.

Embora nesse momento o foco seja o discurso e as ações promovidas pela FIG, quando tratamos dos festivais de GPT é imprescindível destacar que, para além da WG e do WGFLC, existem muitos outros festivais nacionais e continentais que são realizados periodicamente, alguns inclusive tão antigos e tradicionais quanto a WG. Quando se trata do continente Europeu, é possível destacar *EuroGym* (continental), *Sokol/Slet* (República Tcheca), *Landsstaevne* (Dinamarca), *Blume Gran Canária* (Espanha), *Swiss Federal Gymnastics* (Suíça), *Festival Del Sole* (Itália), *Sun Svoli* (Finlândia), *PortualGym* (Portugal), *GymFusion* (Inglaterra) e *Deutsches Turnfest* (Alemanha) como festivais tradicionais nos quais a GPT está presente (PATRÍCIO; CARBINATTO; BORTOLETO, 2016; OLIVEIRA; STADNIK, 2006). Dizemos isso porque, embora a maioria deles tenha como prática corporal principal a GPT, alguns como o *Deutsches Turnfest* possuem atividades que envolvem outras práticas corporais, inclusive com caráter competitivo.



Imagem 9: Apresentação coletiva de vários grupos simultâneos durante o Festival Dinamarquês, realizado em, em junho de 2017.

Fonte: acervo pessoal de Douglas Silva.

Outros festivais nacionais podem ser vistos fora do continente europeu (PATRÍCIO; CARBINATTO; BORTOLETO, 2016), como, por exemplo, o *Nippon Gymnastics Festival* (Japão), *Arirang Festival* (Coreia do Norte), *Festival Nacional de Gimnasia para Todos* (México), *USA Gymnastics for All National Championships & GymFest* (Estados Unidos) e *Aussie GymFest* (Austrália). Além disso, os próprios festivais da FIG, WG e WGLFC, inspiram as federações nacionais que muitas vezes reproduzem esses eventos em seus países, adaptando a proposta para um evento nacional, como é o caso *World Gym for Life* realizado pela Federação Portuguesa de Ginástica e pela British Gymnastics. Esse número significativo de festivais nos mostra que a GPT acontece de maneira expressiva em diferentes lugares, embora talvez quando comparada ao esporte de rendimento, tenha ainda pouca visibilidade midiática e receba pouca atenção de acadêmicos e estudiosos das práticas corporais.



Imagem 10: Coreografia apresentada no *Japan Gymnastics Festival*, Festival Japonês, realizado em Tokyo, em novembro de 2015.

Fonte: Reportagem sobre o Japan Gymnastics Festival no site The Japan Times.

Retomando a discussão da perspectiva da FIG sobre a GPT, o que de fato concluímos após analisar todos os documentos e textos apresentados é que, na medida em que a instituição sustenta todo seu discurso na filosofia dos 4F's, ela se isenta da necessidade de conceituar essa prática, o que poderia resultar em limites que podem vir a descaracterizar certas demonstrações até então compreendidas como GPT. Dependendo de onde se olha, talvez a ausência de uma conceituação seja uma estratégia para fomentá-la como instituição que sistematiza e organiza a respectiva prática.

Entretanto, essa amplitude também nos dá a chance de considerar essa ausência uma fragilidade, uma vez que algumas características da prática podem perder o seu valor dependendo da maneira como são interpretadas, como é o caso do seu potencial coletivo.

1.2. O olhar dos estudiosos da Ginástica para Todos

Considerando que a prática da GPT se estende por mais de um século em muitos países europeus (WICHMANN, 2015a) e por mais de 30 anos no Brasil (SOUZA, 1997), julgamos pertinente estudar a produção acadêmica sobre ela, visando, por um lado, contrastar as análises anteriores que se fundamentaram no olhar proposto pela FIG e, por outro, observar o entendimento de coletivo dado por tais estudiosos.

Para que isso fosse possível, realizamos uma revisão bibliográfica sistematizada⁷, na qual foram consultadas sete bases de dados: Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), Periódicos Capes, SCOPUS, Scielo, ERIC, SportDiscus e Google Scholar. Para além das produções encontradas nessa primeira consulta, foi possível reunirmos, ainda, outras produções sobre o tema, isto é, textos que foram publicados após o final da revisão sistematizada e textos que não foram encontrados nas bases de dados, mas que tivemos conhecimento e acesso à publicação. Assim, o total de textos selecionados foram quatro teses, nove dissertações, oito monografias e 49 artigos de periódicos.

Com o intuito de cumprir com a proposta de visitar essas produções buscando as diferentes compreensões de GPT e a presença de reflexões acerca do coletivo, o processo de leitura e de análise dos textos foi realizado com base em Bardin (2011). O subsídio da ideia da análise de conteúdo proposta por essa autora possibilitou que, após esse processo analítico, pudéssemos evidenciar os principais aspectos que permeiam as discussões propostas.

⁷ As palavras-chave utilizadas foram "Gymnastics for All" e "General Gymnastics". Em casos de resultados escassos, utilizamos o termo "Gymnastics" com intuito de ampliar os resultados, uma vez que sabemos que, oficialmente, "Gymnastics for All" e "General Gymnastics" não constituem um termo de busca de acordo com os descritores acadêmicos oficiais, o que revela uma falha no processo de pesquisa bibliográfica para essa temática. O único critério utilizado a priori foi "tipo de documento", uma vez que foram selecionados apenas os artigos de periódicos e as monografias, dissertações e teses. Após a aplicação desse primeiro critério, foram analisados os títulos, os resumos e as palavras-chave dos trabalhos selecionados, com o intuito de averiguar a proximidade do conteúdo do artigo com a GPT. No caso de distanciamento do tema, o texto era excluído da seleção.

No que diz respeito às concepções de GPT, notamos que o discurso da FIG é reproduzido pela maior parte dos documentos, tornando-se, com ou sem críticas, a base para as interpretações sobre a essa prática. Parece-nos compreensível e esperado que a FIG seja referenciada pela maioria dos trabalhos, por ser a entidade de maior representatividade internacional sobre o tema. Simultaneamente, é interessante destacar a ampla menção à concepção de GPT, desenvolvida pelo GPG/GGU, referenciada a partir de diferentes publicações, dentre elas: Pérez Gallardo e Souza (1995), Souza (1997), Ayoub (1998) e Paoliello, Toledo, Ayoub, Bortoleto e Graner (2014). Se por um lado esse dado nos mostra o quanto de fato a proposta pedagógica deste grupo universitário foi difundida no cenário brasileiro e o quanto influencia as pesquisas produzidas nesta área (ARTUSI, 2008; KAUFFMAN; BROCH; PIZANI; TEIXEIRA; RINALDI, 2016), revela, também, um discurso recorrente e, de certo modo, endógeno, produzido por um grupo de estudiosos – do qual ambos, pesquisadora e orientador, fazemos parte – responsáveis pela formação de grande parte dos pesquisadores nessa área.

Tão importante quanto a grande difusão desse referencial é o fato de que, diferentemente de outros países, a GPT no contexto brasileiro é uma prática recente, tendo seus primeiros passos institucionais e acadêmicos registrados nas décadas de 1980 e 1990, de acordo com Patrício (2016). Desde esse momento, o desenvolvimento da GPT no país esteve atrelado ao ambiente universitário, o que colaborou para o grande alcance da proposta pedagógica do GGU. Isso fez com que o discurso sobre essa prática no país se consolidasse, em sua maioria, pelo viés acadêmico, com enfoque no potencial educativo da GPT, revelando uma produção expressiva de trabalhos acerca da temática e abrindo espaço para a formação de muitos grupos de GPT no contexto da extensão universitária.

Sobre o grupo de autores e trabalhos que tiveram forte atuação na construção da proposta pedagógica do GGU, destacamos o entendimento de GPT como

[...] uma manifestação da cultura corporal que reúne as diferentes interpretações das Ginásticas (natural, construída, artística, rítmica

desportiva, aeróbica etc.) integradas com outras formas de expressão corporal (dança, folclore, jogos, teatro, mímica) de forma livre e criativa, de acordo com as características do grupo social, contribuindo para o aumento da interação social entre os participantes (PÉREZ GALLARDO; SOUZA, 1995, p. 292).

[...] uma atividade gímnica proposta, orientada e difundida pela Federação Internacional de Ginástica (FIG). Está condicionada aos fundamentos da Ginástica, podendo ser considerada como um fenômeno cultural, por apresentar características de cada povo, respeitando suas tradições. Com um alto valor educacional, por seus aspectos sociais, recreativos e de saúde, esta atividade permite que, através de sua prática, se possa abrir um espaço para a criatividade, estimulando a participação de qualquer ser humano, independente de raça, nível social, idade, sexo, condição física ou técnica. Além dos fatores mencionados, há também que se destacar o aspecto lúdico, uma das principais características da Ginástica Geral. A inexistência de normas rígidas vem colaborar com a participação mais efetiva, agregando atletas, ex-atletas e não atletas, onde as ações motrizes, padronizadas ou não, favorecem a liberdade de gestos em qualquer nível de complexidade (SOUZA, 1997).

[...] prática corporal não competitiva que se fundamenta na Ginástica, promovendo uma integração e síntese entre a Ginástica Científica e as diversas manifestações da Ginástica na atualidade, de modo a recuperar o seu núcleo primordial e incorporá-lo à contemporaneidade das diferentes interpretações da Ginástica (AYOUB, 1998, p. 94).

Nesse sentido, a concepção de GPT expressa por Santos e Santos (1999) também é referenciada de maneira expressiva. Acreditamos que a utilização desse referencial pode ser justificada por conta de sua data de publicação, que caracteriza a obra como uma das primeiras de GPT no Brasil e também por conta da grande influência dos autores no cenário da GPT nacional, com destaque para José Carlos Eustáquio Santos, um dos nomes mais relevantes para o desenvolvimento da prática no país, tendo participado de seu desenvolvimento junto à CBG na década de 1990 (PATRÍCIO, 2016).

Sobre a concepção de GPT encontrada, destacamos:

[...] um campo bastante abrangente da Ginástica, valendo-se de vários tipos de manifestações, tais como danças, expressões folclóricas e jogos, apresentados através de atividades livres e criativas, sempre fundamentadas em atividades ginásticas. Objetiva promover o lazer

saudável, proporcionando bem-estar físico, psíquico e social aos participantes, favorecendo a performance coletiva, respeitando as individualidades, em busca da auto superação individual, sem qualquer tipo de limitação para a sua prática, seja quanto às possibilidades de execução, sexo ou idade, ou ainda quanto a utilização de elementos materiais, musicais e coreográficos, havendo a preocupação de apresentar neste contexto aspectos da cultura nacional, sempre sem fins competitivos (SANTOS; SANTOS, 1999, p. 23).

Independentemente, no entanto, de qual seja o referencial teórico que cada autor adota para conceituar a GPT em seus trabalhos, é fato que cada um complementa esses referenciais teóricos de acordo com seu objeto de estudo e de pesquisa. Como exemplos desses casos, temos as seguintes passagens:

[a] Ginástica Geral é uma demonstração artística das Ginásticas e dos Esportes, que agrega manifestações corporais que podem representar artisticamente uma modalidade esportiva ou na forma de espetáculo ou simplesmente durante as aulas (GANELIE, 2009, p. 14).

[...] é uma prática corporal composta por gestos gímnicos, que pode-se dizer, são os movimentos básicos do ser humano, criados e constantemente transformados (ressignificados), de acordo com a expressividade do praticante e das propostas de espetáculo a que se destinam. Outros fatores também podem influenciar a criação da gestualidade de um espetáculo de GG. A ginástica existe independente do esporte, mesmo estando em alguns momentos interligados, mas um define-se sem o outro [...] faz uso de movimentos sistematizados e classificados como “fundamentos gímnicos”, mas não somente, intencionados ao espetáculo, realizados pelo prazer e para isso, deve ser resultado de pesquisa estética com finalidade expressiva e artística. A GG é uma das formas de arte de representação, é a parte da ginástica que mais se aproxima da arte e se distancia das características limitantes do esporte moderno (rendimento, hierarquização, organização burocrática e publicidade e transparência) e das diretrizes militares de ordem e disciplina [...] (DESIDÉRIO, 2009, pp. 72-73).

Mais precisamente em relação à temática desenvolvida neste trabalho, identificamos um número significativo de produções que aborda o caráter coletivo da GPT. Porém, essa abordagem é, em geral, realizada no intuito de evidenciar as relações entre pessoas como um benefício ou como consequência, e não como uma característica elementar dessa prática. Nesse momento, chamamos a atenção para o

fato de que procuramos nesses textos algo que vá além da ideia de grupo e que se refira, portanto, à potencialidade de constituição de intensas relações humanas num coletivo de prática da GPT.

Assim, pudemos perceber que, embora alguns trabalhos façam referência ao potencial social da prática, poucos exploram essa característica para além de citações que indicam a possibilidade de interação e socialização, palavras-chave de muitos discursos que versam sobre essa prática, como:

[g]inástica para todos como [...] ferramenta pedagógica que por conta de suas características, como a inclusão, a **socialização**, seu caráter recreativo, participativo e não competitivo, se mostra uma estratégia interessante no trabalho de **interação e socialização** [...], **comunicação e diálogo** (VILASSANTE, 2012, p. 8).

[...] modalidade Ginástica Para Todos (GPT), que permite a participação de pessoas de todas as idades, a promoção da saúde, o aumento da **interação social** entre outros objetivos que interessam a uma variedade de instituições e profissionais. Além disso, privilegia todas as possibilidades e formas de trabalho, tendo como pressuposto a valorização e o respeito às tradições e a cultura de seus praticantes (PATRÍCIO; CARBINATTO; BORTOLETO, 2016, p. 8).

[...] uma área da ginástica caracterizada por **apresentações coletivas**, em geral de modo demonstrativo, e pode ser praticada por pessoas de todas as idades, gêneros, capacidades físicas ou habilidades, com objetivos diversificados como o de promover a saúde, de desenvolver uma melhor forma física, bem como o convívio social [...] representa um importante espaço de vivência de valores humanos, possibilitando, a partir da apropriação dos distintos elementos da cultura corporal, o aumento da **interação social** (SOARES; BORTOLETO; AYOUB; PAOLIELLO; CARBINATTO, 2015, p. 129).

[a] GPT é uma atividade esportiva de natureza especial, que inclui um conjunto de habilidades acrobáticas e ginásticas [...] requer habilidades especiais, habilidades físicas, psicológicas e mentais. [...] é uma atividade educativa, com objetivo de dar oportunidade para diferentes idades e ambos os sexos. [...] é uma escolha para a saúde, a recreação, a felicidade e as **relações humanas entre grupos** e uma possibilidade para a inovação e a criatividade dentro dos limites [da ginástica de competição] (ESSA, 2016, p. 2).

E, ainda, “[o] foco desta modalidade é a diversão, o lazer e a **amizade envolvida**” (CARVALHO; ZYLBERBEG; REIS; DODÓ; PONTES, 2016). Com um pouco

mais de profundidade, alguns trabalhos exploram um pouco mais o caráter coletivo da GPT, embora isso seja feito em menor escala do que havíamos imaginado. Bertolini (2005), Ayoub (1998) e Ganelie (2009) indicam em seus trabalhos, mesmo que discretamente, o potencial coletivo dessa prática, alegando que “a Ginástica Geral pode ser o símbolo da cooperação” (BERTOLINI, 2005, p. 82), que essa prática possibilita o surgimento de uma “identidade coletiva” (GANELIE, 2009, p. 27) e que o coletivo presente nela é caracterizado como “trabalho em grupo e pelo grupo em relação às composições que são apresentadas, evidenciando uma ação cooperativa” (AYOUB, 1998, p. 90).

Chaparim (2003), que utiliza em sua pesquisa a concepção de GPT do GGU, comenta sobre os valores humanos que permeiam essa prática, detalhando a possível dinâmica de um grupo:

[...] a cooperação, responsabilidade, autoestima, respeito por si e pelo outro e predisposição. [...] faz-se necessário que os praticantes participem dando suas opiniões, façam suas observações e discutam, vivenciando, desse modo, a prática da democracia [...]. Na composição coreográfica os praticantes contribuem com sua criatividade, visão de belo, valores e cultura, dando sugestões que são discutidas, experimentadas e podem ser modificadas pelo grupo, se esse achar conveniente. Nesse processo, a composição torna-se um todo, permitindo que cada um possa verificar a importância de sua contribuição. Desse modo, há o aumento de integração do grupo e todos são valorizados, independentemente de suas características e capacidades físicas, aprendem a valorizar a si mesmo e aos outros, e vivenciam a união em busca de algo comum (CHAPARIM, 2003, p. 24).

Em alguns trechos é possível observamos que se busca um entendimento do porquê da GPT ser uma prática que fomenta a coletividade entre seus praticantes e até mesmo aponta indícios de caminhos, estratégias e dinâmicas que podem viabilizar o trabalho coletivo por meio da prática gímnica.

Acredito nesta prática quando ela é focada no participante, não individualmente, mas como parte do todo, possuindo a mesma voz, sem hierarquias. Uma ginástica de um coletivo participante e atuante, que busque manter o foco de sua ação pedagógica no praticante. (DESIDÉRIO, 2009, p. 30)

A autora ainda comenta que “[a]rriscamo-nos a dizer que a GG pode ser a parte realmente social da ginástica, pois pode possibilitar que os indivíduos se constituam nas relações criadas” (DESIDÉRIO, 2009, p. 30). Ademais,

[...] a demonstração é uma das características fundamentais da GG, pois consolida o trabalho grupal refletindo o esforço coletivo, e reforçando a sensação de pertencer a um grupo que, ao mostrar-se, busca o reconhecimento de seus pares. (SOUZA, 1997, p. 95)

Nesse sentido, também temos que “[a] apresentação do grupo é, ao mesmo tempo, um cenário em que os limites são transcendidos e as diferenças tornam-se desfocadas” (WICHMANN, 2015a, p. 164, tradução nossa). Logo, em geral, os trabalhos que se fundamentam na proposta pedagógica do GGU mencionam dois princípios que são fundamentais nessa concepção, a Formação Humana e a Capacitação, originados da leitura de Maturana e Rezepka (1995). A apropriação desses conceitos no universo da GPT foi realizada, especialmente pelos trabalhos de Pérez Gallardo e Souza (1995) e Souza (1997). No que tange à capacitação, ela pode ser entendida como “a aquisição de habilidades e capacidades de ação no mundo em que se vive, como recursos operacionais que a pessoa tem para realizar o que queira vivenciar” enquanto que a formação humana é definida como “o desenvolvimento [...] como pessoa capaz de ser co-criadora com outros de um espaço humano de convivência social desejável” (MATURANA; REZEPKA, 1995)⁸.

Nesse sentido, gostaríamos de evidenciar o princípio da formação humana, que se destaca em relação à capacitação por enfatizar os valores humanos (SOUZA, 1997) no processo educacional, além de ser uma expressão citada em diversos trabalhos analisados (ALMEIDA, 2016; ARTUSI, 2008; CHAPARIM, 2003; DESIDÉRIO, 2009; GAMA, 2009; PALOMARES; FELIX, 2015; PIZANI; SERON; RINALDI, 2009; SCARABELIM; TOLEDO, 2015; SILVA, 2015). A seguir, destacamos um trecho que consideramos interessante de Gutierrez (2008), relacionando a GPT com esse princípio de maneira clara:

⁸Destacamos a leitura do artigo *Elementos constitutivos para uma bioética em Humberto Maturana* de Gómez (2014), que auxilia na compreensão desse referencial.

[u]ma das melhores formas de desenvolver a formação humana, especificamente nas aulas de Educação Física escolar, é através de conteúdos e atividades que permitam a interação e inter-relação sócio afetiva entre os participantes, para que juntos construam propostas e soluções à problemas sócio e psicomotrices, estabelecendo um diálogo corporal entre eles e seu entorno. Nesse ponto é importante lembrar que para melhor efetivar esse objetivo é necessário criar um meio ambiente matristico, o que significa diminuir ou eliminar as figuras de poder e hierarquia, respeitando o outro como legítimo outro (MATURANA, 1995). O contrário do ambiente matristico é o ambiente autoritário no qual o conteúdo é imposto pelo professor, não permitindo a livre expressão de emoções [...]. Um desses conteúdos é a GG (GUTIERREZ, 2008, pp. 114-115)

Ainda sobre a proposta do GGU, na tentativa de embasar essa concepção de GPT, Souza (1997) aborda a temática “Socialização e Sociabilização como paradigma da EF”. Partindo de uma abordagem sociocultural da Educação Física (EF), que considera a cultura corporal como objeto de estudo dessa área de conhecimento, a autora afirma que o paradigma para essa perspectiva de EF é a

Socialização/Sociabilização e a sua principal contribuição é a ênfase na formação humana, tendo a capacitação (processo de aquisição de habilidades motoras) como meio. O termo Socialização é aqui considerado como o processo de aquisição de normas e regras de convívio social dentro do grupo familiar e Sociabilização como a adequação do indivíduo às regras de convívio social numa esfera mais abrangente (SOUZA, 1997, pp. 81-82).

Entendemos que os princípios de Capacitação e Formação Humana, bem como o eixo Socialização/Sociabilização destacados têm profunda relação com o ato de conviver em grupo e de estabelecer relações com o outro e consigo mesmo. Para além disso, fica evidente na leitura dos artigos que a maioria dos trabalhos que citam aspectos relativos a coletividade são influenciados por este referencial que é um dos aspectos centrais da proposta do GGU (PAOLIELLO; TOLEDO; AYOUB; BORTOLETO; GRANER, 2014), muitas vezes apenas supracitando e situando essa teoria nas diferentes realidades estudadas.

A produção de Mechbach e Waneberg (2011), que analise a WG com um aporte teórico de viés histórico, indica a ginástica como uma prática centenária, que era capaz de construir pontes entre as pessoas, fomentando um movimento de

aprendizagem “uns com os outros”, passagem que é complementada por uma citação de Trangbæk (1987), que alega que “[a] prática coletiva da ginástica promovia saúde, controle e precisão, enquanto o esporte visava desenvolver o individualismo”. Ademais, outra referência internacional importante para nossa reflexão é a produção de Angela Wichmann, pesquisadora alemã que vem tentando em suas reflexões aprofundar o entendimento do sentido coletivo da prática da GPT por meio de pesquisas que envolvem a participação na WG (WICHMANN, 2014; 2015a; 2015b; 2015c).

Por fim, vale destacar que algumas poucas produções utilizam como fundamentação o discurso da Confederação Brasileira de Ginástica (CBG). A instituição que, a princípio tem o papel de auxiliar na propagação e desenvolvimento da GPT no país, aborda a GPT reproduzindo, quase que sem alterações, as falas e concepções elaboradas pela FIG (GAMA, 2009; MURAYAMA, 2009; SANIOTO, 2005). Essa análise reforça considerações realizadas em outras pesquisas que indicam a ausência dessa instituição no desenvolvimento dessa prática no país, que parece ignorar todo um debate acadêmico sobre a prática a GPT bem como sua manifestação em eventos locais, se limitando ao auxílio na organização de eventos esporádicos (PATRÍCIO, 2016; SOUZA, 1997).

1.3. Uma síntese do diálogo sobre a Ginástica para Todos

Como já era esperado, a concepção da FIG revela um entendimento mais abrangente sobre sua prática, que pode contemplar quase tudo e todos, inclusive a competição, mesmo que historicamente sua maior expressão esteja relacionada ao que denominamos de demonstração ou apresentação (SOUZA, 1997). Seu caráter coletivo não é analisado com maior profundidade, sendo destacado, apenas, como uma atividade realizada em grupo. Não encontramos nenhuma argumentação, por mais simples que fosse, que pudesse respaldar as insistentes afirmações sobre sua natureza diversa, inclusiva ou participativa. Parece-nos que, para a FIG, as características dessa prática, talvez consolidadas por um longo e forte processo

histórico na Europa, falam por si só, não havendo a necessidade de aprofundamento intelectual ou científico.

Por outro lado, a produção dos pesquisadores da área traz, de maneira recorrente, a questão do coletivo para o debate, algo esperado dada a natureza pedagógica da maioria dos trabalhos publicados. Porém, ainda que fique evidente nessas produções que estamos diante de uma prática coletiva, o entendimento sobre essa natureza é, em sua maioria, instrumental, restringindo-se à ideia de interação social e cooperação entre os praticantes, deixando escapar, portanto, a oportunidade de analisar a forma e a intensidade das relações cooperativas e colaborativas que viabilizam a construção da coletividade por meio do coletivo da GPT.

A coletividade, portanto, parece estar entrelinhas, abordada de forma indireta. Observamos alguns trabalhos que, por exemplo, defendem a importância da atuação de todos os integrantes durante a prática e que marcam certa preferência pelo processo em relação ao produto, aspectos que, mais a frente, veremos que estão atrelados à noção de coletividade. Muitos desses posicionamentos são identificados em produções que tiveram a proposta pedagógica do GGU como ponto de partida. Essas produções elegem como objeto de estudo o diálogo da GPT com outras práticas corporais, assim como a possibilidade de utilização de aparelhos alternativos, seu caráter multietário, a tematização das coreografias, a liberdade de músicas, espaços, formações e figurinos, o exercício da criatividade, entre outros. No entanto, neste momento o que mais importa para nós é a evidência de suas características mais “invisíveis”, que são justamente as que convergem para seu potencial atrelado à coletividade.



Imagem 11: Grupo da Universidade Estadual de Maringá durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas em 2005.

Fonte: Site oficial do Fórum Internacional de GPT.

Então, considerando o exposto anteriormente e dialogando com nossa experiência, torna-se possível dizer que a GPT se fundamenta em uma prática coletiva, em grupo, sendo essa sua principal característica, o cerne que sustenta sua existência e manifestação. Não obstante, as “definições” apresentadas pela FIG ou pelos estudiosos da prática parecem não serem suficientes para distinguir essa ação coletiva de outros coletivos, inclusive os de natureza esportiva. O que se pretende é entender o porquê e o como a GPT possibilita, por meio da ação coletiva, o desenvolvimento de uma coletividade particular.

Assim, de modo geral, a GPT é vista como um espaço plural, permitindo a emergência de diferentes concepções, administrativas, como é o caso da FIG, ou pedagógico-formativas, como no caso do GGU. De todos os modos, essas concepções não avançam substancialmente sobre o tema central deste estudo, isto é, sobre a coletividade como uma potência da GPT, dado que nos intrigou e, ao mesmo tempo, impulsionou nossos esforços para a tentativa de uma compreensão própria da noção de coletividade dessa prática.

2. POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE: OS ELEMENTOS ALICERCES

A simples cooperação pode emendar o coração.

Steve Gordon



Imagem 12: Grupo japonês Nittaidai durante apresentação na noite de gala da FIG realizada na XX WG de 2015, em Helsinki, na Finlândia.

Fonte: Site da FIG.

Procurar definições e conceitos de coletivo que pudessem ajudar na discussão da noção de coletividade que aspira este trabalho foi a primeira e mais óbvia ideia que tivemos ao iniciar a presente pesquisa. Em um primeiro momento, acreditamos que encontraríamos indícios em referenciais próprios à EF, porém, nos deparamos com uma enorme dificuldade de localizar um debate aprofundado sobre o tema, situação que nos levou a ampliar a busca a outras áreas de conhecimento.

Embora tenha sido apenas a primeira etapa, tomar contato com a literatura da EF foi importante para identificarmos quais debates se aproximavam e quais se distanciavam da ideia de coletivo e de coletividade que aspirávamos para a GPT. Essa fase nos ajudou a organizar nossa abordagem sobre o que de fato esse potencial representa para nós.

Nesse sentido, passamos a visitar diferentes dicionários que foram fontes de consulta que nos levaram, recorrentemente, a distintos debates conceituais e seus respectivos autores nas ciências humanas. No clássico dicionário de EF escrito por Barbanti (2003), encontramos uma definição que alia o coletivo a outros termos também muito utilizados em nossa área de atuação. Segundo ele, o coletivo seria, então, um “termo frequentemente usado como sinônimo de grupo ou equipe. No esporte coletivo é um termo usado para designar treino em conjunto (tático)” (BARBANTI, 2003, p. 111). Nesse sentido, foi possível observarmos uma visão que faz referência a um contingente de pessoas, isto é, ao coletivo como sinônimo de possuir companheiros de prática, sendo seu sentido exatamente o oposto de uma prática individual. Essa visão nos parece restrita, não indo além das diferenças superficiais entre esportes coletivos (em grupo) e individuais. Outras definições, como a do tradicional dicionário Michaelis, oferecerem entendimentos similares: “Adj. (*lat collectivu*) 1 Que abrange muitas coisas ou pessoas. 2 Pertencente ou relativo a muitas coisas ou pessoas. 3 Gram. Que, no singular, exprime o conjunto de muitos indivíduos da mesma espécie” (MICHAELIS, 2017, on-line).

A partir disso, podemos afirmar que observar o coletivo como um grupo de pessoas foi um ponto de partida que nos pareceu insuficiente. Buscávamos, ainda que intuitivamente, sem demasiadas certezas, um entendimento sobre a “ação” de grupo, a construção do coletivo, não no sentido estanque, imóvel, mas de um processo. Passamos a estudar fontes que contemplaram outros elementos que poderíamos apelidar de “sentimentos” próprios da ação coletiva, como o pertencimento e o compartilhamento. Assim, nos aproximamos de concepções como a seguinte: “[u]m conjunto de indivíduos cujo agrupamento se deve a afinidades naturais, a um objetivo comum ou aos seus sentimentos de pertencer a uma única totalidade é chamado de coletividade” (DUROZOI; ROUSSEL, 1993, p. 88). Provocados por ela, encontramos argumentações que chamaram nossa atenção, dentre elas:

[e]m sociologia, uma coletividade designa geralmente um conjunto de pessoas conscientes de partilhar valores e normas comuns [...] A coletividade é uma das componentes estruturais dos sistemas sociais,

designa um conjunto estruturado de papéis, coordenados entre si segundo um sistema de normas ou, por outras palavras, um conjunto de pessoas portadoras de um papel e em interação umas com as outras (THINES; LEMPEREUR, 1984, p. 174).

E também:

[é] coletivo o que se refere a um número finito de indivíduos que constituem um grupo [...] A consciência coletiva é, em Durkheim, a instância que, nascida da associação de “almas individuais”, constituem uma “individualidade psíquica de um tipo novo”, feita de representações comuns, de maneiras de sentir, de pensar e de agir comuns a todos os membros do grupo (DUROZOI; ROUSSEL, 1993, p. 88).

Nosso entendimento do coletivo foi paulatinamente se expandindo e, possivelmente, adensando. Assim, a ideia de coletivo atrelada a um “espaço” que promove o compartilhamento de valores e normas comuns ganhou força, por estar relacionada à ideia de um grupo de pessoas que se relaciona e que, por meio dessas relações, fomenta uma característica que poderia ser denominada como cooperação, visto que o grupo se move pautado nessas normas e nos valores partilhados. Para isso, o estabelecimento de papéis (funções sociais – no grupo), como indicam Thines e Lempereur (1984), emerge como uma estratégia que nos parece se alinhar com o entendimento que estávamos elaborando, mesmo que ainda de modo incipiente. Esses papéis não estão condicionados à pura meritocracia e ao desempenho individual, mas, sim, à construção de uma engrenagem que pensa e tem sentido no coletivo. Logo, seus valores e ações constituem, de forma autônoma ou mediada, estratégias que envolvem seus integrantes, em maior ou menor escala, em prol de uma ação coordenada, cooperada, em suma, coletiva.

Com isso, para que o coletivo se constitua, em concordância com Durozoi e Roussel (1993), o individual deve tornar-se coletivo, ou, em suas palavras, precisa de “representações comuns”. Essa construção social, entendida como uma ação processual, está pautada em uma ideia de que as relações estabelecidas entre os participantes conduzem paulatinamente a uma maneira coletiva de pensar e, por conseguinte, moldam valores, objetivos e, principalmente, meios que serão utilizados

na trajetória de determinado grupo em busca de um ideal ou objetivo. Essa construção, então, poderia possuir alguma aproximação com a ideia de “consciência coletiva” cunhada por Durkheim.

Parece que o referido conceito remete não apenas às representações, mas também aos rituais e símbolos, assim como à densidade social, estando presentes na teoria Durkheimiana e podendo corresponder não apenas a um grupo particular de pessoas, mas também à sociedade como um todo (COLLINS, 2009). Essas reflexões auxiliam na elaboração de uma resposta para a questão “o que mantém a sociedade unida?”, que se mostra relevante para a construção da noção coletiva para a GPT.

Por outro lado, a ideia de “densidade social” está imbricada, principalmente, à questão do nível de especialização das atividades performadas pelos indivíduos, ou seja, pelo desenvolvimento de seus papéis no grupo social, ideia que nos chama atenção por também ter relação com nossa percepção sobre coletividade. Segundo Collins (2009), Durkheim fala sobre uma baixa densidade que resultará em uma divisão de trabalho ou em papéis mais simplificados, que demandam menor especialização por parte de seus integrantes. Em oposição, ao falar sobre um contexto de alta densidade social, a teoria Durkheimiana faz referência a uma situação complexa de divisão de trabalho e os papéis sociais passam a ser mais especializados.

Do mesmo modo, a “representação coletiva”, de acordo com Durkheim, está ligada as “ideias”, as quais, independentemente da densidade, “são eficazes na medida em que são sociais, na medida em que recordam aos indivíduos ao que são vinculados e ao que prestam sua lealdade” (COLLINS, 2009, p. 165). As ideias individuais, portanto, se fortalecem ao serem contempladas na construção de uma ideia coletiva, no sentido de que, a partir das interações, são geradas ideias e emoções que representam o grupo e não mais uma única pessoa, o que pode ser ligado ao que Durkheim chamaria, em um contexto mais amplo, de “unidade psíquica”.

Paralelamente, nossa pesquisa do termo “coletivo” levou-nos a encontrar outros termos correlatos, como “coletivismo” e “vontade coletiva” nos dicionários (LEGRAND, 1983, p. 81), cujas interpretações foram forjadas principalmente no campo da economia e da política. Outra expressão que nos chamou atenção foi a de “coletividade abstrata”, que trata da questão coletiva de uma perspectiva mais subjetiva, talvez simbólica. Em outras palavras, seria uma

[e]spécie de estruturas plurais caracterizadas pelo fato de nela ocorrer a abstração em seu mais alto grau. Essas estruturas plurais tem um caráter conceitual ou lógico porque não são simples agregados nascidos dos processos sociais diretamente observáveis. Em outras palavras, as coletividades abstratas são construções mentais (GLOBO, 1970, pp. 69-70).

Durante essa busca, então, fomos levados, sem nos darmos conta, a perceber que precisávamos também revisar os entendimentos de “individual” e “individualidade”. Para além da busca de antagonismos ou polaridades, como nos parecia a priori, suas definições mantinham uma relação necessária com a de coletivo e coletividade e, portanto, não poderiam ser ignoradas. Encontramos definições diversas, desde aquelas mais pontuais, nas quais o individual é tratado precisamente como oposto ao coletivo, até outras onde o individual surge como parte do coletivo, remetendo a uma afirmativa recorrente na GPT, ao menos quando elaborada na perspectiva do GGU/GPG. Nela, o coletivo e suas produções coreográficas são um todo formado por uma soma de individualidades (SOARES; ALMEIDA; BORTOLETO, 2016) que podem por vezes até ressaltar particularidades de alguns indivíduos, desde que isso não seja prejudicial ao coletivo.

As conceituações acerca da individualidade, sejam como perspectivas antagônicas ou como elementos constituintes um do outro, nos permitiram encontrar definições que ampliaram as discussões. Dentre elas, destacamos: “1 Posição de espírito oposta à solidariedade. 2 A capacidade de poder existir separadamente. 3 Existência individual. 4 Teoria que fez prevalecer o direito individual sobre o coletivo” (MICHAELIS, 2017, on-line). Além disso, a individualidade está ligada a

[t]oda doutrina moral ou política que atribua ao indivíduo humano um preponderante valor de fim em relação às comunidades de que faz parte. O extremo desta doutrina é, obviamente, a tese de que o indivíduo tem valor infinito, e a comunidade tem valor nulo; essa é a tese do anarquismo (v.). Contudo o termo I. é habitualmente utilizado na acepção mais moderada, sendo, nesse sentido, o fundamento teórico assumido pelo liberalismo assim que surgiu no mundo moderno (ABBAGNANO, 1998).

Em ambas as acepções que mencionamos, fica nítido que a individualidade diz respeito ao poder que se atribuiu ao papel, ao pensamento e à ação de apenas uma pessoa, não precisando essa pessoa estar aliada a um grupo ou comunidade para que seu papel, pensamento e ação se materializassem. No contexto particular da EF, quando consultamos o Dicionário Crítico da área, foi possível apenas encontrar um termo correlato, "individualismo", com uma abordagem ligada ao reconhecimento de particularidades, características que, aplicadas a práticas corporais ou treinamento físico, indicariam uma necessidade de diferenciação, especialização ou adaptação das práticas para cada indivíduo e forma particular.

O individualismo pode ser considerado um termo técnico amplamente utilizado na educação física para justificar os princípios fundamentais da "teoria do treinamento desportivo", principalmente as aplicações da "carga" durante o esforço físico do atleta ou aluno. A partir do referencial teórico das "ciências biológicas" compreende-se a individualidade do ser como um organismo único e que a cada estímulo físico responde a uma determinada forma (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2014, p. 382).

Ainda no âmbito da EF, fomos conduzidos a fazer uma visita à literatura dos "Jogos Esportivos Coletivos"⁹ (JEC), área em que acreditávamos que encontraríamos algum tipo de reflexão sobre os aspectos até aqui apresentados. Com base em Reverdito e Scaglia (2007, p. 52) os JEC são práticas de natureza complexa, "coabitando em seu ambiente a imprevisibilidade e aleatoriedade, equilíbrio e desequilíbrio, ordem e desordem, organização e interação". O

⁹De fato, essa se tornou uma área popular na EF brasileira, talvez devido à popularidade de esportes coletivos com bola (futebol, vôlei, basquete, handebol, entre outros), ampliando exponencialmente as produções a partir dos estudos do francês Bayer, do português, Garganta, e depois dos brasileiros, Grecco, Ribas, Freire, Paes, Scaglia, entre outros.

entendimento do coletivo nos JEC descrito por De Rose Junior (2006), aponta a existência de alguns denominadores comuns entre diferentes esportes coletivos, de acordo com a classificação proposta por Bayer (1986). Assim,

[o]s companheiros de equipe, que impulsionam o avanço da bola. Sua existência representa a dimensão fundamental, a cooperação, ou seja, os companheiros de equipe jogam uns com os outros em função de um objetivo comum. Os companheiros de equipe são uma possibilidade de ajuda funcional na realização do objetivo coletivo. Cada jogador deve compreender o outro e sua intenção (DE ROSE JUNIOR, 2006, p. 4).

Em nenhum momento encontramos nessas referências uma discussão específica sobre a coletividade, embora essa fosse nossa expectativa. O sentido de coletivo, como na citação acima, aparece sempre em prol da performance, da construção do produto, do resultado. Ele é mais do que um contingente, mas, simultaneamente, limita-se às relações construídas pelas situações de jogo, seja essa situação de treino ou competição, buscando o aprimoramento do desempenho através da melhora da cooperação e da comunicação para o cumprimento de um objetivo: “[o]s praticantes têm a necessidade de integrar-se em uma ação em grupo” (DE ROSE JUNIOR, 2006, p. 3).

De modo inequívoco, fazem-se necessárias a cooperação e a comunicação no contexto dos Jogos Esportivos Coletivos e, independentemente das relações estabelecidas entre os integrantes do grupo, a regra e os objetivos nelas plasmados exigem uma ação de cooperação. Em outras palavras,

[d]esde seu valor educativo, que se mostra a medida em que atua sobre a personalidade e das exigências biológicas que permitem o desenvolvimento físico do indivíduo, os Jogos Desportivos Coletivos permitem a quem os pratica o desenvolvimento do espírito coletivo, a disciplina gerada pela aceitação de regras, elaboração de recursos internos para resolver dificuldades [...] (BALBINO; PAES, 2007, p. 31).

Ademais,

[é] válida a ideia de que o sistema formado pelos integrantes de uma equipe, não é nada mais que um sistema de organismos, se não todos eles totalidades integradas, cujas propriedades essenciais surgem das relações interativas e da interdependência de suas partes (BALBINO; PAES, 2007, p. 39).

O coletivo, portanto, está presente no contexto dessas práticas sempre mediado pelas regras. Contudo, nos parece que ele é contemplado de uma maneira funcional, na medida em que a demanda dos JEC se concentra na "compreensão da lógica interativa de técnica e tática do jogo" (PAES; BALBINO, 2009, p. 81). Como princípio fundamental para esse tipo de prática esportiva, os praticantes são exigidos quanto ao apuramento das ações de cooperação, participação, convivência, emancipação e inclusão (OLIVEIRA; PAES, 2004; PAES; BALBINO, 2009). Porém, nos parecia, ainda, que o coletivo que pode ser experienciado na GPT foca-se nas relações humanas, sem necessariamente atrelá-las aos resultados.

Essa interpretação de coletivo parece se distanciar daquilo que a GPT pretende, uma vez que se constrói a partir da busca da performance eficiente, ou seja, da ênfase na valorização da ação, do produto. No caso da GPT, o processo parece ser mais relevante na medida em que ele propicia a experiência da coletividade e, por conseguinte, a construção das relações no interior do grupo. Um coletivo que prioriza a qualidade das relações, com intuito constante de aprimorar, a princípio, o coletivo, e posteriormente, cada um dos indivíduos. Por isso, decidimos realizar outras incursões, com o intuito de identificar quais são os elementos que compõem essa noção de coletividade.

2.1. Cooperação e respeito

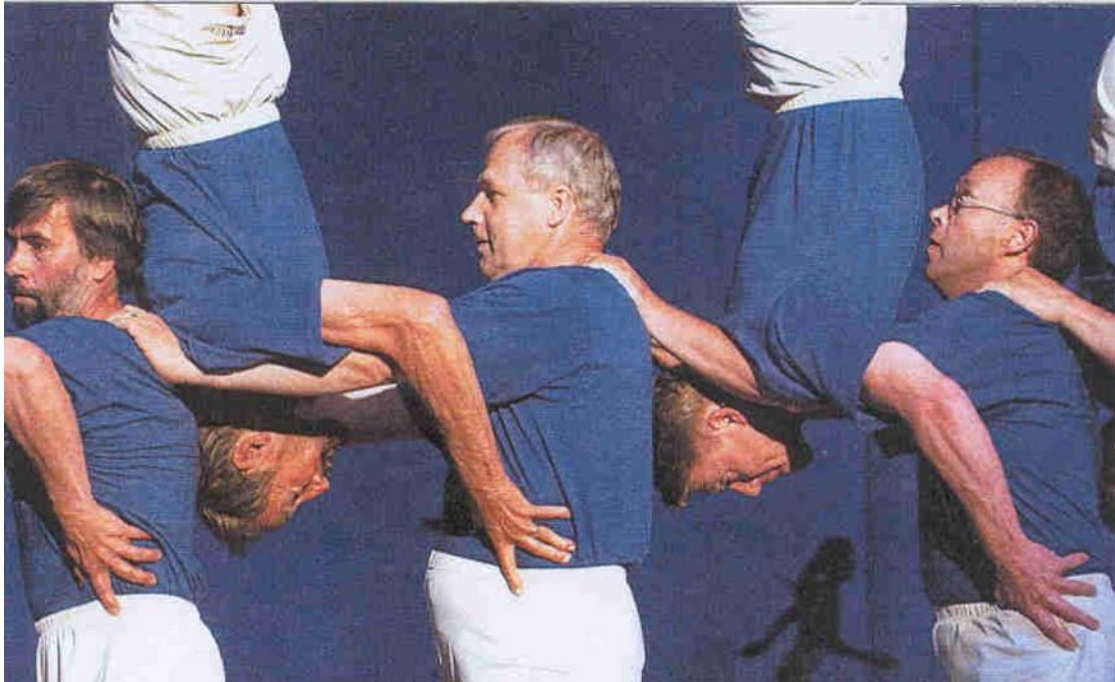


Imagem 13: Grupo durante apresentação no evento Deutsches Turnfest realizado na Alemanha.
 Fonte: acervo do GPG.

O sociólogo Richard Sennett nos presenteou com apontamentos importantes para repensarmos as formas de ligarmo-nos aos outros, as maneiras como as relações são estabelecidas e consumadas, tornando-se nosso referencial principal¹⁰ para a reflexão acerca de dois elementos que podem ser considerados como alicerces de nossa noção de coletividade: a cooperação e o respeito.

Seu livro *Juntos: rituais, prazeres e política de cooperação* (2012) ganhou nossa atenção não apenas pelo conteúdo, mas também pela maneira como é redigido, uma vez que o próprio autor reforça sua tentativa de torná-lo acessível. Em suas palavras: “[t]entei eliminar quaisquer disputas acadêmicas – esporte sangrento sem grande valor ao leitor comum – das páginas desses livros ou confinei questões de erudição às notas” (SENNETT, 2012a, p. 11).

¹⁰ Além das obras utilizadas que tratam diretamente sobre os elementos discutidos nesta sessão, outras leituras mais antigas do autor foram contempladas em nossa reflexão, sendo elas *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, publicado pela primeira vez em 1974, e *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* de 1998.

Muitas foram suas contribuições, mas, sem dúvida, a primeira que devemos abordar aqui é a noção da “cooperação” como uma “habilidade”. O ato de cooperar, para Sennett, pode ser compreendido como uma ação de troca na qual as pessoas que cooperam extraem benefícios dessa situação, algo que ocorre entre os “animais sociais”, os quais “cooperam para realizar o que não podem fazer sozinhos” (SENNETT, 2012a, p. 18). Cooperar, segundo Sennett (2012a), relaciona-se à questão de gestão de conflitos, pois está diretamente ligado ao desafio de “responder aos demais respeitando-os tal como eles são” (SENNETT, 2012a, p. 19). Dessa forma, fica evidente que, na perspectiva do autor, cooperar é algo já dado em nossas vidas e sem o qual dificilmente conseguimos imaginar um ser humano durante sua existência. Nesse sentido, Sennett (2012b) afirma que a “cooperação rigorosa” exige habilidades sociais importantes, ou melhor, “cubren el espectro que va saber escuchar al comportarse con tacto, encontrar puntos de acuerdo y gestionar la desavenencia o evitar la frustración en una discusión difícil” (SENNETT, 2012b, p. 20).

Conectar-se com outras pessoas, portanto, implica em desenvolver essa habilidade ou, mais amplamente, um conjunto de “habilidades dialógicas”. “Dialógica”, segundo o autor, é um termo técnico que está relacionado à atenção e sensibilidade em relação às outras pessoas. Para o autor, quando falamos sobre habilidades de comunicação, pensamos, inicialmente, nas habilidades de natureza declarativa, que são aquelas ligadas ao ato de expor, de forma clara, o que pensamos ou sentimos. Porém, o que ele chamará de habilidades de natureza dialógica – ou também cooperativa – exige mais de cada um de nós:

[s]aber escuchar requiere otro conjunto de habilidades, las de prestar cuidadosa atención a lo que dicen los demás e interpretarlo antes de responder, apreciando el sentido de los gestos y los silencios tanto como el de los enunciados. Aunque para observar bien tengamos que contenemos, la conversación que de ello resulte será un intercambio más rico, de naturaleza más cooperativa, más dialógica (SENNETT, 2012b, p. 30).

Ao discorrer sobre a habilidade de cooperar, Sennett menciona a simpatia e a empatia como formas de transmitir reconhecimento, mas ressalta: a empatia é um

“exercício mais exigente, pelo menos na escuta; aquele que escuta tem que sair fora de si mesmo” (SENNETT, 2012a, p. 40). Isso porque o que entendemos aqui é que a empatia representa o esforço de prestar atenção nas particularidades, nas diferenças e no sentimento de curiosidade em relação ao outro, enquanto que a simpatia não exige tal habilidade, podendo ser entendida por promover “identificações instantâneas”. Na opinião de Sennett, ambas são necessárias em distintos momentos da prática da cooperação.

Simultaneamente ao trato da empatia e da simpatia, o autor aborda ainda a questão da conversa, indicando dois caminhos de condução – a conversa dialética e a conversa dialógica – que podem, resumidamente, serem entendidas como “um jogo de contrários que leva a um acordo” e um “rebote de opiniões e experiências colocadas sem uma finalidade” (SENNETT, 2012a, p. 44), respectivamente. A partir disso, indica que a conversação dialógica é a que fomenta a empatia, uma vez que nessas situações, as pessoas não convergem para uma opinião comum ou simplesmente “se adaptam perfeitamente entre si” (SENNETT, 2012a, p. 44), mas podem obter conhecimento e prazer por meio de uma situação como essa.

Fica claro, nas palavras do autor, que, embora a cooperação tenha suas raízes nas etapas iniciais da vida humana e transforme-se numa habilidade permanente em nossa vida adulta, o ato de cooperar exige certo empenho. Ademais, ainda em concordância com Sennett, essa demanda tem sido cada vez menos contemplada em nosso cotidiano, o que indica uma desqualificação da cooperação na sociedade moderna. Isso ocorre, em teoria, por conta do que ele chama do surgimento de um “novo personagem” dos tempos atuais:

[e]l individuo proclive a reducir la ansiedad a la que pueden dar lugar las diferencias, ya sean de índole política, racial, religiosa, étnica o erótica. El objetivo de cada persona es evitar excitaciones, sentirse lo menos estimulada posible por diferencias profundas. [...] Pero también lo es la homogeneización del gusto. La homogeneización cultural es evidente en la arquitectura moderna, lo mismo que en la vestimenta, la comida rápida, la música popular, los hoteles... y una interminable lista globalizada. La afirmación «todos somos básicamente iguales» expresa una visión del mundo que busca la neutralidad (SENNETT, 2012b, p. 22).

Esse novo personagem corresponde, ao longo do texto, ao que o autor apelida de “eu não cooperativo” (SENNETT, 2012a, p. 254), que representa um novo tipo de caráter no qual se diminui o desejo de cooperar com outras pessoas. Algumas características marcantes da sociedade atual podem contribuir diretamente para esse “eu não cooperativo”, como, por exemplo, o narcisismo, a ansiedade, o tédio, a autocomplacência e a insatisfação.

Nesse sentido, as pessoas passam a se isolar cada vez mais, voltando toda a atenção para si mesmas, deixando de se atentar ou perceber problemas alheios à sua função e à sua vida particular. Isso é o que Sennett intitula de efeito de silo, que se dá, parcialmente, pela “combinação das relações superficiais e os breves vínculos institucionais” (SENNETT, 2012a, p. 22) e indica uma diminuição da exposição das pessoas a situações que demandam relações cooperativas. Para além disso, a confusão entre comunicação e compartilhamento de informações também agrava esse quadro, uma vez que

Este último es un ejercicio de definición y de precisión, mientras que la comunicación gira tanto en torno a la consideración de lo que queda sin decir como de lo que se ha dicho; la comunicación explora el terreno de la sugerencia y la connotación [...] el simple hecho de compartir información resta expresión. La diferencia entre información y comunicación afecta a la práctica institucional de la cooperación (SENNETT, 2012b, p. 50).

Partindo da ideia de cooperação como uma habilidade, entendemos que ela se efetiva e se aprimora a partir da prática e que, em concordância com o autor, parece estar sendo insuficiente, comprometendo essa nossa destreza. Esse comprometimento se justifica não apenas por uma escolha pessoal, mas pelas estruturas que são impostas em nosso cotidiano. Subsidiado pelos filósofos Amartya Sen e Martha Nussbaum, Sennett afirma que as nossas capacidades emocionais e cognitivas vêm se dando de forma equivocada, e que as diversas instituições ou organizações presentes em nossa vida limitam o desenvolvimento de nossas habilidades sociais, como a escola, o trabalho e a política. Ele, como nós, deve crer que, para além desses moldes, a cooperação e, de forma mais aprofundada, a

coletividade, podem florescer nas relações humanas. Resta-nos agora entender cada vez mais essa habilidade, para que possamos enxergar com clareza o que a limita e o que a fomenta, para que, então, como educadores, possamos agir.

Comecemos, então, pelos tipos de cooperação: a cooperação que é imposta “de cima para baixo” e a cooperação que tenta construir-se “de baixo para cima” (SENNETT, 2012a). No primeiro caso, temos uma cooperação que é considerada como meio para o alcance de uma meta, uma tentativa de impor uma solidariedade forjada que é apenas recebida e aceita através de práticas cooperativas que buscam, em tese, a obtenção de um objetivo. O segundo caso, entretanto, representaria a cooperação que nasce de baixo, pautada na “participação mais livre possível”, o que implica em certa perda de disciplina, característica que está fortemente presente na cooperação vinda de cima. Em geral, esses dois tipos de cooperações podem ser observados em um contexto de um grupo de pessoas, sendo esse grupo pautado ou não por um viés político.

Independentemente de o fato da cooperação estabelecer-se em um grupo grande ou pequeno, como vimos anteriormente, para Sennett a cooperação é sempre sinônimo de troca. Essas trocas, no entanto, representam diferentes tipos de cooperação na medida em que podem ser classificadas em cinco grupos, categorias que compõem o que o autor chama de “Espectro de trocas”:

[a] Aunque no me gustan las categorías arbitrarias, en aras de la claridad he dividido el espectro en cinco partes: (1) intercambio altruista, que implica el auto sacrificio; (2) intercambio en el que todos ganan, en el que ambas partes se benefician; (3) intercambio diferenciador, en el cual los actores advierten sus diferencias; (4) intercambio de suma cero, en el que una parte se beneficia a expensas de la otra, e (5) intercambio del tipo el ganador se lo lleva todo, en el que una parte barre a la otra (SENNETT, 2012b, p. 108).

A partir dessa categorização, Sennett nos explica que o equilíbrio entre a cooperação e competição – outra característica enraizada em nós, seres humanos – acontece de maneira mais visível conforme nos aproximamos do centro do espectro. As trocas caracterizadas como “altruístas” e “o ganhador leva tudo” são os extremos do espectro e, por isso, representam, respectivamente, o extremo da cooperação e o

extremo da competição, o que significaria que, na relação de troca, apenas um dos fluxos seria beneficiado.

No caso das trocas “todos ganham”, “trocas diferenciadas” e “trocas de soma zero”, a relação cooperação *versus* competição se equilibra, e por isso os benefícios da troca se dão de maneira mais significativa para os diferentes agentes da situação. As trocas do tipo “todos ganham”, considerada a segunda na escala do espectro, quando comparada às trocas dos extremos do espectro, representam, segundo Sennett, “uma reciprocidade muito mais aberta” (SENNETT, 2012a, p. 113). A quarta troca, intitulada “soma zero”, é muito conhecida e praticada em nosso cotidiano e representa as trocas nas quais eu coopero e compito, perco ou venço, mas na derrota, o vencedor ainda me deixa algo que me incentive a continuar competindo.

No meio do espectro está a troca de tipo “diferenciada”, que pensando a noção de coletivo a ser construída, é a mais representativa para nossa construção. Esse tipo de troca pode facilmente se confundir com a troca do tipo “todos ganham”, porém, ela representa um objetivo mais reflexivo, “se concentra no que cada um aprende sobre si mesmo [...] é o terreno da dialógica” (SENNETT, 2012a, p. 118). Considerando o que vimos sobre a dialógica, fica evidente a presença das “diferenças” entre as pessoas que cooperam nesse tipo de troca e nesse sentido, o autor afirma que o “diferente” não representa superioridade ou inferioridade, e por isso, não deve fomentar o que ele chama de comparação odiosa, expressão também muito interessante para nossas reflexões. Assim, ainda nessa categoria, atrela a ideia de compartilhamento e reconhecimento ao

[...] destacar que cada persona tenía algo diferente que ofrecer [...] La consecuencia era el refuerzo de la cooperación; los rituales de reconocimiento de que cada uno y todos los miembros de los mencionados institutos tenían algo especial que ofrecer contribuyó a la productividad y la calidad de lo que en ellos se hacía; la gente ajena observó y tomó en serio esos resultados (SENNETT, 2012b, p. 122).

A partir dessas ideias iniciais, podemos passar ao “triângulo social” que, de acordo com Sennett, é basicamente a organização de três elementos que compõem

as relações informais num ambiente de interação, mais especificamente, de trabalho. Em um dos lados do triângulo, se aloca a "autoridade merecida"; no segundo lado, o "respeito mútuo"; e no terceiro, "cooperação em momentos de crise". Para o primeiro grupo de relações, Sennett realiza uma discussão sobre o significado da palavra autoridade, indicando que por vezes essa expressão é entendida como "poder puro e duro" (SENNETT, 2012a, p. 214) quando, na verdade, autoridade se refere ao poder dotado de legitimidade, o que estaria estritamente relacionado à ideia de obediência voluntária, ou seja, de forma breve, o ato de obedecer a alguém mesmo quando se tem uma segunda opção. Ou seja, essa aresta do triângulo faz referência ao processo que legitima a autoridade de uma ou mais pessoas dentro de um grupo que se relaciona e às escolhas dos demais integrantes a partir do reconhecimento desse poder legítimo.

Parece-nos que é com "respeito mútuo", também entendido como "confiança como ato de fé", que as relações entre os integrantes se constroem, uma vez que é o lado que representa "os trabalhadores falarem livremente sobre problemas comuns importantes, e além disso, encobrirem os companheiros em dificuldades" (SENNETT, 2012a, p. 211). A confiança, portanto, é o centro dessa aresta e, em concordância com o autor, ela se fortalece na medida em que eu contenho as comparações odiosas. Após a leitura, entendemos que essas comparações se assemelham a mensurações ou competições subjetivas que cunhamos para nós mesmos, uma experiência personalizada de desigualdade e que por vezes, pode reforçar o "efeito silo". No terceiro e último lado, estaria, em nosso ver, a práxis dessas relações construídas, ou seja, os momentos em que a "cooperação se coloca a prova quando as coisas vão mal" (SENNETT, 2012a, p. 219).

Esses três elementos estão, em geral, presentes quando pensamos em um grupo de pessoas, porém sofrem interferências significativas de fatores externos. A tendência, por exemplo, da imposição de curtos prazos para o desenvolvimento de ações, seja no trabalho ou qualquer outra esfera cotidiana, é um fator determinante sobre esses elementos: a velocidade com que essas relações precisam se estabelecer

não permite a profundidade necessária, por exemplo, para um processo de legitimidade de poder ou até mesmo de construção de confiança entre os companheiros. Se a confiança é diminuída, é acentuada, então, a comparação odiosa. Aqui, temos um indício claro que a cooperação demanda processo – ela dificilmente se estabelece em um contexto pura ênfase no produto.

Da mesma forma, a demanda intensa e a condição pessoal de cada integrante interferem nessas relações: quando, por conta de fatores externos, não é possível sentir-se bem, seguro ou confortável em determinada posição, a chance de sentir-se capaz de preocupar-se com o outro diminui. Ao importar-se menos, a tendência é um maior afastamento das relações cooperativas, o que reforça o efeito de silo, a ênfase do “eu não cooperativo” e até mesmo o incentivo a uma “cooperação desmotivada”, que é como Sennett chamará “os silos e o trabalho em equipe superficial” (SENNETT, 2012a, p. 251).

Vale ressaltar que, para exemplificar seu entendimento sobre as diferentes perspectivas da cooperação, o autor faz uso da ideia de “Ateliê” em várias passagens do texto. Essa instituição, como ele denomina, é desde a antiguidade um modelo de cooperação, que dá lugar a “justiça, segundo a qual as pessoas podem ser arbitrariamente despossuídas das coisas que produzem, e desfrutam de uma espécie de autonomia política” (SENNETT, 2012a, p. 87). Assim, a cooperação ativa seria mais do que a simples tolerância: o fato de estarmos expostos a relacionamentos com pessoas que não são cópia exata de nós mesmos é o grande desafio do ato de cooperar. Para o autor, no que tange a cooperação, o fundamental não se trata da presença passiva: a “cooperação reside mais na participação ativa” (SENNETT, 2012a, p. 329), afirmação que permeia nossas reflexões acerca do coletivo desde o início deste estudo.

A cooperação é, portanto, base para a noção de coletividade. No entanto, ela torna-se possível na medida em que outro elemento respalda as relações de convivência entre os integrantes do grupo: o respeito. Nesse sentido, outra obra de

Sennett se mostra relevante por tratar de noções básicas que perpassam as relações humanas: *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual* (2004).

Para que possamos compreender o respeito, é necessário, segundo Sennett, entender, primeiramente, o caráter e sua relação com a personalidade. A ideia de caráter está ligada à noção de instrumentos sociais – as leis, a mídia, a política; a comunicação de uma pessoa com outras por meio desses instrumentos representa o caráter. A leitura, e mais do que isso, a interpretação desses instrumentos é a chave para esse raciocínio: quando interpretados de maneira correta, “as pessoas se relacionam com estranhos, envolvem-se emocionalmente em eventos interpessoais, engajam-se com instituições” (SENNETT, 2004, p. 70). São nessas relações estabelecidas que o caráter se forma e se refrata. Baseando-se nos sociólogos Wright Mills e Hans Gerth, Sennett explica:

[é] esta capacidade de se envolver com o mundo maior que define o caráter de uma pessoa [...] o caráter pode ser considerado o lado relacional da personalidade, e transcende a máxima de que somente as relações face a face são emocionalmente absorventes (SENNETT, 2004, p. 71).

Se o caráter, portanto, está pautado na leitura e na interpretação de textos sociais, ele está diretamente atrelado à ideia de respeito, uma vez que diferentes interpretações resultam em diferentes construções acerca do respeito. Para além disso, o respeito ainda está atrelado, em concordância com o autor, à ideia de status, prestígio, honra, dignidade e reconhecimento. Foge de nosso objetivo cunhar uma discussão sobre esses elementos. O que, em linhas gerais, nos interessa desse emaranhado de princípios é que eles tornam o respeito algo ainda mais complexo e subjetivo.

Nesse sentido, vale indicar a classificação que Sennett propõem que envolve duas categorias: o respeito próprio e o respeito mútuo. O respeito próprio está ligado à ideia de resultado e corresponde, de maneira simplificada, a um sentimento que talvez se aproxime de uma satisfação com relação ao que a própria pessoa faz e como ela faz: “O artífice [...] concentra-se em fazer bem o seu trabalho, e

isto confere respeito próprio. As relações interpessoais, os processos sociais, a mutualidade, não estão em questão” (SENNETT, 2004, p. 74).

O respeito mútuo, entretanto, contempla esses processos sociais, embora não tenhamos entendido que ele é uma oposição ao respeito próprio: eles se influenciam, mas não necessariamente essa interferência retrata uma relação inversamente proporcional. Ancorado na ideia de processo, a mutualidade significa reciprocidade, na medida em que está relacionada à ideia de troca, de relações entre pessoas. Um detalhe interessante que une a ideia de respeito próprio e a ideia de relações é o que, baseado em Rousseau, Sennett chama de comparações ofensivas. Para nós, é certa a semelhança entre esse termo e as “comparações odiosas”. Porém, na esfera do respeito, essas comparações significariam, por exemplo, relações de inveja, nas quais alguém expressa o desejo de tornar-se outro alguém.

[a] sociedade moderna nos convida a inveja: em um mundo propenso a destruir a tradição e o lugar herdado, afirmar a possibilidade de fazer alguma coisa na vida por nossos próprios méritos, o que nos impede de nos tornarmos outra pessoa? Tudo que temos que fazer é imitar o tipo de pessoa que gostaríamos de ser. Entretanto, se aceitamos esse convite, perdemos nosso respeito próprio (SENNETT, 2004, p. 111).

Um argumento presente no *Discurso sobre a origem da desigualdade* de Rousseau elucidado por Sennett nos recorda que essas comparações estão de fato atreladas ao respeito próprio e, conseqüentemente, à condição na qual a pessoa se encontra (ou não) em relação a si mesma, à maneira como vive e às ações que realiza. Esse argumento enfatiza que essas comparações não ferem pessoas que não querem ser diferentes de quem são, tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista da essência, no sentido de não querer ser uma pessoa diferente do que é.

As relações de autonomia e dependência também são discutidas nessa obra e nos despertam para um entendimento dessas relações ligadas ao caráter e à solidariedade. Autonomia como capacidade de se separar dos outros não é a compreensão apropriada por Sennett. A autonomia pode ser compreendida como uma força de caráter fundamentada pelas percepções de terceiros, estabelecendo

“um relacionamento entre as pessoas, em vez de uma diferença segregante” (SENNETT, 2004, p. 144). Como na construção de outros princípios e valores, mais uma vez, as relações entre as pessoas são as grandes construtoras.

Nessa direção, esse relacionamento estabelecido é uma ligação que se aproxima de uma relação solidária, na qual eu quase me confundo com o outro, na tentativa de perceber quaisquer semelhanças entre nossas experiências. Ao mesmo tempo, reservo-me o direito de perceber as diferenças entre mim e o outro, e ao notar essas diferenças, “eu sei mais sobre quem eu sou como uma pessoa diferente” (SENNETT, 2004, p. 145). Na medida em que esse processo acontece – eu me identifico para então me diferenciar – a autonomia ocorre, pois ela se baseia num processo constante que revela para cada um de nós o quanto é difícil compreender o outro.

Concebida dessa forma, a autonomia é uma receita para a igualdade. Em vez de uma igualdade de compreensão, uma igualdade transparente, autonomia significa aceitar no outro o que não entendemos, uma igualdade opaca (SENNETT, 2004, p. 145).

Logo, a verdadeira autonomia abriga o respeito e a solidariedade. Ambos estão, ou entendemos que também deveriam estar, presentes nas relações de doação e de auxílio para com o outro, retratos que Sennett abordará de forma significativa ao tratar do surgimento e desenvolvimento de instituições assistencialistas, ou também conhecidas, como instituições de caridade. Após uma longa discussão sobre essas organizações, destaca-se para nós uma expressão que simboliza generosidade e, simultaneamente, nos alerta para possíveis relações ou trocas que escondem intenções por trás de sua realização: largueza (SENNETT, 2004, pp. 160-161).

Essa expressão sempre representa o ato generoso, porém por trás deste ato podem existir, segundo o autor, duas perspectivas distintas: quando se é dado um presente, o ato de presentear pode significar apenas o presente dado simplesmente – com o foco no fato de que quem ganhou carecia daquilo que está ganhando. Na contramão, o presente dado pode significar um meio para ganhar

poder sobre aquele que recebe o presente. São as faces – concomitantes e contraditórias – de liberdade e manipulação da generosidade e/ou da largueza.

Pensando de maneira mais ampla na questão da manipulação, indicar a existência dessas relações é importante para nossa reflexão, mesmo que de forma indireta, uma vez que as pessoas que integram um coletivo também possuem intenções e interesses que moldam a trajetória de construção dos relacionamentos. Os interesses podem e devem ser diversificados dentro do coletivo e é desejável, inclusive, que eles promovam conflitos que contribuam para o amadurecimento da coletividade. No entanto, vale pensar que, em geral, nesses casos, as diversidades de interesse devem ser compartilhadas de forma solidária e não como situações que propiciem a manipulação das relações em prol do sucesso ou satisfação pessoal única e exclusiva de um integrante do grupo.

2.2. Reconhecimento



Imagem 14: Grupo durante apresentação na XIII WG 2007, realizada na Áustria.
Fonte: Site oficial da WG da Áustria 2019.

Foram as reflexões de Axel Honneth que nortearam a fundamentação do “reconhecimento”. De fato, Mattos (2009) destaca o referido autor por conseguir por meio de sua teoria colocar as lutas por reconhecimento como o elemento central da teoria crítica, principalmente a partir do livro *A Sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser* (MATTOS, 2009).

A obra elegida de Honneth para contribuição em nossa argumentação foi *Luta por reconhecimento* (2003), com ênfase no capítulo intitulado “Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito e solidariedade”. Essa obra nos ofereceu um entendimento sobre o reconhecimento social e nos trouxe passagens que quase de maneira instantânea conseguimos aproximar de nossas experiências coletivas no âmbito da GPT, nas quais alguns trechos até pareciam narrativas de algumas situações previstas num olhar para a GPT por meio da coletividade.

Considerando a contribuição de Honneth, três “padrões” (amor, direito e solidariedade) parecem ser necessários para uma breve contextualização do que vem a ser a teoria do reconhecimento e as relações de reconhecimento recíproco. Honneth tem como fundamentação teórica para sua teoria outros dois autores: Mead, com suas contribuições da psicologia social, e Hegel. A teoria, de forma geral, tem como propósito o esclarecimento dos processos de mudança social referindo-se às pretensões estruturalmente presentes na relação de reconhecimento recíproco. O ponto de partida dessa teoria da sociedade se baseia no princípio de que,

[a] reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprende a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (HONNETH, 2003, p. 157).

A partir disso, o autor defende, então, formas nas quais o reconhecimento recíproco acontece, sendo a primeira delas o amor. O amor, palavra tão forte que muitas vezes é exclusivamente associada a relações conjugais, aqui é entendido numa concepção mais abrangente: o amor simboliza todas as relações primárias, na

medida em que se constituem por ligações fortes entre poucas pessoas, podendo representar, portanto, o amor entre pais e filhos, o amor conjugal e o amor referente à amizade.

O amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro. Além disso, visto que carências e afetos só podem de certo modo receber “confirmação” porque são diretamente satisfeitos ou correspondidos, o próprio reconhecimento deve possuir aqui o caráter de assentimento e encorajamento afetivo; nesse sentido, essa relação de reconhecimento está também ligada de maneira necessária à existência corporal dos outros concretos, os quais demonstram entre si sentimentos de estima especial (HONNETH, 2003, p. 160).

Vemos, portanto, que o amor seria uma alternativa no campo da reciprocidade, no qual é estabelecida uma relação de demanda mútua de sentimentos, cuidado e dedicação. Essa relação passa a existir na medida em que reconheço através de sentimentos que a presença ou o contato com outro alguém tem grande importância, assim como o momento em que consigo perceber a mesma importância através dos sentimentos do outro para comigo.

Um exemplo bastante interessante que Honneth utiliza para tratar dessa introdução ao padrão do amor é a relação entre mãe e filho. Quando pensamos no alto grau de dependência que permeia a relação mãe-filho nas primeiras semanas de vida de uma criança, faz sentido a questão que o autor levanta: “como se constitui o processo de interação através do qual mãe e filho podem se separar?” (HONNETH, 2003, p. 165). Como é possível fortalecer o amor num processo de fomento da independência de ambas as partes?

A resposta para esse questionamento está pautada no que é intitulado de “cooperação intersubjetiva” que, nesse caso, teria o objetivo de promover a “capacidade de estar só”. E essa capacidade permeia todas as relações amorosas e se constitui na segurança que uma das partes possui em relação ao amor e dedicação do outro: na medida em que eu me sinto seguro dos sentimentos que tenho por

determinada pessoa e dos sentimentos que ela possui por mim, eu me sinto seguro para estar distante, pois é certo para mim a construção dessa relação amorosa e a certeza de que ela permanece mesmo na ausência do outro. É isso que explica a autonomia no campo das relações amorosas e é também o que tange as relações de amizade. O poder estar só “é a matéria de que é feita a amizade” (HONNETH, 2003, p. 174). Isso, segundo a teoria, tem um grande papel não apenas no que diz respeito ao fortalecimento da relação estabelecida, mas também e principalmente no que diz respeito ao amadurecimento de nós mesmos, ou seja, a constituição de nossa autoconfiança.

Além disso, visto que essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de auto-relação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto na lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico de todas as outras atividades do auto-respeito (HONNETH, 2003, p. 177).

O autorrespeito representa para o direito o que a autoconfiança simboliza para o amor. Sobre o direito e o reconhecimento recíproco presente nesse padrão, que também pode ser entendido como “reconhecimento jurídico”, Honneth (2003) afirma que para que possamos nos compreender como portadores de direitos é necessário que saibamos quais obrigações e limites que nós devemos seguir em relação ao outro: só quando pensamos no outro como integrante de um coletivo de portadores de direitos é que “nós podemos nos entender também como pessoas de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões” (HONNETH, 2003, p. 179).

Assim sendo, entendemos que os direitos e a sensação de possuí-los constituem-se na medida em que os observamos no interior do coletivo, ou seja, na medida em que esses direitos são direitos de todos e que o respaldo que leis, normas e regras estabelecidas oferecem aos seus integrantes será sempre justo e igualitário.

O que eu posso ou não fazer está dado não apenas pela regra, mas sim pelo cumprimento dela por mim e pelos meus pares.

Há ainda, uma diferenciação importante apresentada pelo autor para o entendimento dos termos “reconhecimento jurídico” e “estima social”. Tanto em um caso como no outro, a pessoa passa a ser respeitada por conta de determinadas propriedades. No primeiro caso, “reconhecimento jurídico”, esse alguém é respeitado por propriedades universais que fazem dele uma pessoa, enquanto que no segundo caso, o respeito é devido a propriedades particulares que o caracterizam e o diferenciam de outras pessoas. Logo, no campo do “reconhecimento jurídico”, a questão central torna-se como determinar essas propriedades constitutivas das pessoas como tais, paradigma muito diferente do que encontramos no campo da “estima social”, onde a questão torna-se como constituir o sistema referencial de valores a fim de possibilitar uma mensuração das propriedades particulares, viabilizando, por exemplo, uma dinâmica de comparação.

Dessa forma, entendemos a estima social como uma expressão que nos remete a mais um campo de disputas, mesmo que simbólicas. A estima social, que em outros momentos podia ser adquirida por herança familiar ou simplesmente por uma hierarquia tradicional de valores associada a uma visão determinista de grupos estatais da sociedade, tomou outra forma no “limiar da modernidade” (HONNETH, 2003, p. 204). Agora o sujeito entra no disputado campo da estima social com uma grandeza biograficamente individuada. O conceito de “honra social” vai sendo gradativamente substituído por “prestígio” e “reputação”, categorias que condizem com o processo de individuação.

Daí a estima social não estar mais associada a quaisquer privilégios jurídicos nem incluir doravante, de forma constitutiva, a caracterização de qualidades morais da personalidade. Pelo contrário, o “prestígio” ou a “reputação” referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de auto-realização, porque de algum modo contribui para ela à implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos; tudo na nova fase individualizada do reconhecimento, depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto à

formas distintas de auto-realização, mas que deve poder servir também como um sistema predominante da estima (HONNETH, 2003, p. 206).

O autor enfatiza, mesmo com o processo de individuação da estima, a importância dos grupos nesse processo, alegando que na sociedade atual, as relações de estima social representam uma luta permanente envolvendo diferentes grupos, na tentativa de elevarem “o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (HONNETH, 2003, p. 207). A essa ideia complementa-se o fato de que é através dessas disputas que os grupos vão se legitimando, na medida em que alcançam a atenção da esfera pública, conseguindo assim, aumentar o que Honneth chama de valor social, ou ainda, a reputação de seus membros.

É pensando esses grupos e nas relações pessoais que os constituem que o padrão de solidariedade ganha sentido:

[n]a relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida; pois por “solidariedade” pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica (HONNETH, 2003, p. 209).

A solidariedade está, portanto, ligada a “um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro” (HONNETH, 2003, p. 209), e o mesmo paralelo que é estabelecido entre as ideias de autoconfiança e autorrespeito, ao amor e ao direito, respectivamente, é estabelecido entre a ideia de autoestima, ou ainda “sentimento do próprio valor” (HONNETH, 2003, p. 210) e a solidariedade. Isso porque além do ato de reconhecer o outro e suas capacidades, é dessa relação de reconhecimento que floresce uma “confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como valiosas pelos demais membros da sociedade” (HONNETH, 2003, p. 210).

Nesse ponto, entendemos que a expressão “simétrica” se torna importante na medida em que me relacionar com o outro simetricamente supõe o entendimento das possibilidades de atuação do outro como “significativas para a práxis comum”, ou seja, significativa para o coletivo. Mais relevante ainda é o fato de que esse entendimento não está vinculado à ideia de mensuração dessas contribuições, ou seja, o intuito não é identificar quem contribui de forma mais significativa, mas identificar qual é a contribuição mais significativa de cada indivíduo. Essa “identificação” constrói-se na medida em que eu não apenas aceito a outro e suas possibilidades de contribuição, mas eu me interesso, de forma afetiva, por ele e por suas características.

Relações dessa espécie podem ser chamadas de solidárias porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por esse particularidade [...] que o termo simétrico não possa significar aqui estimar-se mutuamente na mesma medida é o que resulta de imediato da abertura exegética fundamental de todos os horizontes sociais de valores: é simplesmente inimaginável um objetivo coletivo que pudesse ser fixado em si de modo quantitativo, de sorte que permitisse uma comparação exata do valor das diversas contribuições; pelo contrário, “simétrico” significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experimentar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade (HONNETH, 2003, p. 211).

Sem dúvida, essas relações solidárias estão presentes em nosso entendimento acerca da coletividade, uma vez que, para nós, esse processo de reconhecimento da capacidade do outro é importante não apenas no sentido indicado por Honneth – que diz respeito à autoestima na medida em que o outro é “valorizado” no interior do coletivo –, mas também e principalmente porque isso permite a longo prazo que o coletivo construa uma identidade pautada nas características de seus integrantes.

Essa construção coletiva viabilizada pelas relações solidárias ameniza a concorrência individual por estima social, diminuindo, assim, as possíveis condutas de desrespeito no interior do grupo que sempre será pensado como um espaço conflitos. Além disso, acreditamos que essas relações solidárias de reconhecimento

estejam atreladas também ao que entendemos como sentimento de pertencimento, pois entendemos o sentimento de pertencer a um coletivo como mais uma forma de reconhecimento: reconhecer-se como parte de determinado grupo, ou melhor, de determinado coletivo.

2.3. Comunidade, pertencimento e rituais



Imagem 15: Grupo de GPT durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.
 Fonte: Site oficial da WG Áustria 2019.

Com base nas reflexões anteriores, o senso de comunidade, seus rituais e o sentimento de pertença surgem como elementos importantes para o entendimento do coletivo e da construção da coletividade. Para compreender a **comunidade**, nos orientamos, principalmente, pelas produções de Tönnies e, mais precisamente, na obra *Comunidad y Asociación*, publicada pela primeira vez em 1887 (*Gemeinschaft und Gesellschaft* na publicação original) e hoje utilizada por inúmeras produções acadêmicas que têm em suas agendas discussões que perpassem os princípios de uma teoria de estrutura social (WICHMANN, 2015b; MOCELLIM, 2011; COSTA; MACIEL, 2009; PERUZZO; VOLPATO, 2009; BRANCALEONE, 2008; ARENARI, 2007; GROPPPO, 2006; PERUZZO, 2002; ALBUQUERQUE, 1999).

Com base em Weber (2009), autor que também tem como uma de suas influências a produção de Tönnies (BRANCALEONE, 2008), as ideias de ação, ação social e relação social, parecem preceder qualquer tentativa de entender o conceito de comunidade. Enquanto a ação é caracterizada pelo autor como um “comportamento humano” ao qual o agente ou os agentes associam um sentido subjetivo, a ação social é definida como “aquela em que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de *outros* e por ele se orienta no seu decurso” (WEBER, 2009, p. 21). Ao que parece, a ação se torna social na medida em que o comportamento do agente é orientado pela presença de outros indivíduos. Quando, no entanto, atribui-se o caráter recíproco à ação social de um agente frente ao contato com outro indivíduo, estabelece-se a relação social.

É a partir da diferenciação das relações sociais que, ainda fundamentados em Weber (2009), identificamos o que o autor denomina de “constituição de comunidade” e “constituição de sociedade”:

[d]enomina-se-á “constituição da comunidade” uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afectiva ou tradicional) dos participantes. Denomina-se-á “formação da sociedade” uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social se baseia no ajustamento de interesses por motivos racionais (de caráter axiológico ou teleológico), ou também numa união de interesses por motivos idênticos (WEBER, 2009, p. 66).

O olhar de Weber percorre, portanto, uma diferenciação entre os termos comunidade e sociedade também fortemente identificada na obra de Tönnies (1979). Para esse último autor, existe um contraste inerente a esses dois conceitos, uma vez que “toda convivência íntima, privada, excludora, suele entenderse, según vemos, como vida em *Gemeinschaft* (comunidade). *Gesellschaft* (sociedade) significa vida pública, el mundo mismo” (TÖNNIES, 1979, p. 27). Essa conceituação antagônica acerca do par comunidade-sociedade elaborada por Tönnies mantém-se nas discussões das produções atuais sobre o tema, indicando determinadas

“configurações sociais contrastantes, tais como o arcaico e o moderno, o afetivo e o racional, o sagrado e o secular” (ALBUQUERQUE, 1999).

Tönnies refere-se à comunidade como um espaço que se constitui por uma convivência genuína e durável. A sociedade, em contrapartida, considerada recente, quando comparada à comunidade é transitória e superficial. É nesse sentido que o autor aponta que

la teoría de la comunidad parte del supuesto de la perfecta unidad de las voluntades humanas en tanto que condición original o natural que mantiene a pesar de su dispersión empírica. Esta condición natural se manifiesta en múltiples formas a causa de la dependencia de la naturaleza de la relación dada entre los individuos diferentemente condicionados (TÖNNIES, 1979, p. 33).

Na mesma esteira de Tönnies e com contribuições das leituras de Nisbet e Hillary, a obra de Peruzzo (2002) elege um conjunto de elementos que devem se fazer presentes para que uma comunidade possa existir, sendo eles a interação, a participação, os objetivos comuns, as identidades, o pertencimento e a cooperação. Dessa forma, a comunidade exige relações estimuladas por laços de consanguinidade e afinidade, “se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária; pelo consenso e mútuo conhecimento íntimo” (BRANCALEONE, 2008, p. 100). Nas palavras originais de Tönnies

El sentimiento recíproco obligatorio, como voluntad peculiar de una comunidad, recibirá el nombre de consenso (*Verständnis*). Representa la particular fuerza e propensión social que mantiene unidos a los seres humanos como miembros de una totalidad [...] Todo lo que se adapta a la idea de esta relación de *Gemeinschaft* ha de considerarse como la voluntad propia irreal de aquellos que conviven unidos (TÖNNIES, 1979, pp. 45-46).

Ancorado nas considerações de Weber e também de Durkheim, Mocellim (2011) definiu como fatores determinantes para uma comunidade a solidariedade, a relação afetiva e o compartilhamento de tradições. Nesse sentido, podemos adentrar em outro aspecto da teoria de Tönnies. Podemos observar em sua obra o que o autor intitula de “leis comunitárias básicas”, sendo a primeira delas a ideia de que parentes, cônjuges, vizinhos e amigos se relacionam reciprocamente, conversam e

pensam sobre pautas semelhantes; a segunda a ideia de que entre as pessoas que se relacionam há compreensão e consenso; e a terceira e última lei, pautada na ideia de que os integrantes que se relacionam e se entendem permanecem e vivem juntos, organizando sua vida em comum (TÖNNIES, 1979).

Esses princípios viabilizam a vida em comunidade que, em concordância com o mesmo autor, pode existir a partir de relações de parentesco, de vizinhança e de amizade, originando as chamadas “comunidad de sangre”, “comunidad de localidad” e “comunidad de espíritu” (TÖNNIES, 1979, p. 39). As relações de amizade e, como veremos mais a frente, as trocas de tradições entre os praticantes em um grupo de GPT mostram uma importante aproximação ao conceito de comunidade, como vemos aqui:

[l]a amistad es independiente del parentesco y la vecindad y está condicionada por la similaridad de trabajo e la actitud intelectual, al tiempo que deriva de ambas. Surge con mayor facilidad cuando el trabajo o el arte son los mismos o de carácter semejante. Um lazo así, sin embargo, tiene que establecerse y sustentarse en virtud de muchos y frecuentes encuentros, los cuales son más probables en un poblado [...] la amistad espiritual constituye una especie de escena o encuentro invisible que tiene que mantenerse vivo gracias a la intuición artística y la voluntad creadora. Las relaciones entre los seres humanos en tanto que amigos y camaradas poseen um carácter menos orgánico e intrínsecamente necesario. Son menos instintivas e se basan en menor medida en el hábito que las relaciones de vecindad. Son de naturaleza mental y parecen estar fundadas, en consecuencia y en comparación, con las relaciones precedentes, en la casualidad o en la libre elección (TÖNNIES, 1979, p. 41).

A noção de coletividade em construção parece estar subordinada a dinâmicas que requerem relações solidárias intensas estabelecidas entre os praticantes de GPT, particularmente entre os integrantes de um grupo, os quais são de forma contínua estimulados a participar ativamente das mais diversas situações que emergem no interior do grupo. Essa participação se dá, conforme veremos, em um processo de convivência no qual os integrantes firmam relações na medida em que compartilham toda e qualquer experiência que seja pertinente aos anseios do

coletivo. Essas relações são, no contexto de nossa prática, relações comunitárias¹¹ de companheirismo e, em todas elas, “las voluntades individuales se orientan y valen mutuamente para que la relación pueda presentarse como un equilibrio de fuerzas” (TÖNNIES, 1979, p. 37).

O sentido dado ao termo comunidade aproxima-se, dentro dos limites possíveis, a experiência vivida nos grupos de GPT, revelando que o **sentimento de pertença**, entendido como uma condição para a vida em comunidade, e como resultado do exercício ininterrupto de reconhecimento (HONNETH, 2003), é também fundamental para o estabelecimento do coletivo na GPT.

Tanto Weber quanto Tönnies, ao tratarem do sentimento de comunidade, abordam naturalmente o pertencimento, sentimento que ocorre no interior dos grupos que são motivados por ligações emocionais e afetivas, afastando-se de “enrijecimentos institucionais” (MOCELLIM, 2011). Dessa maneira, a nosso ver, a comunidade é inerente à pertença, da mesma forma que a pertença é inerente à comunidade, relação de imanência que aparece com ampla frequência nas produções acerca do tema (CORREIA; COSME, 2011; ELVAS; MONIZ, 2010; PERUZZO; VOLPATO, 2009; LEMOS, 2009; AMARO, 2007; AFONSO, 2001; ALBUQUERQUE, 1999).

O sentimento de pertença está, pois, relacionado à ideia de “nós”, ou seja, a um processo que vai fortalecendo as relações de tal modo que transforma um conjunto de “eu” em um “nós”. Esse movimento, portanto, com sentido do “eu individual para a totalidade de indivíduos” (CORREIA; COSME, 2011, p. 434), isto é, para o coletivo, é o que consideramos que viabiliza o sentimento de pertença. E, durante esse movimento, outra questão se mostra relevante: para que os integrantes

¹¹ A discussão sobre comunidade e sociedade, embora possa ser explanada a partir do referencial de Tönnies (1979) de forma acessível, exige certo cuidado na medida em que tanto em seu referencial como em Weber, por exemplo, existem considerações que nos relembram que, tratando de relações sociais, não se pode regar, medir ou classificar de maneira precisa o quanto se tem de caráter comunitário ou societário num determinado conjunto de relações: “Toda a relação social, mesmo a teleológico-racional pode produzir valores afetivos que vão além do fim simplesmente querido” (WEBER, 2009, p. 67). Ao discutir esse mesmo tema, Arenari (2007, p. 41) acrescenta “*Gemeinschaft*, é o sentimento que predomina na comunidade, mas que também pode existir na sociedade, assim como o sentimento de *Gesellschaft* também pode existir na comunidade, mas nunca será predominante”. Esta nota, portanto, apenas indica a cautela acerca da interpretação dos argumentos utilizados.

do grupo possam se reconhecer como parte dele, é necessário que o “nós” seja construído com o cuidado de garantir que a pertença social a esse coletivo esteja pautada num processo de conceitualização e conscientização da própria comunidade, onde “os indivíduos constroem, simbolicamente, uma comunidade, transformando-a num recurso e num repositório de significado e num referente para sua identidade” (COHEN, 1985, p. 13, *apud* LEMOS, 2009).



Imagem 16: Grupo durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.
Fonte: Site oficial da WG 2019.

Nesse sentido, é necessário que o exercício de superar o “eu” para atingir o “nós” busque que os diferentes “eus” não sejam abandonados durante esse processo. Em outras palavras, os indivíduos precisam conhecer o coletivo ao qual pertencem na mesma medida em que o coletivo também precisa reconhecer as

diferentes vozes que compõem o "nós". Equívocos nesse movimento de reconhecimento são o que, por vezes, fazem com que determinado indivíduo não se reconheça como parte do coletivo. É por isso, portanto, que no contexto estudado, é necessário não apenas possibilitar o direito a voz, mas também estimular que os sujeitos a utilizem num processo de construção coletiva. Isso não garante que todos os indivíduos terão no "nós" os seus "eus" integralmente contemplados, ainda mais tratando-se de um grupo heterogêneo. No entanto, possibilita que por meio das vozes, o "nós" possua pequenas partes de todos os "eus".

Outro aspecto que identificamos acerca do pertencimento é a respeito do compromisso, da preocupação com relação aos companheiros e às causas do coletivo, situações que ocorrem conforme o sujeito envolve-se e mantém-se na comunidade. Esse envolvimento estaria consequentemente atrelado aos laços comunitários que prendem o sujeito ao grupo (FREITAS, 2008). Esses laços são desenvolvidos não só a partir da sensação de conforto, cuidado e acolhimento, mas também a partir do exercício da atenção e dedicação frente às diferenças individuais e culturais que podem ser expostas no interior do grupo (LEMOS, 2009). Sentir-se "dentro do ninho" (BAUMAN, 2003), conforme parafraseia Lemos (2009), ou ainda sentir-se pertencente a um coletivo é resultado de uma convivência nem sempre amena, mas frequentemente intensa.

No interior da comunidade, os integrantes que a ela pertencem delineiam seus **rituais**, elementos que constituem e reforçam o entendimento do coletivo. A ideia de ritual trata de um mecanismo que, em geral é bastante explícito em contextos religiosos, mas que também acontece em diversos espaços, podendo estar presente até mesmo nas interações da vida cotidiana. Amplamente explorados no campo etnográfico da Antropologia, os ritos são práticas que compõem a vida social e que em grande frequência possuem expressão coletiva e simbólica (MAUSS, 1974; 1979).

Ademais, sob o olhar de Collins, os rituais são responsáveis por fomentar o contato entre as pessoas e fazê-las concentrar sua atenção para uma mesma coisa ou

objetivo, uma vez que os participantes desses rituais não estariam apenas reunidos, “mas tem plena consciência do grupo ao seu redor. Como resultado disso, certas ideias passam a representar o próprio grupo, tornando-se seus símbolos” (2009, pp. 164-165).

Em sua obra intitulada *Interaction Ritual Chains*, publicada em 2004, esse mesmo autor indica, a partir de uma revisão fortemente influenciada por Durkheim, quatro condições iniciais para a realização dos rituais e as principais consequências dos ritos para os integrantes do grupo:

Interaction ritual has four main ingredients or initiating conditions: 1. Two or more people are physically assembled in the same place, so that they affect each other by their bodily presence, whether it is in the foreground of their conscious attention or not; 2. There are boundaries to outsiders so that participants have a sense of who is taking part and who is excluded; 3. People focus their attention upon a common object or activity, and by communicating this focus to each other become mutually aware of each other's focus of attention; 4. They share a common mood or emotional experience (COLLINS, 2004, pp. 47-48).

O autor ainda pontua que

There are four main outcomes of interaction rituals. To the extent that the ingredients successfully combine and build up to high levels of mutually focused and emotionally shared attention, participants have the experience of 1. group solidarity, a feeling of membership; 2. emotional energy [EE] in the individual: a feeling of confidence, elation, strength, enthusiasm, and initiative in taking action; 3. symbols that represent the group: emblems or other representations (visual icons, words, gestures) that members feel are associated with themselves collectively; these are Durkheim's "sacred objects." Persons pumped up with feelings of group solidarity treat symbols with great respect and defend them against the disrespect of outsiders, and even more, of renegade insiders; 4. feelings of morality: the sense of rightness in adhering to the group, respecting its symbols, and defending both against transgressors. Along with this goes the sense of moral evil or impropriety in violating the group's solidarity and its symbolic representations (COLLINS, 2004, p. 49).

Ainda nesse sentido, Collins (2004) afirma que a vida cotidiana se baseia na experiência de diferentes rituais, em que determinados símbolos ganham ou não força na medida em que são experienciados: “Everyday life is the experience of

moving through a chain of interaction rituals, charging up some symbols with emotional significance and leaving others to fade” (COLLINS, 2004, p. 44). Isso remete à ideia de que os rituais reforçam as dinâmicas já existentes no interior de um coletivo ou comunidade. Partindo da compreensão de que os rituais são ações, momentos ou dinâmicas “nativas”, ou seja, que necessitam ser construídos, legitimados e reconhecidos pelo próprio grupo de sujeitos que os realizam, Peirano (2006, p. 10) afirma que “os rituais não se separam de outros comportamentos de forma absoluta – eles simplesmente repetem, enfatizam, exageram ou acentuam o que já é usual”.¹²



Imagem 17: GGU durante conversa antes das apresentações no Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2014.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Os rituais, portanto, compõem a convivência coletiva ou comunitária convertendo-se em ações sociais fundamentais. Nessa perspectiva, o rito é “um agir,

¹²No campo da Ginástica Artística, a tese de Bortoleto (2004) analisa a partir uma perspectiva antropológica alguns rituais próprios de um ginásio de treinamento de alto rendimento, local de permanência prolongada e enorme exigência (energia, dedicação, disciplina) propício para o desenvolvimento e a consolidação dos rituais.

uma modalidade de fazer, um conjunto de condutas corporalizadas que não tem necessariamente de comportar uma compreensão intelectual. O rito é gesto e, nessa medida, é linguagem e signo inscrito no corpo” (VILAÇA, 2008, p. 59). Sendo o coletivo da GPT, antes de mais nada, um espaço de relações interpessoais, parece que é nos corpos e por meio da prática corporal que essas relações ganham robustez, principalmente pela consolidação de rituais mais ou menos aparentes. Com isso, a constituição do “nós” se dá fundamentalmente numa perspectiva prática, com o coletivo em ação, isto é, desenvolvendo a coletividade, ao mesmo tempo que tais rituais reforçam certas tradições no interior do grupo.

Por fim, como exemplos desses rituais, podemos pensar em dinâmicas simples, como um ato de concentração antes das apresentações, no qual os integrantes do grupo se reúnem com intuito de se preparar para a realização da composição coreográfica. Alguns grupos possuem essa ação como uma característica marcante, inclusive para as pessoas externas ao coletivo que, muitas vezes, identificam esses atos, isto é, esses rituais, e de forma quase que automática conectam determinada ação a determinado grupo. Alguns desses rituais compõem o cotidiano do coletivo de forma quase imperceptível, na medida em que vão sendo incorporados à rotina, podendo ser identificados, por exemplo, como uma determinada sequência de movimentos realizada no início da prática ou, ainda, como uma forma particular do grupo de organizar os treinos ou até mesmo a ação recorrente de conversas iniciais em todos os encontros. São ações como essas que, realizadas repetidamente, vão fortalecendo o reconhecimento e, conseqüentemente, os laços dos integrantes à comunidade.

3. POR UMA NOÇÃO DE COLETIVIDADE: OS ELEMENTOS VIVIDOS

Somos todos anjos com uma só asa e só podemos voar quando abraçados uns aos outros.

Luciano de Crescenzo



Imagem 18: Grupo de Castellers, prática coletiva tradicional em Barcelona, na Espanha.

Fonte: Google Imagens.

Para que seja possível fomentar a cooperação, o reconhecimento e o pertencimento, é necessário que no interior do grupo a coletividade seja construída por dinâmicas coerentes, com uma pedagogia que esteja de acordo com as especificidades da GPT. Assim, parece-nos que a especificidade desse coletivo é algo a ser considerado: o elemento materializador da noção de coletividade proposta é o **corpo**. O corpo é para a GPT o cerne da coletividade ou, ainda, o meio pelo qual ela aflora e se manifesta.

Para “pensar o corpo” recorreremos às ideias de Mauss (2003), quando diz que o corpo é o “primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem” (MAUSS, 2003, p. 407). O pensar o corpo a partir de uma constituição fisio-psico-sociológica proposta por Mauss tem como base a ideia de um corpo que tem nele inscrito padrões culturais e sociais do meio

em que está inserido. Dessa maneira, as técnicas corporais podem ser entendidas como as diferentes formas pelas quais nós, seres humanos, utilizamos nossos próprios corpos frente às mais diversas situações do meio social. Uma técnica corporal pode ser definida, portanto, como

um ato tradicional eficaz (e vejam que, nisto, não difere do ato mágico, religioso, simbólico). É preciso que seja tradicional e eficaz. É nisso que o homem se distingue sobretudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral (MAUSS, 2003, p. 407).

Acerca disso, a importância do caráter tradicional da técnica, em concordância com Rocha (2008), está atrelada à sua apreensão e transmissão pela educação, de sociedade a sociedade. Por sua vez, a eficácia é uma resposta à responsabilidade inerente a qualquer técnica: ela existe para um efeito prático, eficiente. Simultaneamente, a eficiência da técnica é “garantida pela tradição atualizada a cada nova geração e ação simbólica” (ROCHA, 2008, p. 139), que tem como papel não apenas uma reprodução dessas técnicas, mas também e principalmente a atribuição de novas significações de maneira constante, garantindo sua existência.

Nesse sentido, junto às discussões já esboçadas sobre a ausência de regulamentos gestuais no contexto da prática da GPT, é interessante pensarmos o quanto a GPT possibilita a resignificação do corpo que a executa, ou seja, das técnicas corporais gímnicas que a constituem. É a partir dessa possibilidade que se torna possível pensar numa linguagem comum de cada grupo, ou ainda “uma forma particular de movimentar-se e comunicar-se” como indicado por Bortoleto (2008a, p. 175). Se a GPT se apresenta como prática gímnica acessível a diferentes faixas etárias e níveis de habilidade, por exemplo, é coerente que ela possua maior diversidade no que tange seu espectro gestual e uma exigência técnica diminuída, permitindo a construção de uma linguagem técnica diferenciada, ou ainda, uma maior autonomia gestual (BORTOLETO, 2008a).

Esse fato, entretanto, não resta importância à técnica. Lembremos que a técnica é necessária inclusive na GPT, sendo sua construção mediada pelos objetivos de cada situação e de cada grupo. Desse modo, a eficácia gestual – técnica – na GPT não está dada, não é construída externamente, a partir de modelos pré-estabelecidos. Ela é flexível e depende do perfil dos praticantes, das vivências corporais compartilhadas, da frequência com que o grupo realiza suas atividades, das coreografias construídas e dos “ondes” e “porquês” elas são apresentadas. A eficácia técnica na GPT passa, então, por corpos que se relacionam em segurança, que harmonizam seus movimentos numa composição estética que permita a emergência de um corpo coletivo, harmônico e capaz de comunicar e expressar como um todo seu potencial coletivo. Embora possam existir códigos e até mesmo semelhanças com técnicas típicas de outras expressões gímnicas, não há – a priori – nenhum pré-requisito formal, nenhuma codificação estrita.



Imagem 19: Grupo de escolares durante apresentação em Festival do VII Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2014.

Fonte: Site oficial da WG 2019.

É possível dizer, portanto, que os grupos de GPT podem se constituir em ricos espaços de construção, ressignificação e compartilhamento de técnicas corporais e, nesse contexto, a riqueza não está apenas no que é intercambiado (na técnica), mas, principalmente, no modo de compartilhamento, no processo. Com isso, a GPT converte-se num espaço que permite ao corpo crer naquilo que ele expressa, um lugar em que “o que é aprendido pelo corpo não é algo que se tem, como um saber que se pode segurar diante de si, mas algo que se é” (BOURDIEU, 2009, p. 120). Assim, os corpos da GPT podem aprender uma forma de comunicação por meio de uma linguagem comum não imposta, que certamente pode variar ao longo do tempo e conforme o lugar onde é desenvolvida, combinando particularidades compartilhadas e ressignificadas entre os praticantes que podem ter mais ou menos experiência, mais ou menos domínio técnico, mas, a priori, todos potencialmente colaboradores. E esse compartilhamento dinâmico ocorre por meio da **experiência**, elemento essencial para o desenvolvimento da noção de coletividade.

A ideia de experiência que pode fomentar o desenvolvimento do coletivo na GPT vai além da ideia de “experiência vivida”, aproximando-se, dessa forma, do que chamaremos de experiência compartilhada, o que nos permite dialogar com o proposto por Benjamin. Em seu ensaio intitulado *Experiência e Pobreza* (BENJAMIN, 2012), o autor constrói uma noção de experiência atrelada à comunicação, à transmissão de experiências de geração para geração por meio das narrativas, algo que se perdeu, segundo o autor, no decorrer da modernidade.

Assim, se a experiência está relacionada ao compartilhamento e a uma “narratividade espontânea” (CAMARGO, 2010, p. 108), ela estaria, então, atrelada a uma experiência construída coletivamente. Nesse sentido, destacamos uma passagem de Pereira (2009) que relaciona a experiência de Benjamin com as ideias de conhecimento e sabedoria.

O conhecimento tal como o entendemos deriva de uma especulação fechada e positivamente determinada entre um significado e um significante, estabelecimento de nexos que identificam e conferem um sentido, por vezes arbitrário, das experiências vividas pelos seres humanos, mas que, no entanto, não as considera em permanente

de vir, ou seja, historicamente. A sabedoria, em contrapartida, é linguagem pura, inexprimível e impossível de ser datada, ela é imemorial. A sabedoria ressignifica o vivido, o dado, o dito, ela redimensiona o conhecimento, ela hiperdimensiona o conhecimento. Ela é partilha de um sentido (direção, significado, sensação); a sabedoria cria uma disposição favorável aos objetos, ao outro, ela desperta para o novo, para o improvável, para o inaudito. Se o conhecimento cala, resolve, finaliza, a sabedoria faz falar, mobiliza, problematiza (PEREIRA, 2009, pp. 252-253).

Nessa perspectiva, as experiências compartilhadas no interior de um grupo de GPT fomentam não o simples repasse de conhecimento, uma troca desinteressada, mas a ressignificação constante ocasionada pelo movimento de fruição dos saberes entre os integrantes numa ação coesa do coletivo. Por conta da natureza prática da GPT, um grupo muitas vezes reúne em um mesmo momento integrantes que acabaram de ingressar e outros que podem ter anos de participação, situação que leva a um compartilhamento complexo, na medida em que enquanto os integrantes mais experientes têm a tarefa de dividir os saberes, eles também se expõem constantemente à renovação que é impulsionada pelos novos integrantes, de geração em geração. Assim, um mesmo grupo, um mesmo coletivo de GPT está em constante mutação, resistindo, por um lado, a partir dos rituais e tradições e abrindo-se, por outro, para o novo, seja por meio dos saberes de seus integrantes (novos ou não) ou pela influência que pode vir de inúmeros lugares e com distintas formas. Algo similar é debatido por Graner, Paoliello e Bortoleto (2017) quando discutem sobre a proposta do GGU e produzem uma revisão sobre o tema após mais de 25 anos de sua existência. Parece-nos, então, que o **tempo** é outro elemento de relevância para a noção de coletividade.



Imagem 20: Grupo intergeracional “GGU Pais e Filhos” em apresentação no VII Fórum Internacional da GG, realizado em Campinas em 2014.

Fonte: Site oficial do Fórum Internacional de GPT.

O tempo pode ser encarado como o elemento que oportuniza a coletividade, isso porque as relações dificilmente se intensificam sem que haja tempo suficiente. Aliás, pouco tempo implica, frequentemente, na estruturação superficial, ou em vínculos momentâneos e convenientes (SENNETT, 2012). Parafraseando Caetano Veloso e sua *Oração ao Tempo*, “Ainda assim acredito ser possível reunirmo-nos, tempo, tempo, tempo, tempo, num outro nível de vínculo, tempo, tempo, tempo, tempo”. É nela, na extensão do tempo, portanto, que se permite que a convivência por meio das experiências corporais compartilhadas no interior do grupo cultive um espaço próspero para a formação do coletivo.

A prática se desenvolve no tempo e tem todas as características correlativas, como a irreversibilidade, que destrói a sincronização; sua estrutura tempo, ou seja, seu ritmo, seu andamento e principalmente sua orientação, é constitutiva de seu sentido [...] Em resumo, devido a sua total imanência à duração, a prática está ligada ao tempo, não somente porque se realiza no tempo, mas também porque ela joga estrategicamente com o tempo e particularmente com o andamento (BOURDIEU, 2009, p. 135).

O tempo na GPT é o que viabiliza a construção e a consolidação do sentido de coletivo. Esse tempo tende a ser lento e, mais, é dependente dos objetivos e da estrutura de cada grupo, cada contexto. Se o grupo, como alertado anteriormente, instaura no contexto de prática da GPT uma lógica de rendimento, por exemplo, o tempo será controlado, conduzido e vigiado de forma estrita, visando otimizar o resultado. Em casos como esse, o tempo passa a ser um elemento determinante, sendo o ritmo da prática passível de manipulação em função do produto desejado, ação que pode modificar o processo e extrair um tempo precioso para que a experiência coletiva se produza com a profundidade que estamos desenhando nessa noção. O andamento e a orientação do tempo, assim como das atividades nele realizadas, serão voltados para o fim (produto), condição que pode levar a uma diminuição da diversidade das experiências compartilhadas e das técnicas corporais, inclusive.

Por outro lado, quando desenvolvida a partir de uma lógica na qual o tempo vai se ajustando de modo a respeitar a diversidade de opiniões e o tempo de cada participante (heterogeneidade no seu entendimento), a prática da GPT é transformada substancialmente. Nessa perspectiva, o tempo ocupa o espaço necessário, indo na contramão das tendências ao curto prazo, com as quais estamos habituados em nosso cotidiano (SENNETT, 2006), assim como à pressão e à doutrina de um tempo sempre curto (BAUMAN, 2006). Desse modo, o tempo da GPT não precisaria render-se à lógica do rendimento, da produtividade. Por isso, o debate sobre a ética do trabalho proposto por Sennett (2006) volta a ser elucidativo:

[u]m dos motivos para essa superficialidade degradante é a desorganização do tempo. A seta do tempo se partiu; não tem trajetória numa economia política continuamente planejada, que detesta rotina, e de curto prazo. As pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. Todas as pessoas que descrevi até agora tentaram descobrir a profundidade do tempo abaixo da superfície, quando nada registrando a inquietação e angústia com o presente (SENNETT, 2006, p. 117).

É no relevante papel da experiência e, conseqüentemente, do tempo flexível, que assumimos o **processo** como mais um importante elemento do coletivo na GPT. Os referenciais utilizados aqui culminam para a ideia da valorização da trajetória e, conseqüentemente, das relações estabelecidas entre as pessoas no decorrer da convivência. Essa inclinação aparece, inclusive, em Benjamin que, ao abordar a experiência, irá atribuir maior importância ao “ponto de partida” do que ao “ponto de chegada”, aludindo esse último à ideia de produto ou ainda ao cumprimento de metas (MITROVITCH, 2007), proposições que se aproximam da ética do trabalho explorada por Sennett (2006). Quando compreendido seu potencial coletivo, a GPT pode propiciar, então, a experiência do tempo “outro”, mas isso requer a escolha consentida por um trabalho que se desdobra continuamente no tempo e que por isso exige paciência e abertura por parte dos componentes do coletivo: “para comunicar, o campo de jogo da conversa precisa ser aberto e acessível” (SENNETT, 2006, p. 128).



Imagem 21: Grupo de grande área durante apresentação no Festival Midnight Sun, realizado na XV WG, em Helsinque, na Finlândia, em 2015.

Fonte: Site oficial da FIG.

É desse modo que a ênfase no processo oportuniza a intensidade das relações, uma vez que se torna possível exceder a superficialidade. O contratempo, literalmente, que muitas vezes impede que os grupos se organizem com o objetivo de privilegiar o processo, é que o aumento da complexidade das relações torna, muitas vezes, a dinâmica do grupo exaustiva: “[o]s grupos tendem a manter-se juntos ficando na superfície das coisas; a superficialidade partilhada mantém as pessoas juntas evitando questões difíceis, divisivas, pessoais” (SENNETT, 2006, p. 129). Parece que o desafio se transfigura em lidar com o “tornar-se parte” do coletivo e, concomitantemente, aperfeiçoar a habilidade de lidar com o outro.

Sendo a experiência, o tempo e o processo elementos fundamentais para que os indivíduos e seus corpos configurem o coletivo, é coerente reforçarmos uma vez mais o papel de todos – ou melhor, de cada um – dos participantes na composição do grupo, com atenção para as contribuições e os compartilhamentos de experiências que todos têm a oferecer ao coletivo a partir do momento em que se tornam parte dele e o percebem como totalidade. Com isso, a **valorização das experiências individuais** inscreve-se como mais um elemento que deve compor a dinâmica de um coletivo na GPT. Subsidiados pelo padrão de solidariedade advindo do reconhecimento (HONNETH, 2003), que indica a possibilidade de diferentes contribuições dos indivíduos pertencentes a um grupo na construção do “nós” no interior da comunidade (TÖNNIES, 1979), é possível pensarmos que a prática da GPT pode ser vista como um espaço heterogêneo de trocas de saberes e, conseqüentemente, um espaço de constante prática de doar-receber.

Essa via “de mão dupla” pode ser considerada uma relação de troca diferenciada e, de acordo com Sennett (2012), pode ser responsável por atribuir valor a cada um dos participantes. No entanto, ao contrário de outras práticas, os saberes não precisam ser especializados; na realidade, é desejável para a composição da linguagem comum do grupo que eles sejam diversos. A “moeda de troca” pode ser, por exemplo, determinada técnica corporal, mas a possibilidade de extrapolar os conteúdos dessas trocas para além da técnica torna a prática da GPT mais diversa,

aberta a novas interpretações. Por isso, consideramos a GPT um conjunto “infinito” de situações motrizes expressivas (MATEU; BORTOLETO, 2017), em que é possível dialogar com outras práticas corporais e aproximar-se de distintas linguagens e conhecimentos, tornando toda e qualquer experiência prévia dos praticantes uma contribuição em potencial, um saber que pode vir a ser compartilhado no coletivo e, por que não, incorporado à sua produção. Quiçá seja por isso que a GPT representa uma prática que pode integrar o conhecimento gímnico (suas múltiplas técnicas e estéticas) de forma expressiva, criativa e diversa. Um espaço inesgotável onde a imaginação criativa tem permissão para manifestar-se sem limites pré-estabelecidos. Uma prática que pode revelar simplicidade simultaneamente a um profundo domínio e que pode modular a ação dos corpos de modo a fomentar a inclusão e, conseqüentemente, a participação.



Imagem 22: Grupo durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, em Campinas, em 2010.

Fonte: Site oficial do Fórum Internacional de GPT.

A pluralidade nas relações de troca (SENNETT, 2012) se converte em uma característica de destaque na GPT. De forma alguma essa noção representa a desvalorização do conhecimento técnico específico da ginástica (aliás, de nenhuma forma de ginástica); ele é essencial na medida em que a ginástica se estende por toda a “coluna vertebral” da GPT. Não obstante, reconhecemos que os saberes gímnicos podem ser enriquecidos, modificados e transmutados a partir do diálogo com outras

práticas (PÉREZ GALLARDO; SOUZA, 1995), e que a coletividade proposta se fortalece quando é permitido que praticantes tragam para o interior do grupo seus saberes e suas experiências individuais, tornando possível que eles sejam vistos com respeito e observados com o tempo necessário.

Para a existência dessa GPT é necessário, então, uma atitude que possibilite o compartilhamento, isto é, oferecer e receber. Essas trocas são possíveis, no entanto, em razão da atenção dada ao processo, o qual disponibiliza tempo e espaço para que cada integrante possa refletir sobre si mesmo e sobre o que tem a oferecer. Além disso, o processo também pode tirar da zona de conforto aqueles que estão acostumados apenas a oferecer, fazendo com que aprendam também a receber e aceitar as contribuições dos outros, situação que delinea sutilmente as relações de respeito (SENNETT, 2004) entre os integrantes que participam ativamente desse processo. Parece ser, então, que o que precede qualquer habilidade a ser compartilhada com o coletivo é a própria habilidade de relacionar-se com o outro.

É nesse momento que destacamos mais um elemento da noção de coletividade que está estritamente atrelado à ideia pertencimento: a **participação ativa**. Esse elemento refere-se ao fato de que é necessário algo além da presença dos integrantes nas atividades do grupo para que os elementos alicerces da coletividade possam ser consolidados. A presença sem participação ativa resulta num coletivo desprovido de voz. Uma vez compreendido que são as vozes individuais que, gradualmente, embrenham uma voz coletiva, a participação passiva num espaço de prática da GPT desperdiça seu potencial comunicativo, o que interfere diretamente na sua lógica interna (PARLEBAS, 2001) e na estrutura da coletividade. A participação ativa requer o exercício da cooperação no entendimento de Sennett (2012a), ou seja, depreendendo-a como uma habilidade.

Partindo disso, é necessário pensar que pessoas diferentes participam de formas diferentes. Alguns indivíduos, por razões externas à prática, cooperam, comunicam e participam mais do que outros. Se a GPT pode ser praticada por todo

tipo de pessoa, é preciso reconhecer que umas participam mais e outras menos. Há espaço para essa diferença na prática da GPT.

No entanto, vimos que, para a instalação do coletivo, a cooperação, a comunicação e a participação ativa precisam ser estimuladas constantemente, podendo, num ato pedagógico, contribuir com aqueles que participam menos, incentivando-os a se posicionarem de modo mais ativo, mesmo aqueles que aparentemente usufruem mais da via do receber do que da via de doar. Esse envolvimento gradual com o grupo e seus interesses possui relação com o pertencimento ao coletivo, pois “[c]ompreende-se que não se entra nesse círculo mágico por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (BOURDIEU, 2009, p. 111).

Ainda no que concerne o envolvimento dos integrantes com o coletivo, tivemos contato com as chamadas “Comunidades de prática” (WENGER, 2006). Embora ainda seja necessário maior aprofundamento, um primeiro contato com essa abordagem da área da aprendizagem organizacional nos indicou uma aproximação com essa dinâmica de doar-receber dentro do coletivo. Essa teoria, que está ligada ao que Wenger intitula de *collective learning* (2006, p. 45), ou aprendizagem coletiva, trata-se de uma abordagem em que “a aprendizagem se dá não somente na mente das pessoas, mas, fundamentalmente, nas relações sociais entre os indivíduos engajados numa prática por meio da qual intercambiam experiências, conhecimentos e significados” (SOUZA-SILVA; SCHOOMER, 2008, p. 106).

Na obra de Lave e Wenger (1991), quando o termo *Community of practice* é cunhado, encontramos uma passagem que certamente nos interessa, a saber: “grupo de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um tópico, e que aprofundam seu conhecimento e especialização nessa área pela interação numa base continuada”. Esse, como podemos entender, consiste num espaço de relações e é composto por três elementos – domínio, comunidade e prática que, por sua vez, são organizados em níveis de participação,

representando o nível de engajamento e participação no grupo, ou mais especificamente, na comunidade:

[g]rupo principal – um grupo pequeno de pessoas cuja paixão e envolvimento energiza a comunidade de prática;

Participação completa (membro total) – indivíduo reconhecido como praticante e que define a comunidade;

Participação periférica – pessoa que pertence à comunidade, mas com grau menor de envolvimento, tanto por ainda ser considerada novata, como por não ter muito compromisso pessoal com a prática;

Participação transacional (ou ocasional) – pessoa de fora da comunidade que, ocasionalmente, interage com ela, visando receber ou fornecer serviços. Não é, necessariamente, membro da comunidade;

Acesso passivo – uma ampla diversidade de pessoas com acesso aos artefatos produzidos pela comunidade, como, por exemplo, suas publicações, seus sites na web ou suas ferramentas (IPIRANGA; MENEZES; MATOS; MAIA, 2005).

Com base nessa organização, podemos pensar que, num grupo de GPT sob a perspectiva que estamos debatendo neste estudo, a permanência estaria ligada a duas categorias “Grupo principal” e “Participação completa”, uma vez que entendemos que a participação ativa é essencial para que o integrante se torne parte efetiva do coletivo. Para além disso, ainda podemos pensar nesse esquema como a trajetória vivida pelos integrantes a partir do momento em que tem acesso ao grupo: de início, a pessoa integra o grupo de maneira superficial e, conforme consegue interagir com os companheiros, expor suas possibilidades de contribuição, seus interesses e comprometimento, passa a pertencer, gradualmente, às categorias de participação completa e ao grupo principal por conta de seu maior envolvimento e também legitimação pelos seus pares.

Ambas categorias propõem intensa participação no grupo, a fim de constituí-lo como coletivo, oferecendo o direito e o dever da voz, condição que está atrelada não apenas a um processo de legitimação dos integrantes por meio das relações de troca e de respeito (SENNETT, 2004, 2012), mas também ao mecanismo do reconhecimento (HONNETH, 2003). Pretende-se com isso, fomentar a “vontade individual” e, ao mesmo tempo, “o anseio coletivo”. Essa perspectiva, vale recordar,

afasta-se da dinâmica de funcionamento da ginástica, especialmente em sua vertente de competição.

Mesmo considerando que algumas práticas gímnicas competitivas também se desenvolvem em grupo e, por conseguinte, possuem como característica fundante a presença de companheiros e/ou adversários e como essência estruturante a emergência de relações de colaboração (PARLEBAS, 2001), nelas, a “voz” e as “vontades” dos participantes estão submetidas a uma imposição regulamentar, e, também – e não menos importante – a uma predominante cultura hierárquica (SANTIN, 2001). Quando a voz é permitida nesses espaços, é, em geral, de forma restrita, com limitada consequência para o produto final levado ao público nas competições.

No entanto, no caso da GPT, a voz pode ser concedida aos participantes de forma mais ampla, possibilitando a emergência do coletivo no sentido dado anteriormente e, por conseguinte, proporcionando uma aproximação à noção de participação horizontal, de ação dialógica (SENNETT, 2012). Ao fomentar esse ambiente, a participação ativa no grupo assume ainda mais a ênfase no processo, uma vez que essa participação pode resultar numa trajetória mais dilatada no tempo. Considerando, assim, a possibilidade de todos os participantes exporem suas ideias e opiniões, é possível especular com certo apriorismo que o processo pode se tornar mais tenso – no sentido de incluir opiniões diversas – e mais lento. Essa opção, portanto, tem consequências pedagógicas.

Dessa forma, os possíveis **conflitos** e a **busca pelo consenso**, elementos imanentes à vida em comunidade, emergem e ganham protagonismo. Por isso, compreender de que forma os conflitos e o consenso constituem a dinâmica de um grupo pode ajudar-nos. Nesse sentido, de acordo com as reflexões propostas por Arendt (2010), as atividades humanas podem compor três esferas da vida ativa: a pública, a privada e a social. A partir desse referencial, a questão a ser pensada é: em qual desses espaços a prática da GPT se manifesta. Arriscando uma aproximação, podemos entender que a prática da GPT se caracteriza como uma atividade da vida

social, de modo que sua permeabilidade com respeito à opinião dos praticantes, no interior de cada coletivo, não representa uma ação de caráter democrático. Nesse entendimento, um grupo de GPT não fomentaria em seu coletivo uma democracia, uma vez que não se trataria de uma dinâmica ou posição política por não se caracterizar como um espaço pertencente a vida pública. A abertura para a participação ativa dos integrantes representa uma constante busca pelo consenso, no sentido da concordância de opiniões, da harmonização nas relações. De forma distinta, no processo democrático as decisões grupais se dão a partir da vontade da maioria, com aceitação desse resultado como representante da opinião total, mesmo que não o seja.



Imagem 23: Acrobacia durante coreografia realizada na Noite Nacional dos Países Nórdicos da XV WG 2015, em Helsinque, na Finlândia.

Fonte: Site oficial da FIG.

Por esse ângulo, os integrantes do coletivo não votam a favor ou contra as ideias expostas. Antes de mais nada, é desejável que as ideias e escolhas sejam apresentadas e experienciadas, saindo do campo da abstração e materializando-se. As propostas, mesmo aquelas vindas de participantes com mais experiência ou com diferente papel no coletivo – como coordenadores, por exemplo –, devem estar

suficientemente abertas para o debate e serem, inclusive, suscetíveis a mudanças que levem a um consenso. Trata-se do exercício de encontrar a melhor opção para o coletivo, para uma determinada situação ou momento, mesmo que posteriormente tal decisão precise ser repensada a partir de alguma modificação de qualquer aspecto na prática do grupo.

Isso significa dizer que o posicionamento de um maior número de integrantes, inclusive de uma maioria absoluta, pode não ser aquele que, ao fim, gerou consenso. Na condição indicada, maioria ou minoria podem ou não definir o consenso, concedendo maior ênfase em como as propostas são recebidas e dialogicamente assimiladas pelo coletivo. É por conta dessa dinâmica, inclusive, que a convivência pautada nessa noção de coletividade se expõe francamente aos conflitos entre os integrantes – entre suas ideias e propostas –, resultando na manutenção da heterogeneidade, no reconhecimento da diferença e da diversidade, numa busca cotidiana pelo consenso. Essa é uma dinâmica que conseqüentemente vai se modificando no tempo e conforme as relações entre os participantes vão constituindo-se. Talvez seja por essa razão que, nesse tipo de coletivo, potencialmente encontrado na GPT, embora seja possível que existam conflitos geracionais, eles tendem a serem minimizados em função de outras forças presentes no coletivo e que modulam as relações interpessoais. Essa é uma condição que requer atenção, como nos lembra Bourdieu:

[o]s conflitos de geração opõem, não faixas de idade separadas por propriedades da natureza, mas *habitus* produzidos de acordo com os modos de geração diferentes, isto é, por condições de existência que, ao impor definições diferentes do impossível, possível e provável, oferecem a alguns como naturais ou razoáveis a experiência das práticas ou das aspirações que os outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente (BOURDIEU, 2009, p. 103).

Sob a pretensão das escolhas favoráveis ao coletivo, as relações de natureza cooperativa propostas por Sennett (2012) devem ser repetidamente exercidas, fomentadas e reconhecidas. Se a busca pelo consenso e o surgimento de conflitos podem revelar uma via “de mão dupla” que se retroalimenta, parece-nos

razoável que as relações que se configuram no desdobramento das atividades coletivas devam se dar horizontalmente ou ainda “de baixo para cima” (SENNETT, 2012).

Com isso, para além de cooperar, são as próprias pessoas que, por meio do diálogo, moldam a maneira como o grupo se desenvolve e resolve seus impasses, na busca pela instauração de um sentido coletivo. Dito isso, entendemos que a **construção coletiva** como ferramenta processual na GPT (ALMEIDA, 2016; SOARES; ALMEIDA; BORTOLETO, 2016) representa não somente uma forma particular de trabalhar a composição coreográfica, mas também implica uma expressão coerente com a noção de coletividade encaminhada até aqui.

Essa forma de desenvolver o trabalho configura-se como uma ferramenta de resistência aos modelos tradicionais e operativos da ginástica, aqueles advindos da hegemônica experiência das práticas esportivizadas. Nessas formas tradicionais, com frequência, vemos análises que enfatizam a tendência por comportamentos no sentido da padronização e automatização. Quando a prática se desenvolve num cenário plenamente coletivo, como requer a construção coletiva que acabamos de mencionar, a cada momento uma nova ideia pode surgir, desestabilizando o que foi posto até então, tencionando a revisão dos padrões e das certezas do grupo. Mesmo sendo possível haver tendências no interior dos grupos de GPT ou certa afinidade por determinado modelo ou proposta estética e técnica, vislumbra-se que o estilo de cada coletivo seja distinto, concebido num coletivo que, por natureza, não se repete e que não possui apriorismos ou condições pré-estabelecidas. A construção coletiva, portanto, reforça que a criatividade dos integrantes seja exposta e que, através dessa participação ativa, seja possível resistir, podendo, ainda, com boas chances, superar as diversas limitações que o tradicionalismo impõe (HIMANEM, 2007).



Imagem 24: Grupo durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.
Fonte: Site oficial da WG 2019.

Parece-nos que essa opção coletiva de trabalho permite ainda atenuar a expressão do autoritarismo do ambiente de prática da ginástica, partindo da premissa de que: se todos podem opinar e todas as opiniões têm a priori as mesmas condições perante o coletivo, será o respeito entre os participantes o grande catalizador da qualidade criativa da GPT. Mesmo que por vezes, o resultado não seja do agrado de todos e, conseqüentemente, possa motivar ou desmotivar uns mais que outros, a manifestação e o compartilhamento das ideias podem ser considerados um ganho coletivo. O importante é que cada indivíduo se reconheça – por meio dessa experiência de compartilhamento, de diálogo e conflito/tensão – como parte relevante do coletivo (HIMANEN, 2007), reforçando o sentimento de pertença como um elemento fundante da noção de coletividade, como já expusemos.

A construção coletiva, mesmo quando é pensada de forma mais específica como estratégia pedagógica (ALMEIDA, 2016), se aproxima do conceito de “bazar”,

como explicado por Himanen (2007). Em seu livro *La ética del hacker y el espíritu de la era de la información*, o filósofo finlandês afirma que

[e]n el modelo del bazar, en cambio, la ideación está abierta a todos y las ideas se confían a otros para ser puestas a prueba desde un principio. La multiplicidad de puntos de vista es importante [...] En el bazar, la gente intenta adoptar diferentes enfoques y, cuando alguien tiene una idea brillante, los demás la adoptan y construyen basándose en ella (HIMANEN, 2007, p. 55).

Com isso, o processo deve enfatizar a importância da exposição ampla e múltipla dos diferentes pontos de vista, moderando as propostas e deixando claro que a produção final é fruto de todas elas, mesmo que alguma seja “descartada” em determinado momento. Uma ideia “não tão boa” tem tanto valor quanto uma “ideia brilhante” para esse “modelo aberto” de construção e convivência. Dessa forma, esse modelo se opõe ao “modelo fechado”, na medida em que esse último “no admite ni tener iniciativa ni el ejercicio de la crítica que permiten a una actividad ser más creativa y autocorrectora” (HIMANEN, 2007, p. 57). Novamente, o “modelo fechado” parece condizer com uma dinâmica autoritária de um modelo hierarquizado, distanciando-se do entendimento de coletivo que almejamos para a GPT.

Outra questão que norteia a ideia de construção coletiva na GPT (PAOLIELLO; TOLEDO; AYOUB; BORTOLETO; GRANER, 2014) – e que parece estar relacionada a outras características de sua lógica de funcionamento – é a utilização de quaisquer tipos de materiais ou objetos, sejam eles oficiais da prática gímnica ou não, sem que haja valoração a priori de sua pertinência ou importância. A presença ou o uso de um ou mais implementos torna-se fundamental para qualquer prática corporal, ou qualquer situação motriz (PARLEBAS, 2001). Na perspectiva da construção coletiva, a utilização de materiais pode ser uma estratégia que corrobora com a relativização das exigências técnicas em favor da criação e da harmonização de uma linguagem comum no interior de um coletivo de GPT. Assim sendo, a ênfase dada ao processo e às ideias advindas dos participantes¹³ permite a exploração das

¹³ O GGU utiliza como método para esse processo criativo, a dinâmica intitulada “Soma de frases”, na qual os integrantes exploram seus corpos e os materiais, primeiramente, de forma individual,

diferentes formas de se movimentar, diferentes técnicas numa infinita multiplicidade de materiais. Dessa forma, a defesa da utilização dos materiais alternativos e, por conseguinte, mais acessíveis nos processos de composições coreográficas – comum entre os estudiosos da GPT (BRATIFISCHE; CARBINATTO, 2016; ANTUALPA; MENEGALDO, 2016) –, condiz com essa busca pela ampliação das condições de prática e, conseqüentemente, com sua maior afinidade às distintas realidades comunitária, escolar e universitária.

Podemos pensar, ainda, em relação à construção coletiva, sobre uma forma não finita de se compor em coletivo, ou seja, em como pode funcionar uma metodologia que permite que o que é construído esteja sempre inacabado. Essa ideia pode ser subsidiada pelo referencial proposto por Salles (2008), utilizado por Saroa (2017), ao tratar de um “inacabamento” que não está associado a “restrições externas” ou “opções estéticas” (SALLES, 2008, p. 13), mas, sim, ao caráter inacabado intrínseco a todos os processos, ou seja,

[o] inacabamento que olha para todos os objetos de nosso interesse – seja um romance, uma peça publicitária, uma escultura, um artigo científico ou jornalístico – como uma possível versão daquilo que pode vir a ser ainda modificado [...] a incompletude traz consigo também valor dinâmico, na medida em que gera busca que se materializa nesse processo aproximativo, na construção de uma obra específica e na criação de outras obras, mais outras e mais outras. O objeto dito acabado pertence, portanto, a um processo inacabado. Não se trata de uma desvalorização da obra entregue ao público, mas da dessacralização dessa como final e única forma possível (SALLES, 2008, pp. 13-14).

Esse processo, portanto, sublinha o caráter criativo da construção coletiva, o que, no contexto da composição coreográfica da GPT, pode indicar a possibilidade também da construção constante, uma vez que, a partir do momento em que o coletivo vai recebendo novos integrantes e abraçando suas experiências e ideias, os “produtos inacabados” desses processos dinâmicos vão sendo modificados. Um ato

compondo pequenas sequências de suas ideias de movimento e, posteriormente, unem-se gradualmente em pequenos grupos, nos quais compartilham suas composições individuais, dialogam e elaboram outras composições coletivas. Esse método pode ser consultado em Paoliello, Toledo, Ayoub, Bortoleto e Graner (2014).

de “desapego”, poderíamos dizer. Na perspectiva adotada para esta pesquisa, o produto da GPT é momentâneo, transitório, sendo resultado de um processo complexo, em que as individualidades são reconhecidas e somam-se para a emergência do coletivo que pode, paulatinamente, consolidar a coletividade como o resultado, isto é, como o produto mais relevante.



Imagem 25: Grupo de grande área durante apresentação no festival de encerramento da XV WG, em Helsinque, na Finlândia, em 2015.

Fonte: Site oficial da FIG.

Priorizar o sucesso coletivo sem desestimar cada um dos participantes parece-nos possível; participar ativamente parece-nos desejável; ouvir e experimentar as ideias sem antes julgá-las talvez seja fundamental; e, por fim, entender que a diversidade é também conflituosa e tensa, embora possa tornar-se magistralmente enriquecedora, mostra-se imprescindível. O coletivo confunde-se, pois, com uma soma que multiplica, tornando o complexo simples e vice-versa, alçando as relações interpessoais, em melhores palavras, o processo, ao patamar mais elevado na lógica de uma prática corporal, de modo que possa, inclusive, superar o entendimento óbvio de produto, no caso, muitas vezes, coreográfico.

4. A LÓGICA DA GINÁSTICA PARA TODOS: NOTAS SOBRE UMA PRÁTICA CORPORAL NA CONTRAMÃO DA INDIVIDUALIZAÇÃO

Em um mundo que se fez deserto, temos sede de encontrar companheiros.

Saint-Exupéry

O presente capítulo aborda a individualidade, partindo de uma perspectiva sociológica ampla para, posteriormente, uma análise específica das práticas corporais, especialmente das práticas gímnicas, incluindo a GPT. De modo complementar, revisamos brevemente as lógicas internas das diferentes ginásticas, buscando fundamentar a coletividade como uma potência na GPT, cuja natureza se diferencia da ideia de coletivo presente das práticas gímnicas esportivizadas. Essa discussão tem como intuito evidenciar a possibilidade e importância de desenvolver a noção de coletividade empreendida nos capítulos anteriores, uma vez que, mais do que representar uma potencialidade diferenciada ao pensarmos os coletivos presentes em outras práticas corporais, a coletividade da GPT pode representar ainda uma forma de resistência às tendências à individualização.



Imagem 26: Grupo de GPT durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.

Fonte: Site oficial da XVI WG 2019

4.1. Processo de individualização da sociedade



Imagem 27: Acrobacia realizada por uma dupla durante momento de interação entre grupos durante a XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.

Fonte: Site oficial da XVI WG 2019.

Um dos autores que nos auxiliou de modo singular nesse debate foi o sociólogo polonês Bauman. Sua obra tornou-se referência para nosso estudo na medida em que contempla pensamentos que vão ao encontro de ponderações que acreditamos ser importantes para o amadurecimento da construção do coletivo, além de serem referência para outros autores que tratam dessa questão (AMARAL; PINHO; MARTINEZ; NASCIMENTO, 2014; BEZERRA, 2001; BITTAR, 2007; COLOMBO, 2012; GARCIA; COUTINHO, 2004; GONÇALVES, 2005; MOCELLIM, 2007; NARDI, 2003; VIEIRA; STENGEL, 2012).

As análises acima indicadas afirmam, recorrentemente, que a sociedade contemporânea vive uma tendência para a hipervalorização das práticas individuais, consolidando o que Mancebo (2002) define como “cultura individualista” ou ainda

uma “homogeneização de uma ideologia individual”. Esses autores, quase que num discurso uníssono, indicam que o individualismo é uma das marcas da sociedade de hoje, dessa que fazemos parte, denominada ainda como modernidade ou modernidade tardia, em concordância com a expressão utilizada por Bauman (2001; 2008).

Para que possamos compreender um pouco melhor do que se trata esse processo de individualização (BAUMAN, 2009), ou ainda a “desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes” (BAUMAN, 2001, p. 39), devemos analisar alguns aspectos que, conforme esse mesmo autor, caracterizam a sociedade atual:

[a] apatia política e a colonização do espaço público com as intimidades da vida privada, a “queda do homem público”, mencionada por Richard Sennett, o rápido desaparecimento da velha arte de atar os laços sociais e fazê-los durar, o medo e desejo esquizofrênico de separação e de ser deixado sozinho [...] as paixões ardentes que acompanham a busca desesperada por comunidades e a cissiparidade daquelas que são encontradas; a imortal demanda por regimes punitivos novos e melhorados com os quais se possa atormentar os corpos dos bodes expiatórios, unida paradoxalmente com o culto do corpo como “a última linha de trincheiras” a ser defendida com unhas e dentes, e fonte de uma série infinita de sensações cada vez mais prazerosas para absorver e processar os estímulos em oferta; a sempre crescente popularidade de drogas produzidas química, eletrônica ou socialmente (BAUMAN, 2009, p. 13).

Essa conjuntura incide na maneira como as pessoas vivem suas vidas, assim como em seus comportamentos e valores. De certa forma, somos induzidos a acompanhar uma rotina que é constituída com base nesses elementos e que, muitas vezes, mostra que comportar-se de forma individualizada não é uma questão de escolha, mas, sim, uma questão de destino, em concordância com Bauman: “na terra da liberdade individual de escolha, a opção de escapar à individualização e de se negar a participar do jogo individualizante, não faz parte, de maneira alguma, da agenda” (BAUMAN, 2009, p. 64).

Por esse motivo, uma série de "sinais" podem ser inferidos em nossa sociedade como resultado desse modo de viver individualizado (NARDI, 2003; VIEIRA; STENGEL, 2012). A busca incansável pelo que se entende como felicidade é o que, de acordo com o sociólogo polonês (BAUMAN, 2008), rege a trajetória dos indivíduos modernos, que são, a todo momento, preparados para alcançar essa felicidade devido ao mérito de seus esforços individuais. Essa tarefa está, então, ligada a outro aspecto importante: a liberdade.

Bauman nos atenta, porém, para o fato de que a liberdade, entendida como a "ausência de restrições e limites obstrusivos e insidiosos" (BAUMAN, 2009, p. 60) é algo já conquistado: nós, situados nesse período intitulado modernidade tardia, já somos livres nesse sentido. A liberdade à qual o autor se refere está relacionada diretamente ao processo de individualização e à maneira como me coloco entre meus pares na sociedade. Num contexto em que os problemas dos indivíduos não são cumulativos, ou seja, que "não se somam em uma causa comum" (BAUMAN, 2009, p. 68), e em que as soluções são sempre temporárias, dificilmente forma-se um todo "maior do que as somas de suas partes" (BAUMAN, 2009). Dessa forma, a liberdade da qual trata o autor pode tornar uma pessoa

[i]ndiferente, cétic[a] ou desconfiad[a] em relação ao "bem comum", à "sociedade boa ou justa". Qual é o sentido de interesses comuns a não ser que eles deixem que cada indivíduo satisfaça seu próprio interesse? Qualquer outra coisa que os indivíduos possam fazer quando se juntam pressagia restrições à liberdade de perseguir o que consideram adequado para si e não ajudará em nada nessa busca (BAUMAN, 2009, p. 69).

O coletivo então, torna-se, nessa perspectiva, um obstáculo ou talvez algo longínquo, de modo que a sociedade moderna tardia fica marcada pela diminuição e pela não manutenção de relações (COLOMBO, 2012; NARDI, 2003). Em outras palavras, qualquer rede densa de laços sociais representa um entrave na vida do indivíduo (BAUMAN, 2001). Desse modo, as relações tendem a ser breves, objetivas e superficiais, na medida em que precisam atender os interesses dos indivíduos sem consolidar vínculos que obstruam seus caminhos livres. Logo no início de seu livro

intitulado *Medo Líquido*, Bauman (2008, p. 32) afirma que “as condições da sociedade individualizada são inóspitas à ação solidária”, e que para além do afrouxamento dos laços sociais, a individualização ainda reforça uma resistência ao que pode contribuir para tornar os laços sociais duradouros e seguros: a solidariedade, uma das palavras-chave em toda nossa reflexão acerca do coletivo.

Esses laços simbolizam, nas obras de Bauman, o sentimento de segurança e familiaridade. Então, a partir do momento em que são fragilizados, outros sinais passam a ser evidentes na sociedade como, por exemplo, o sentimento de impotência e de incerteza. Começando pela incerteza, que é considerada pelo autor uma “poderosa força individualizante” (BAUMAN, 2009, p. 36), julgamos importante associá-la não apenas aos seus sintomas, relativamente comuns atualmente – como medo, ansiedade, tristeza – mas também aos seus geradores. As causas dessa incerteza estão associadas à ausência de controle da própria vida, à dificuldade de estabelecer planos a longo prazo e ao imediatismo de nossas ações, caracterizando uma sociedade subsidiada pelo imediato, pelo produto, pelo curto prazo. Dessa forma,

[o] "controle sobre o presente" é algo que claramente não existe na condição dos homens e mulheres contemporâneos. [...] Muitas pessoas já foram atingidas pelas misteriosas forças variadamente apelidadas de "competitividade", "recessão", "racionalização", "queda na demanda do mercado" ou "redimensionamento"; cada um de nós pode nomear com facilidade vários conhecidos que de repente perderam o chão sobre o qual estavam (BAUMAN, 2009, p. 70).

Não se possui, portanto, o controle sobre o futuro e é nesse momento que o sentimento de impotência ganha força nesse cenário de ações individuais, fomentando a “falta de visão, a indiferença para os projetos de vida a longo prazo [...] a inclinação para dividir a vida em episódios, cada um deles devendo ser espremido até a última gota, sem nenhuma preocupação com as consequências” (BAUMAN, 2009, p. 70). O ato de individualizar a si mesmo é algo induzido, treinado, segundo o autor, pelo modelo de sociedade em que vivemos e por toda a demanda que esse modelo nos impõe, onde, de fato, somos expostos a situações em que o outro tem

cada vez menos espaço, na medida em que nós temos cada vez menos tempo para o que não nos diz respeito.

A sociedade moderna foi construída sobre a areia movediça da contingência. Exortados, instados e pressionados diariamente a perseguirem seus próprios interesses e satisfações, e a só se preocuparem com os interesses e satisfações dos outros na medida em que afetem os seus, os indivíduos modernos acreditam que os outros à sua volta são guiados por motivos igualmente egoístas - e, portanto, não podem esperar deles uma compaixão e uma solidariedade mais desinteressada do que eles próprios são aconselhados, treinados e dispostos a oferecer. Numa sociedade assim, a percepção da camaradagem humana como fonte de insegurança existencial e como um território repleto de armadilhas e emboscadas tende a se tornar endêmica. Numa espécie de círculo vicioso, ela exacerba, por sua vez, a fragilidade crônica dos vínculos humanos e aumenta os temores que essa fragilidade tende a gerar (BAUMAN, 2008, p. 172).

Ao unirmos essa sensação de instabilidade e imediatismo à busca constante da felicidade, temos ainda outros efeitos colaterais, como a questão consumismo, dos excessos e do espetáculo (BITTAR, 2007; COLOMBO, 2012; GONÇALVES, 2005; NARDI, 2003). É necessário que tudo seja muito intenso, a todo instante, no sentido de ao menos satisfazer, momentaneamente, o indivíduo. Para além disso, o papel do "novo" se faz importantíssimo: a busca incansável pelo diferente, pelo inovador, por aquilo que não se tem, com o objetivo de suprir uma sensação de insatisfação constante (BAUMAN, 1998), torna-se mais uma corrida típica da vida moderna.

Considerando essa ideia de uma sociedade de consumo, Bauman (2001) sugere que o fato dos indivíduos compartilharem espaços de consumo, como locais para a prática esportiva, mercados ou pontos turísticos não significa que nesses espaços existam interações sociais reais. "Esses lugares encorajam a ação e não a interação" (BAUMAN, 2001, p. 87) e, por isso, não podem ser considerados como um momento coletivo dentro de um cenário individual: "os lugares de consumo coletivo não tem nada de coletivo" (BAUMAN, 2001, p. 87).

Mesmo as “comunidades”, como o autor apelida, também não representam atualmente espaços verdadeiramente coletivos, considerando que, muitas vezes, elas são apenas reflexo de uma constante demanda de participação de redes (BAUMAN, 2009, p. 68). Sennett (2012) afirma nesse sentido que o compartilhamento de intimidades seria a principal ferramenta para a construção dessas comunidades, que por vezes acabam sendo frágeis e de curta duração. Bauman (2009) apelida essas comunidades de “comunidades de ocasião”, alegando que elas representam “uma reunião momentânea em volta de um prego sobre o qual muitos indivíduos solitários penduram seus medos individuais” (BAUMAN, 2009, p. 68).

Essa incessante busca pela sensação de participar de algo que nos coloque ao lado de nossos pares e esse indício de depositar nesses espaços nossas angústias estão, em nosso entendimento, associadas ao que poderíamos chamar de uma fuga das constantes frustrações a que somos expostos por conta da individualização. Cada uma de nossas ações é idealizada por nós e pelos outros a partir de um modelo ou de um padrão que é delimitado e implicitamente imposto em nossas rotinas, o que gera o que intitulamos de expectativa.

Se ficam doentes, é porque não foram resolutos e engenhosos o bastante ao seguirem o regime de saúde. Se ficam desempregados, é porque falharam ao aprender as habilidades para se saírem bem numa entrevista, porque não tentaram com afinco ou porque estão, pura e simplesmente, envergonhados de trabalhar. Se não estão seguros a respeito de suas carreiras futuras e se angustiam quanto ao futuro, é porque não são bons o suficiente em fazer amigos e influenciar pessoas, e porque falharam em aprender como deveriam as artes da auto-expressão e de impressionar os outros (BAUMAN, 2009, pp. 64-65).

Ao nosso ver, o problema maior nesse sentido não é o simples fato de as expectativas serem incessantemente exaustivas e provocarem mais um tipo de insatisfação aos indivíduos de nossa sociedade, mas, sim, a maneira como elas são construídas e colocadas para nós. Mais especificamente, o interessante é pensar quem constrói os padrões que mensuram nossas disputas diárias e o motivo de, por

diversas vezes, consentirmos com esses moldes que, em geral, são subsidiados pelo sucesso de um alguém, que não somos nós, em determinado contexto que também não é o nosso. O modelo e o padrão, portanto, são instituídos muitas vezes por métodos que se esquecem da nossa humanidade, das nossas diferenças, obrigando-nos, mesmo que simbolicamente, a fazer parte de um enorme coletivo – aqui se referindo a um grupo de indivíduos – a que nos adequemos, comparemos e aprimoremos com base em exemplos particulares, específicos e individualizados.

Nossa sociedade "parou de se questionar" [...] Quando as pessoas aceitam a impotência para controlar as condições de suas próprias vidas, se elas se entregam ao que consideram ser necessário e inevitável, a sociedade deixa de ser autônoma, isto é, autodefinida e autogerenciada; para ser mais exato, as pessoas não acreditam que ela seja autônoma e assim perdem a coragem e a vontade para se autodefinir e se autogerenciar. A sociedade então se torna heterônoma, dirigida por outros, mais empurrada do que guiada (BAUMAN, 2009, p. 73).

Logo, em concordância com Bauman (2008, p. 175), "por toda parte, a voz coletiva é substituída por escolhas individualizadas atomizadas e competitivas" e esse processo de imposição das regras e dos padrões torna-se algo já não mais questionável, quase que automático. Nessa lógica, em várias esferas do nosso cotidiano é possível identificar essa característica, inclusive no que diz respeito às práticas corporais, ou ao que comumente é tratado como atividade física e prática esportiva. São esses indícios de individualização dentro desse contexto específico que gostaríamos de discutir a seguir. Aliás, nos é interessante debater como esse contexto tem influenciado a EF, sua pedagogia e, conseqüentemente, a própria concepção e a prática da GPT.

4.2. A Ginástica para Todos no contexto das práticas corporais e gímnicas

A tentativa de identificar a presença do processo de individualização da sociedade moderna e suas implicações no contexto da EF não é objeto principal do presente estudo. Contudo, justifica-se no sentido de refletirmos acerca da própria prática da GPT nesse contexto, e como ela vem representando, a nosso entender,

uma possibilidade na direção contrária ao processo de individualização, uma espécie de contraponto, como indicam Paoliello, Toledo, Ayoub, Bortoleto e Graner (2014) quando analisam o processo pedagógico e de prática cotidiana do GGU.

Iniciamos a conversa pelo esporte. A face do esporte que queremos tratar aqui é a que se complementa com as expressões “moderno” (BRACHT, 2005) ou ainda “contemporâneo” (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008). Um esporte que atrai a mídia (MORENO; MACHADO, 2004), que visa a performance e que fomenta o espetáculo (RODRIGUES; MONTAGNER, 2003; SILVA, 1991). Uma prática normatizada por regras, que revela modelos operacionais bem como códigos gestuais (PARLEBAS, 2001), que busca índices comparativos e que dita tendências – inclusive para fora dela mesma –, e que, na maioria dos casos, é regida por ciclos olímpicos. Práticas que proporcionam experiências intensas, que pressupõem expectativas de participação e de rendimento.

Se, por um lado, o esporte de competição que busca o rendimento tornou-se hegemônico, outras possibilidades da prática esportiva coexistem (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008), inclusive sob regulamentações oficiais, como a organização e proposta do Ministério do Esporte (BRASIL, 2017), quando indica como frentes específicas de trabalho o Esporte de Rendimento (Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR) e o Esporte de Educação, Lazer e Inclusão Social (Secretaria Nacional De Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS). Essa divisão também é encontrada na literatura, por vezes com nomenclaturas diferentes, como em Stigger (2005), Bracht (2005) ou Tubino (1992), além de ser, antes de mais nada, um conhecimento empírico no mínimo evidente quando se experiencia a docência de uma mesma prática realizada em diferentes contextos.

Seja voltado à competição ou à participação, o esporte reúne um conjunto de intelectuais que o discutem a partir de abordagens distintas (STIGGER, 2005). Foge do nosso contexto, por hora, discuti-las a fundo, mas o que podemos destacar são algumas características que, independentemente da abordagem, se fazem presentes

no entendimento do fenômeno esportivo como um todo: é institucionalizado, possui regras no sentido de uma “linguagem internacional” (GUAY, 1993, p. 58) e busca o aprimoramento incansável da performance.

Considerando isso, destacamos para este estudo a concepção de esporte moderno utilizada por Allen Guttmann, autor que define o esporte a partir de sete características: o secularismo, a igualdade de oportunidade e condições em competições, a especialização dos papéis, a racionalização, a organização burocrática, a quantificação e a busca pelo recorde (GUTTMAN, 1978, p. 16, tradução nossa). Essa interpretação atribui ao esporte características que acreditamos estarem interligadas à sociedade na qual ele está inserido, o que permite o diálogo mais palpável com a relação indivíduo-sociedade pretendida no decorrer do presente estudo.

Para alguns estudiosos, como Debord (2003), o Esporte de Alto Rendimento ou Esporte Espetáculo é responsável por grande parte do que a sociedade conhece sobre as práticas corporais na atualidade, consolidando-se como uma perspectiva dominante, que permeia e norteia quase todos os contextos (da escola à mídia) e que parece ser um importante expoente do processo de individualização e de promoção da individualidade. Assim, entendemos que existem três aspectos que merecem atenção na medida em que aparentam ser influências do processo de individualização no contexto esportivo, e que se conectam e permitem avançar na discussão proposta: a especialização, a regulamentação e a competitividade.

Sobre a especialização ou, por vezes, superespecialização, algo que já há algum tempo tem sido indicado na literatura, trata-se, ao nosso ver, de um processo que tem como intuito criar especialistas não em modalidades, mas, sim, em provas e posições (GUTTMANN, 1978). Quase não se refere mais ao campeão de uma modalidade individual e também não se ousa falar sobre um mesmo jogador que é incrivelmente competente em duas posições no contexto do esporte coletivo. Há tempos, na Ginástica Artística, por exemplo, vemos especialistas em Argolas, Salto, Solo e nos outros aparelhos. Dificilmente alguém defende e ataca o adversário num

contexto coletivo exatamente com o mesmo nível de habilidade; cada um está estrategicamente posicionado onde apresenta o melhor desempenho e isso não é apenas no momento do jogo. Passou-se a treinar as especificidades de cada pedaço do espaço, de cada prova ou de cada tipo de habilidade corporal.

A superespecialização no contexto competitivo é, ademais, regida pelas regras e pelos códigos, tanto gestuais como de conduta, estabelecidos pelos mais diversos comitês técnicos das instituições esportivas. Mais do que uma expressão da institucionalização e da homogeneidade das “leis fundamentais”, as mais diferentes formas de sistematizar determinada modalidade resultam numa regulamentação precisa da ação esportiva (PARLEBAS, 2001). Criatividade e inovação parecem se tornar atributos pouco desejados, uma vez que perdem espaço em um ambiente de grande controle e de movimento e ação previsíveis. No caso particular das práticas gímnicas, o denominado Código de Pontuação modela desde os movimentos gímnicos até as formas de se deslocar, hipernormatizando a prática a um nível que pode levar à monotonia e à previsibilidade inclusive entre atletas de alto rendimento (BORTOLETO, 2000; 2004).



Imagem 28: Seleção da Rússia de GR durante prova de conjunto misto nos Jogos Olímpicos 2016, no Rio de Janeiro.

Fonte: Página oficial Ricardo Bufolin (fotógrafo da Confederação Brasileira de Ginástica).

Ainda no campo da ginástica, o processo de superespecialização que caracteriza sua vertente mais conhecida, a competitiva, fez emergir diversas subdivisões de prática e projeta a busca pelo aprimoramento corporal numa tentativa de aproximação “à perfeição”¹⁴, buscando ressaltar a performance dos atletas, diferenciando-as entre si por meio de décimos de pontos e fomentando a competitividade por meio do exercício recorrente da comparação e da projeção dos melhores. Isso culmina num processo de hierarquização e elitização, aspectos ainda mais expressivos quando nos aproximamos ao esporte de alto rendimento.

Esses traços característicos do esporte de performance parecem responder de forma otimizada ao processo de individualização antes descrito (BAUMAN, 2009), com destaque para a busca do sucesso, a instalação de regras que mediam as ações e a valorização do desempenho e da performance individual, mesmo em situações coletivas. Simultaneamente, é importante mencionar que a reflexão produzida acerca do esporte de competição não tem o intuito de negar a sua importância como fenômeno social, muito menos de deplorar suas características, ou ainda sugerir sua extinção por um “brando regime de diversões cooperativas” (LASCH, 1983, p. 142). Esse tipo de crítica para a qual Lasch (1983) chama nossa atenção acaba por negligenciar o esporte e essa não é nossa intenção. Não se tem por objetivo indicar que o esporte de alto rendimento representa uma faceta negativa do fenômeno esportivo, apenas destacar o propósito de que, por conta das suas características constituintes, muitas vezes ele se revela como uma prática para poucos, que tende a filtrar seus participantes, hierarquiza-los e categoriza-los.

Frente a isso, seria possível pensarmos em outra vertente ou possibilidade esportiva, como o Esporte de Participação ou Lazer, por exemplo, para compreender

¹⁴ A utilização da expressão “perfeição” remete à ideia abordada por Mattos (2008), em seu artigo intitulado *O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo*. Nesse sentido, é possível enfatizar que essa ideia pode estar presente em qualquer âmbito de nossas vidas, não apenas no campo esportivo, mas também no trabalho, nos estudos e em quaisquer contextos que viabilizem e fomentem uma mensuração de performances.

qual é o lugar que a GPT possui nesse contexto. No entanto, ainda que outras categorias de manifestação do esporte se aproximem da GPT na medida em que permitem maior adesão, atenuação da competitividade e certa flexibilização das regras e padrões previstos oficialmente, a GPT, ao nosso ver, não se encaixa em nenhuma dessas classificações. Primeiramente, ressaltamos que, quando determinado esporte é colocado no contexto "participativo" ele pode, sem dúvidas, ter suas regras flexibilizadas e, com isso, possibilitar a participação de mais pessoas e intensificar a promoção de outros valores de ordem social e educacional. Porém, independentemente do quanto se molda e se adequa aos seus praticantes, a flexibilização das regras acontece a partir de um código ou regulamento já existente, imposto e normatizado. No caso da GPT, não é possível flexibilizar regras que não existem, o que nos leva a pensar que essa forma de praticar a ginástica não pode ser classificada como uma modalidade ou como um esporte.

O limite impresso na lógica interna das práticas esportivizadas se situa muito aquém dos permitidos à GPT, uma vez que os elementos estruturantes da prática dos esportes são pré-estabelecidos, controlados pelos seus respectivos regulamentos. Isso quer dizer que mesmo quando se flexibiliza as regras de uma modalidade esportiva, ainda é possível identificá-la como determinado esporte. No caso da GPT isso não acontece. Ainda que alguns grupos de GPT sejam fortemente influenciados por códigos gestuais (técnicas significadas) similares aos vistos em outras ginásticas – inclusive às competitivas –, a ausência de regras quanto à sua prática revela outra lógica interna, outra constituição e, portanto, uma atividade de outra natureza. Nesse sentido, podemos entender, então, que o esporte, seja ele praticado para a performance ou para o lazer, possui limites estabelecidos pelas suas regras e, conseqüentemente, certa expectativa daquilo que será praticado e apresentado. Na contramão, a GPT não possui a priori essa expectativa sobre sua prática, permitindo um espectro mais abrangente e uma manifestação mais facilitada da criatividade e também da diversidade.

Parece-nos, portanto, que a natureza dessa prática não condiz com essas classificações esportivas, uma vez que, para ser esporte, sua prática exigiria, além de regras e, conseqüentemente, um código de conduta, uma “seleção a priori” de seus participantes baseada na técnica, em estereótipos corporais e qualidades definidas, a fim de garantir o tipo ideal para performance. Essa codificação acarretaria numa tendência à uniformização dos corpos e de seus gestos como vemos nas modalidades competitivas. A GPT não prevê que isso aconteça. Para além disso, um outro aspecto que permeia essa discussão ganha nossa atenção: o caráter não competitivo da prática.

Nesse sentido, recorremos às produções de GPT analisadas anteriormente e o que pode ser observado é a valorização desse caráter não competitivo da prática. Santin (2001) e Sanioto (2005) revelam que, atualmente, é possível observar uma “realidade estimuladora da competitividade” (SANIOTO, 2005, p. 67) e que tanto a EF quanto as práticas corporais acabam por serem conduzidas para esse contexto competitivo, assemelhando-se a uma realidade que permeia o caráter de treinamento e padronização dos gestos, situação ainda bastante equivocada e presente em espaços educativos como a escola. Como complemento dessa ideia do corpo competitivo, padronizado, Roble (2001) afirma que a GG é uma oposição às ginásticas de competição dentro da própria FIG, tendo em vista que o corpo do ginasta típico das modalidades esportivizadas é “um corpo paradoxal: flexível, mas sem flexibilidade, forte, mas sem ousadia, treinado, mas sem criatividade”.

Fica claro, ainda, que a maioria das produções atribui à GPT uma expectativa de superação desses padrões esportivos por meio de sua diversidade, inclusão e possibilidade de participação irrestrita em diferentes espaços – escola, projetos sociais, universidades (ARTUSI, 2008; BERTOLINI, 2005; CHAPARIM, 2003; LELES; NAKATANI; SOUZA; LOPES; NETO; MONTEIRO, 2016; LINK; MANTOVANI; CARBINATTO, 2016; MAYEDA; ARAÚJO, 2004; OLIVEIRA, 2010; SOARES; BORTOLETO; AYOUB; PAOLIELLO; CARBINATTO, 2015; VIANA, 2008; WICHMANN, 2015b).

Como destacam diversos estudos, quase sempre referenciando o discurso dos participantes das pesquisas, a não competitividade é um fator fundamental dessa prática. Nesse sentido, destaca-se o texto de Ayoub (1998), no qual o trabalho de campo consistiu em ouvir grandes nomes da GPT, inclusive membros do Comitê dessa prática na FIG, revelando que o caráter não competitivo foi o aspecto mais enfatizado e expressivo nas entrevistas realizadas. Em contrapartida, um aspecto interessante é o fato da FIG como instituição gestora-reguladora reconhecer a competição como uma alternativa de prática da GPT, desde 1993, quando o Comitê de GG redige o "Reglement Technique de Gymnastique Générale". Sobre essa questão, Sanioto (2005) comenta: "[a]lguns países já incluíram a Ginástica Geral como mais uma modalidade competitiva, porém, descaracterizaram seus princípios mais rudimentares" (SANIOTO, 2005, p. 70).

Um fator interessante ainda sobre o entendimento do caráter não competitivo dessa prática é com relação à nomenclatura, ao tratamento que é dado à GPT no corpo das pesquisas. Foi possível observar que, embora um número expressivo dos trabalhos reafirme o caráter não competitivo da GPT e de outras características atreladas a uma prática não esportivizada, muitos autores se referem a ela por meio de expressões como "modalidade" (CARVALHO; ZYLBERBERG; REIS; DODÓ; PONTES, 2016, p. 7; OLIVEIRA, 2007, p. 28; PATRÍCIO; CARBINATTO; BORTOLETO, 2016; KAUFFMAN; BROCH; PIZANI; TEIXEIRA; RINALDI, 2016, p. 7; SILVA, 2005, p. 2; SILVA, 2015, p. 35; SILVA; ZYLBERBERG, 2016, p. 52), "disciplina esportiva recreativa da FIG" (WICHMANN, 2014, p. 38), ou até mesmo "atividade esportiva" (ESSA, 2016, p. 2; PAOLIELLO, 2008, p. 194). Nesse sentido, citamos Ayoub (1998, p. 90):

[h]á, ainda, os que compreendem a GG como uma modalidade da Ginástica, a sua modalidade não competitiva ou a sua modalidade demonstrativa. Essa visão parece-me outro equívoco, pois significaria colocá-la no mesmo patamar das outras modalidades gímnicas. Apesar de estar organizada nas federações dentro de um comitê técnico específico, ao lado de outras modalidades, a GG não deve ser considerada uma modalidade.

Para além disso, existe, ainda, uma outra questão que permeia a competitividade. Ao pensarmos, por exemplo, a realização do WGFLC, mencionado anteriormente, ou outro evento competitivo institucionalizado na GPT, embora exista uma notável subjetividade na avaliação, a demanda natural pela objetivação dos critérios avaliativos por parte dos grupos pode resultar, a longo prazo, na codificação dessa prática, tornando-a mais uma disciplina que busca a identidade dos corpos e afasta a participação massiva. Essa padronização, a nosso ver, não necessita de um registro ou da elaboração de um código de pontuação: bastaria que a comparação e a imitação daqueles que são considerados os melhores superasse a criatividade e a diversidade viabilizada pela GPT. Ademais, ainda seria possível pensarmos sobre uma tendência a certa “profissionalização” de elementos que permeiam as coreografias dessa prática, seja de elementos da própria prática, como a técnica e a expressão, como também elementos externos que compõem as coreografias como figurino, maquiagem, cenário e iluminação.

Tudo que existe de subjetivo no WGFLC existe também na WG com uma diferença: essa subjetividade não pauta um processo avaliativo, não sendo mensurada oficialmente. Pelo menos não por “especialistas” que sutilmente possuem a difícil tarefa de julgar. Não negamos a existência de uma comparação (consciente ou não, expressa ou não), entre os grupos e entre seus participantes. Parece-nos que essa possibilidade de “competição” não oficializada está presente em tudo que nos envolve como seres humanos. Em um evento de ginástica, competitivo ou não, somos expostos a todo momento a uma experiência estética, passível de julgamento e apreciação. Gostar mais ou menos passa a ser inerente à experiência estética. Contudo, quando a competição, mesmo que amenizada na forma de um concurso, passa a ser oficializada e objetivada, a força de ganhar pode suplantar outros objetivos que, como dissemos, caracterizam a prática da GPT.

De qualquer forma, o presente estudo não tem por objetivo tratar mais profundamente dessas questões, apresentando apenas algumas reflexões possíveis, ainda “frescas”. Além disso, entendemos que a intensificação dos valores

competitivos depende, principalmente, da maneira como os diferentes grupos encaram a participação nesses eventos e, portanto, no modo como é conduzido o processo de preparação de seus integrantes.

Considerando toda a discussão, adotamos, para este estudo, um entendimento para a GPT similar ao defendido por Pérez Gallardo e Souza (1995), isto é, da GPT como uma prática corporal coletiva voltada ao lazer, à participação, à educação, que se inspira e combina o repertório de diferentes práticas corporais, sem a necessidade de definir e delimitar sua manifestação por meio de regulamentos e, conseqüentemente, sem que haja comparação de resultados na forma de competição institucionalizada.

Dessa forma, a ampla participação não é apenas uma ferramenta de acesso à prática, mas também, e principalmente, uma possibilidade a ser explorada no sentido de fomentar o protagonismo de seus praticantes, possibilitando a superação das clássicas e consolidadas categorizações esportivas, sejam elas por faixas etárias, sexo ou níveis de rendimento. Como consequência, a GPT oferece a possibilidade de minimizar as influências que a especialização, a competitividade e a padronização assumiram no contexto das práticas corporais em nossa sociedade, contrapondo-se à homogeneidade típica do contexto esportivo e transformando a diferença numa ferramenta positiva para o desenvolvimento da prática e não mais como ponto de partida para a segregação.

Para encerrarmos este capítulo, avançaremos, a seguir, no sentido de uma análise das particularidades das práticas gímnicas a partir do referencial teórico praxiológico de Parlebas (2001), tratando de identificar os indícios que apontam a coletividade da GPT como um diferencial em relação ao coletivo experienciado pelas outras práticas gímnicas realizadas em grupo.

4.3. A lógica da Ginástica para Todos e as particularidades de seu coletivo



Imagem 29: Grupo de grande área durante apresentação na XIII WG de 2007, em Dorbin, na Áustria.
Fonte: Site oficial da XVI WG 2019.

Talvez o principal conceito da ciência da “Ação Motriz” ou da “Praxiologia Motriz”, teoria elaborada pelo francês Parlebas (2001), seja o da “lógica interna”. Segundo o autor, a lógica interna pode ser definida como o conjunto de características pertinentes a uma determinada situação motriz¹⁵ (jogo, esporte) cuja unidade sistêmica resulta numa organização lógica particular (PARLEBAS, 2001, p. 303). Bortoleto (2008a), por sua vez, defende que a lógica interna permite uma aproximação rigorosa à natureza de uma determinada prática, possibilitando, entre outras coisas, destacar seu caráter individual ou coletivo, característica constitutiva que nos interessa sobremaneira entender, visando, evidentemente, diferenciar a dinâmica de intervenção dos participantes na GPT.

¹⁵ Situação Motriz, o qual é definido como “Conjunto de elementos objetivos y subjetivos que caracterizan la acción motriz de una o más personas que, em un medio físico determinado, realizan una tarea motriz” (PARBELAS, 2001, p. 423).

As situações motrizes “psicomotrizes” se caracterizam pela ausência de companheiros e/ou adversários, sem que delas emergjam interações motrizes fundamentais (PARLEBAS, 2001, p. 422). Por outro lado, as situações motrizes “sociomotrizes” possuem interação entre seus praticantes (companheiros e/ou adversários), entendendo que a relação motriz, nesses casos, é “essencial e direta” (BORTOLETO, 2008a, p. 133). Ainda no âmbito das práticas “sociomotrizes”, elas podem ser subdivididas em “situações de cooperação” ou “situações de cooperação-oposição”, sendo as primeiras com a presença apenas de companheiros (C) e as segundas com companheiros e adversários (A) na ação¹⁶.

Com base nesses princípios, vemos que a GAM, a GAF, a GR (individual) e o Trampolim Acrobático (individual) são práticas “psicomotrizes” nas quais cada ginasta intervém solitário, sem a presença simultânea de outros (companheiros e/ou adversários). Nesse tipo de situações motrizes, vemos a emergência de uma lógica na qual é predominante o desenvolvimento de “estereótipos motrizes”, ou seja, habilidades codificadas e que devem reproduzir padrões pré-estabelecidos com a maior precisão possível (LAGARDERA; LAVEGA, 2004). Nelas, a prática – em qualquer nível de aprofundamento – acontece por meio da reprodução desses “modelos operativos”, modelos técnicos quase sempre codificados ou regulamentados, exigindo, conseqüentemente, uma prática que se baseia na repetição, mais do que na criação ou inovação (BORTOLETO, 2012).

Por outro lado, a GR de conjunto, bem como a Ginástica Aeróbica em grupo, o Trampolim Acrobático sincronizado, a Ginástica Acrobática e, finalmente, a GPT são classificadas como práticas sociomotrizes de colaboração, o que significa

¹⁶ De fato, conforme Bortoleto (2008a), dentre as oito categorias de situações motrizes presentes na classificação parlebasiana, as práticas gímnicas podem ocupar apenas duas delas: situações “psicomotrizes” e “sociomotrizes” em meio estável. Essa afirmação se dá pelo fato de que as práticas gímnicas são realizadas, em geral, em ambientes controlados, previstos pelos praticantes e, muitas vezes, normatizados pelas regras de cada modalidade. Além disso, como já sinalizado no corpo no texto, essas práticas não possuem adversários sob a perspectiva de Parlebas, no sentido de que cada praticante, ou grupo de praticantes – no caso das práticas sociomotrizes –, realizam suas performances sem nenhum tipo de intervenção dos outros praticantes ou competidores.

que possuem as relações de cooperação entre seus participantes como sua característica fundamental (BORTOLETO, 2008a).



Imagem 30: Trio da Grã-Bretanha de Ginástica Acrobática durante série realizada no *Acro World Cup*, realizado em Portugal, em 2017.

Fonte: Site oficial da Federação Britânica de Ginástica.

Retomando o debate sobre o coletivo, segundo a ótica parlebasiana, uma prática sociomotriz como a GPT tem sua dinâmica de funcionamento sem a presença de adversários e, por essa razão, tem – a priori – a cooperação como sua característica mais dominante, que surge como uma condição *sine qua non*. Assim, quanto mais eficiente for a comunicação entre os participantes, quanto mais harmônica forem suas relações, mais eficiente será a intervenção do ponto de vista de sua lógica interna. Essa “cooperação”, entendida na perspectiva de Parlebas, aproxima-se à dada a ideia de “coletivo” pelos estudiosos dos Esportes Coletivos e também às relações cooperativas identificadas nas práticas gímnicas competitivas, embora nesse último caso não exista a presença de adversários diretos durante a ação motriz. O que queremos destacar aqui é que, para compreender a possível diferença entre o caráter sociomotriz da GPT e o das outras práticas gímnicas, é

necessário ir além dessa categorização das situações motrizes acima indicada. É preciso, então, analisar suas particularidades.

Para isso, a principal tarefa é a tentativa de compreender a lógica particular da GPT. No entanto, quando abordamos esse ponto, nota-se que a lógica interna da GPT é complexa quando comparada às lógicas das práticas gímnicas esportivizadas. Isso ocorre porque, partindo do entendimento proposto por Parlebas (2001), no qual a lógica interna pauta-se nas diretrizes da prática, ou seja, em suas regras, a GPT torna-se um caso peculiar na medida em que ela não possui regras e, conseqüentemente, não possui uma lógica interna pré-estabelecida.

Dessa forma, essa prática pode possuir múltiplas lógicas internas, na medida em que a lógica se consolida no interior de cada grupo de GPT, a partir da compreensão da prática, de suas possibilidades e limites e da forma como o coletivo se desenvolve frente a esse entendimento. O que queremos dizer é que, conforme visto no início do texto, a GPT é o que cada coletivo deseja que seja, e é mediante a essa escolha que a lógica se constrói. Esse fato é mais facilmente compreendido na medida em que notamos que os elementos estruturantes – sujeitos, implementos, espaços – que, em geral, compõem as lógicas das práticas corporais, são livres no contexto da GPT, isto é, podem compor a prática de formas distintas nos diferentes grupos.

Desse modo, caracterizamos a GPT como uma prática motriz complexa, de natureza sociomotriz com presença unicamente de companheiros, o que implica no fomento de relações interpessoais exclusivamente colaborativas. Uma marca identitária da GPT, como já mencionamos, é seu caráter não competitivo¹⁷ e, por conseguinte, a ausência de adversários diretos (durante a prática) ou indiretos (outros grupos), o que permite concentrar toda a atenção de seus praticantes na cooperação

¹⁷ Ao tratar a GPT como prática de lógica exclusivamente colaborativa não estamos dizendo que nos ambientes onde ela se expressa não exista a competitividade em seu caráter mais sutil, como já evidenciamos anteriormente. Portanto, quando tratamos da constituição da noção de coletividade frente às particularidades dessa prática, não ignoramos o fato de que existe, mesmo que na forma implícita, o exercício da competitividade e da comparação pelos praticantes, aspectos que entendemos como inerentes ao indivíduo social.

e colaboração entre eles, potencializando a construção da ação coletiva ou, ainda, a harmonização e a coesão das ações individuais a partir de um objetivo comum.

Sendo assim, no que tange aos sujeitos da prática, o caráter sociomotriz da GPT também se diferencia das demais modalidades gímnicas na medida em que sua prática não é normatizada por regras que definem a quantidade de pessoas, com exceção de números mínimos para participação em eventos.¹⁸ Assim, sua prática, com ou sem o objetivo de apresentação pública de coreografias, pode variar constantemente no que se trata da quantidade de praticantes, sem prejuízos formais, penalizações ou sanções regulamentares. A possibilidade de variação do número de pessoas torna, do ponto de vista praxiológico, a prática da GPT mais complexa em relação às outras práticas gímnicas, que possuem essa característica ditada a cada início de ciclo olímpico pelo seus respectivos Código de Pontuação. De fato, é comum, no interior dos grupos de GPT, que uma mesma composição seja apresentada de diferentes formas, variando os participantes (GRANER; PAOLIELLO; BORTOLETO, 2017), sem que haja nenhum tipo de proibição externa. A problemática se restringe ao grupo e a como ele soluciona as demandas de cada mudança durante a convivência.

Essa flexibilidade da GPT permite a relativização do conceito de técnica, de eficiência e de precisão, em concordância com Bortoleto (2008b), o que amplia a acessibilidade à sua prática. Dessa forma, ainda sobre os sujeitos, os grupos podem não só serem constituídos por números distintos de praticantes, mas também podem contemplar diferentes perfis de pessoas, permitindo a emergência de grupos heterogêneos, isto é, com participantes das mais diversas idades nos grupos intergeracionais, dos mais diferentes níveis de habilidade com grupos de pessoas muito ou pouco experientes no campo da ginástica e dos praticantes com distintas deficiências, mesclando características sem limitações prévias.

¹⁸ Esses números mínimos são estabelecidos pela organização dos eventos de Ginástica para Todos, conforme sua logística de realização. No caso da *Gymnaestrada*, por exemplo, existe um número mínimo de praticantes para apresentações em ginásios e galpões e outro número mínimo para apresentações realizadas em campos abertos.



Imagem 31: Grupo Chatooga dos Estados Unidos, participante do II *World Gym for Life Challenge*, realizado em julho de 2013, na África do Sul.

Fonte: Site oficial Chatooga Gymnastics and Dance.

Essa mesma flexibilidade também flerta com os espaços da GPT, isto é, com os ambientes onde ela se manifesta. Podemos destacar a GPT como uma prática gímnica que pode ser realizada tanto em ambientes estáveis como instáveis (PARLEBAS, 2001), característica que a distingue substancialmente das práticas ginásticas de competição, as quais precisam, regimentalmente, de um espaço altamente controlado e que atenda as demandas específicas de cada modalidade. Uma vez mais, vemos a GPT de modo mais livre, amplo e capaz de adaptar-se ao contexto.

Acerca da utilização de implementos, ou seja, de materiais, a prática da GPT permite a utilização de quase qualquer tipo de objeto nas suas composições, muitas vezes fazendo deste uso uma estratégia para a amplificação da diversidade coreográfica, como visto no capítulo anterior. Cada grupo pode optar por utilizar ou não aparelhos, segundo indica a própria FIG no livro *Apparatus in Gymnastics for All*

(FIG, sem data). No entanto, o que se faz necessário reforçar nesse momento é que no caso do uso de algum material, os praticantes possuem a “liberdade” do quando e como utilizá-lo, não se atendo às exigências técnicas típicas das práticas competitivas, como as existentes na Ginástica Rítmica, por exemplo, que indicam os grupos de movimentos de cada material a serem realizados pelas ginastas em seus exercícios, além de normatizar de maneira precisa a constituição de cada um dos objetos presentes no Código de Pontuação, de acordo com as diferentes categorias (FIG, 2017b). A utilização de implementos na GPT é mais um aspecto sem limitações prévias.



Imagem 32: GGU na coreografia Piaba, durante apresentação no V Fórum Internacional de GG, realizado em Campinas, em 2010.

Fonte: Site oficial do Fórum Internacional de GPT.

Ainda subsidiados pela praxiologia, interessante é a possibilidade de compreensão da GPT a partir do referencial teórico de Mateu e Bortoleto (2017), como uma prática fundamentada em situações motrizes expressivas, prevendo um notório distanciamento do contexto esportivo. As situações motrizes expressivas representam um subconjunto cujo objetivo, para além do motriz, expande-se ao artístico, visando ofertar uma experiência estética para o público, e assim adquirindo uma natureza comunicativa. Desse modo, enquanto os esportes ginásticos flertam com a expressividade, sempre sob as amarras e expectativas previstas nas regras, a

GPT pode viver na sua plenitude, ou seja, envolver todas as ações de seus praticantes sob a ótica figuracional (poética e subjetiva). Nesse caso, sujeitos, espaço, tempo e objetos poderão apresentar uma “capa” expressiva, para além de suas características objetivas, atribuindo à GPT a possibilidade de explorar a alteridade¹⁹.

Podemos referirnos a las SME también como situaciones motrices de expresión y escénica y esos es, situaciones en las que el objetivo final no se resume únicamente en una acción motriz o a una marca, sino que exigen una comunicación de orden referencial, expresivo y poético. [...] Dicho de otro modo, las decisiones que define las interacciones entre los componentes sistémicos se explicitan en el marco de una interrelación comunicativa emotiva/poética simbólica entre los protagonistas (artistas) e los espectadores (actuales y expectantes), condición muy distinta de la observada en situaciones motrices por ejemplo de naturaleza deportiva (MATEU; BORTOLETO, 2017, pp. 51-52).

¹⁹ A alteridade pode ser compreendida como aquilo que nos permite construir relações de identidade não apenas com outras pessoas, mas também com grupos, espaços, lugares (INÁCIO; PERETI; SILVA; LIESENFELD, 2005). A alteridade, portanto, seria “um outro, do qual depende a própria identidade. O outro e o eu estão numa relação complexa em que se remetem reciprocamente” (HERMANN, 2007, p. 9). Dessa forma, podemos concluir que alteridade é aquilo que nos estranha e que nos toca, na medida em que afeta o indivíduo, ou ainda, o eu que vive determinada experiência. Em nosso caso, ao pensarmos a GPT como espaço de abertura a alteridade, as composições coreográficas seriam a via de acesso para uma experiência estética. Além disso, é importante destacar que alguns textos abordam a alteridade como mais uma alternativa para atenuar a questão da individualização do sujeito (SILVA; DAMIANI, 2005; KRAMER, 2000; CATTAPAN, 2006), o que valoriza ainda mais a abertura à alteridade no contexto da GPT, frente os argumentos até aqui apresentados.



Imagem 33: Grupo brasileiro durante apresentação na XV WG 2015, realizada em Helsinki na Finlândia.
Fonte: Site oficial da FIG.

Em síntese, a diferença substancial entre a GPT e as ginásticas competitivas, particularmente aquelas sociomotrizas (GR Conjunto, GAcro, GAeróbica e Trampolim Sincronizado), é a ausência de regras – ou códigos imperativos, como diria Parlebas (2001) – de modo que não haja na GPT nenhum tipo de pré-requisito ou normatização, quanto ao número de participantes (contanto que seja em grupo), suas qualidades, ou mesmo quanto ao espaço, aos implementos materiais e à técnica. Desse modo, no caso da GPT, a existência ou não de padrões na prática cotidiana (ou nas composições coreográficas) não mantém relação com uma condição imposta, podendo ou não existir na medida em que os grupos e seus praticantes se remetam mais ou menos às normativas das práticas esportivizadas, deixando de “aproveitar” a possibilidade de não atender a tais padrões.

Por isso, a GPT assume uma condição de prática “livre”, promovendo certa expectativa pelo criativo, pela inovação, pela não reprodução de padrões, permitindo, ao menos em teoria, a diminuição da previsibilidade e a manifestação de uma prática mais permeável, propiciando um terreno fértil para a manifestação da coletividade. Embora a relação entre os praticantes de um grupo de GPT remetam, teoricamente,

ao conceito de cooperação similar ao observado nas outras práticas gímnicas sociomotrizas, é na ausência de regras que as relações encontram espaço para uma consolidação sem a mediação instrumental e práxica designada pelos regulamentos. Logo, as relações passam a ocupar o núcleo da prática, podendo inclusive, sobressair-se a qualquer expectativa quer seja no processo ou no produto.

Não obstante, embora haja a possibilidade acima indicada de desenvolvimento da potencialidade coletiva da GPT, é comum que essa possibilidade não seja reconhecida pelos grupos, que por vezes operacionalizam a cooperação funcional e instrumental como acontece nas práticas sociomotrizas esportivizadas. Assim, a ação de um coletivo na GPT em direção ao desenvolvimento dos elementos constituintes da noção de coletividade, ou ainda um interagir de maneira comunicativa, relacional e emocional, como acrescenta Parlebas (2001), deve ser entendido como um potencial da prática e não uma obrigatoriedade. É por este motivo que observamos grupos de GPT com diferentes entendimentos de coletividade, uma vez que essa compreensão se dá a partir da estrutura que é imposta ao interior do grupo para seu funcionamento, isto é, da lógica interna estabelecida no coletivo.

Nossa experiência indica que esse não aproveitamento do potencial social da GPT ocorre, frequentemente, devido a uma apropriação de outras lógicas no contexto da GPT, isto é, por conta da dominância da lógica esportiva-competitiva e, portanto, da regulamentação imposta pelas práticas gímnicas esportivizadas. Por essa razão, a incorporação de uma lógica próxima à estruturação tradicional advinda do esporte de alto rendimento pode indicar uma fragilização de seu potencial coletivo. Uma vez mais, é esse fato que faz com que a experiência da coletividade possa ser múltipla e distinta no interior de diferentes grupos de GPT. Uma coletividade será, portanto, fomentada, desenvolvida e aprimorada a partir das escolhas político-pedagógicas de cada grupo de GPT, aproximando-se ou distanciando-se da noção proposta nesta pesquisa.

Cabe deixar claro, entretanto, que, quando determinado grupo não exerce a prática da GPT sob a noção de coletividade que construímos, ou seja, quando reproduzem na GPT as lógicas operacionais de outras práticas, esse grupo ainda assim será considerado um grupo de GPT. Não desenvolver o caráter coletivo e conseqüentemente não experimentar a coletividade não descaracteriza sua prática, apenas conduz o grupo a usufruir de forma superficial uma de suas potencialidades mais relevantes²⁰.

²⁰ Ao pensarmos nos benefícios que a GPT pode oferecer a seus praticantes, bem como os diferentes contextos em que ela pode se manifestar, é importante pensar na apropriação dessa prática como conteúdo da Educação Física Escolar (AYOUB, 2013), ou ainda como “área de conhecimento da Educação Física”, de acordo com Souza (1997). Isso se deve ao seu grande potencial educativo (AYOUB, 1998; SILVA, 2005; LIMA; MURBACH; AFONSO; SANTOS; SCHIAVON, 2015; LOPES; LEAL; VALIENGO; GONÇALVES; GOMES; PESSOA, 2015; BORTOLETO, 2012), potencial que sem dúvidas afirmamos estar relacionado as possibilidades coletivas viabilizadas por essa prática. Nesse sentido, compreender a GPT de forma a permitir o desenvolvimento de seu potencial coletivo é mais uma justificativa que legitima o lugar que essa prática vem ocupando no contexto escolar, integrando os currículos educacionais ao lado de práticas gímnicas esportivizadas, como a GR e a GA (FERREIRA; RODRIGUES, 2014; MAROUN, 2015; OLIVEIRA; LOURDES, 2004; PATRÍCIO, 2016).

TENSO E INTENSO: AMARRANDO AS IDEIAS SOBRE O COLETIVO NA GINÁSTICA PARA TODOS

Um corpo tornado passagem é, ele mesmo, tempo e espaço dilatados. O presente é substituído pela presença. A duração e o instante coexistem. Cada gesto expresso por este corpo tem pouco importância "em si". O que conta é o que se passa entre os gestos, o que liga um gesto a outro e, ainda, um corpo a outro.

Denise Sant'Anna



Imagem 34: GGU durante apresentação da coreografia Formas e Sons na cidade de Tallin, na Estônia, em julho de 2015.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Quando falamos em evolução, pensamos rapidamente em desenvolvimento (ABBAGNAMO, 2007), em uma situação em que algo transforma-se, estando em seu início e em seu fim de formas diferentes. Pensamos logo naquilo que cresce e evolui, passo a passo, em determinada direção. Não é à toa que trazemos essa imagem para compor o último trecho de nossa pesquisa. Nesse contexto, a evolução é, como na foto, uma trajetória que aponta para algum lugar. Consideremos, portanto, este estudo como mais um produto de um processo

inacabado (SALLES, 2008), mais um passo transitório, sempre incompleto, que tem como tímida intenção o fazer pensar. Porém, essa construção parece aproximar-se de uma evolução na medida em que sua incompletude não lhe compromete, uma vez que, convictos, apontamos nosso debate para a direção que acreditamos ser oportuna e condizente com a lógica da prática aqui discutida.

Alguns tópicos, sem dúvida, foram evidenciados durante a construção deste trabalho. O primeiro deles é a complexidade acerca do entendimento da GPT e o quanto as diferentes interpretações proporcionadas por essa prática oportunizam ou não o desenvolvimento de seu potencial coletivo, a partir da possibilidade de constituição de múltiplas lógicas para essa prática. Nesse cenário, a importância atribuída à coletividade aparece entrelinhas nas produções encontradas, entrelinhas que não se aprofundam nesse debate, arriscando conceder ao coletivo da GPT a mesma função de qualquer outro coletivo, algo semelhante a “um meio para chegar a um fim”.

A partir do que foi discutido por meio dos preceitos praxiológicos (PARLEBAS, 2001), fica evidente o fértil espaço oferecido pela GPT no que tange seu potencial coletivo, diferindo-a de outras práticas corporais coletivas esportivizadas e de rendimento, colocando-a, assim, na contramão das tendências do processo de individualização da sociedade (BAUMAN, 2009). É por essa razão que a GPT defendida neste trabalho é, antes de muitas outras características, uma prática corporal expressiva coletiva.

Essa compreensão se dá a partir do momento em que percebemos o quanto a GPT contorna qualquer tentativa de classificação. Ao dialogar com campos que possivelmente poderiam enquadrá-la em determinado lugar, como o Esporte ou a Arte, cumprindo assim a necessidade de encaixar-se em determinado grupo, a GPT “escapa” na medida em que suas fronteiras – ou ainda, não fronteiras – não permitem a limitação necessária para que seja classificada. Nesse sentido, ela desafia a necessidade cartesiana de classificação das coisas e práticas, ou ainda, o olhar binário do “é ou não é”. Por esse motivo, talvez o resultado dessa complexidade originada

pelas reflexões feitas neste estudo nos indique a importância de repensar a real necessidade do constante e comum exercício de classificar a prática, isto é, de colocar a GPT numa relação de paridade com outras práticas, paridade que ela parece transcender, sendo capaz de transitar entre diferentes práxis em diferentes contextos.

Amplas também são, portanto, suas possibilidades atreladas a coletividade. É acreditando, então, nesse potencial coletivo, que o estudo se propôs a visitar autores que tratam de relações e aspectos inerentes ao convívio de um coletivo. Foram os capítulos dois e três os encarregados por apresentar as teorias e referências utilizadas para pensar os elementos constituintes desse coletivo particular da GPT, que após explorados, puderam ser reunidos no parágrafo seguinte, com intuito de sintetizar, em poucas palavras, a noção de coletividade empreendida.

É com o **corpo** que compartilhamos as **experiências** no decorrer de um **processo** que exige **tempo**. É por meio do corpo a corpo, da construção de um corpo gímnico, que se constrói o **respeito** que fundamenta as relações de **cooperação**. São esses corpos diferentes, que transitam entre técnicas diferentes, de ginásticas diferentes, que possibilitam a **participação ativa** dos integrantes que, nesse espaço, possuem voz para o compartilhamento de suas **experiências individuais**. É esse corpo que é ou se torna gímnico, mas não rígido, que materializa as **construções coletivas**, produtos inacabados dos **conflitos** e **dos consensos** do coletivo, permitindo que esse corpo **pertença** ao coletivo na medida em que **se reconhece** e reconhece os outros corpos. São **rituais** do corpo, dos corpos de um coletivo gímnico, por fim, que se fazem presentes nesse espaço de prática que se transfigura em uma **comunidade**.

O grupo que consegue integrar à sua convivência esses elementos, desenvolvendo a prática da GPT a partir de seu potencial coletivo, eleva a prática a outro nível, transformando-a em um campo intenso de prática corporal e social. Sendo o coletivo dependente de seus integrantes, cada grupo pode desenvolver uma coletividade única, que por vezes acentua certos elementos em comparação a outros, ou ainda até incluem novos elementos à noção de coletividade. O importante, entretanto, é não renunciar esse potencial. Por isso, retomamos: um grupo de GPT

evolui ou não seu coletivo a partir da maneira com que o próprio grupo compreende a prática. É necessário utilizar a lente da GPT para olhar para sua prática e não simplesmente desenvolvê-la a partir de uma lógica incoerente com suas particularidades, isto é, que vai na contramão da diversidade e da heterogeneidade possibilitadas pela GPT.

A dificuldade no trajeto desta pesquisa mora exatamente no exercício do diálogo entre a reflexão e a práxis, uma vez que a tarefa de dobrar a teoria sobre a própria teoria, de operar conceito sobre conceito, exige o esforço de trabalhar com o que se tem em mãos, sem deixar escapar a coerência analítica que garante que aquilo que refletimos e escrevemos possa ser aplicado. Nesse sentido, já alertava Russell (sem data) que

[q]uando você está estudando um assunto ou considerando alguma filosofia, pergunte a si mesmo, somente: "Quais são os fatos? Quais são os fatos que a verdade revela?". Nunca se deixe divergir pelo que você gostaria de acreditar ou pelo que você acha que traria benefícios às crenças sociais se fosse acreditado. Olhe apenas e somente para quais são os fatos.

Foi com esse intuito que buscamos construir nossa argumentação com elementos que a própria prática nos oferece para reflexão a partir de sua lógica. Embora saibamos que, como qualquer outra construção científica, nosso estudo está exposto à imparcialidade daqueles que o construíram, apoiarmo-nos nos elementos objetivos que tangem a prática foi uma escolha e uma estratégia para que a teoria elaborada tivesse objetividade suficiente para ser considerada pelos nossos pares acadêmicos e por aqueles que fazem com que essa prática aconteça nos mais diferentes lugares – coordenadores, professores, treinadores.

Por fim, a emergência da realização deste trabalho versa sobre convicção, soando quase como que uma "advocacia acadêmica" em relação a prática estudada. Trata-se de nossa convicção de que a GPT pode se caracterizar como uma prática corporal para além do eu, sendo um espaço diferenciado para o fomento das relações humanas. Trata-se da convicção de que a GPT pode ser uma prática do saber fazer, mas também do saber pensar, estimulando a vivência de experiências

que são ressignificadas e não apenas reproduzidas. Ainda, trata-se da convicção de que essa prática corporal pode, quando compreendida pela coletividade, oferecer as condições e as possibilidades necessárias para o exercício de comunicação profunda que molda, através do tempo "outro", um coletivo de corpos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AFONSO, Ana Paula. **Comunidades de aprendizagem**: um modelo para a gestão da aprendizagem. II Conferência Internacional Challenge, 2001.
- ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, Ano XVIII, Nº 20, nov., 1999, pp. 50-53.
- ALMEIDA, Tabata Larissa. **Composição coreográfica coletiva e tematização como estratégias pedagógicas para o ensino/aprendizagem da acrobacia coletiva**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- AMARAL, Shirlena Campos de Souza; PINHO, Leandro Garcia; NASCIMENTO, Giovane. Modernidade e individualismo sob a ótica de Bauman e Giddens. **Revista Científica Internacional**, ed. 29, v. 1, n. 9, abr./jun., 2014.
- AMARO, João Paulo. **Sentimento Psicológico de Comunidade**: Uma revisão. Análise Psicológica, v. 1, n. XXV, 2007, pp. 25-33.
- ANTUALPA, Kizzy Fernandes; MENEGALDO, Fernanda Raffi. Diálogo da Ginástica Rítmica com a Ginástica para Todos: contribuições para a construção coreográfica. In: OLIVEIRA, Michelle; TOLEDO, Eliana de. **Ginástica para Todos**: possibilidades de formação e intervenção. UEG: Anápolis, 2016.
- ARENARI, Brand. Ferdinand Tönnies e o romantismo trágico alemão: revisitando um clássico esquecido. **PERSPECTIVAS ONLINE**, Campos dos Goytacazes, v.1, n.4, 2007, pp. 35-49.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDT, Hannah. Trabalho, obra e ação. Tradução de Adriano Correia e revisão de Theresa Calvet de Magalhães. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 7, n. 2, 2005, pp. 175-201.

ARTUSI, Maryland Ribeiro da Silva. **Diagnóstico dos principais eventos de Ginástica Geral no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, 2008.

AYOUB, Eliana. **A ginastica geral na sociedade contemporânea: perspectivas para a Educação Física escolar**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e Educação Física escolar**. Campinas: Unicamp, 2013.

BALBINO, Hermes; PAES, Roberto Rodrigues. **Jogos desportivos coletivos e as inteligências múltiplas: bases para uma proposta em pedagogia do esporte**. Hortolândia, UNASP, 2007.

BARBANTI, Valdir. **Dicionário de educação física e esporte**. São Paulo: Manole, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **O medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAYER, Claude. **La enseñanza de los juegos deportivos colectivos**. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Volume 1. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERTOLINI, Cláudia. **Ginástica geral na escola: uma proposta pedagógica desenvolvida na rede estadual de ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BEZZERA, Elizabeth Jatobá. **A Educação Física Escolar e a sociedade contemporânea: individualismo X ética solidária.** AFIRSE, 2001.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Família, sociedade e educação: um ensaio sobre individualismo, amor líquido e cultura pós-moderna. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 102, jan./dez. 2007, pp. 591-610.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. A Ginástica Artística estudada a partir da ótica da Praxiologia Motriz: reflexões preliminares. In: RIBAS, João Francisco Magno. **Jogos e Esportes: Fundamentos e Reflexões da Praxiologia Motriz.** Editora UFSM, Santa Maria, 2008b.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **La lógica interna de la Gimnasia Artística Masculina y estudio etnográfico de un Gimnasio de alto rendimiento.** 2004. Tese (Doutorado em La investigación en la actividad física y deporte) – Universidade de Lleida, 2004.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **Lá lógica pedagógica de la Gimnasia: entre la ciencia y el arte.** Acción Motriz, n. 9, jul./dez., 2012.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. **O caráter Objetivo e o Subjetivo da Ginástica Artística.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Uma reflexão sobre o conceito de técnica na Ginástica Geral. In: PAOLIELLO, Elizabeth. **Ginástica Geral: experiências e reflexões.** São Paulo: Phorte, 2008a, pp. 167-190.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução.** Ijuí: Unijui, 2005.

BRANCALEONE Cássio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, 2008.

BRASIL. **O Ministério.** Site oficial do Ministério do Esporte, Governo Federal, 2017.

BRATIFISCHE, Sandra Aparecida; CARBINATTO, Michele Viviene. Inovação e criação de materiais: em busca da originalidade da Ginástica para Todos. In: MIRANDA, Rita de Cássia Fernandes; EHRENBURG, Mônica Caldas; BRATIFISCHE, Sandra Aparecida. **Temas emergentes em Ginástica para Todos**. Fontoura: Várzea Paulista, 2016.

CAMARGO, Silvio. Experiência social e crítica em André Gorz e Axel Honneth. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out. 2010, pp. 107-120.

CARVALHO, Kássia Mitally; ZILBERBERG, Tatiana Passos; REIS, Lorena Nabanete; DODÓ, Aline Menezes; PONTES, João Airton de Matos. Ginástica para Todos no Ceará: história da modalidade do estado. **Conexões Campinas**, SP, v. 14, n. 4, out./dez. 2016, pp. 3-24.

CATTAPAN, Pedro. Arte e análise: vias de abertura à alteridade nas sociedades contemporâneas. **Psychê**, Ano X, n. 19, São Paulo, set./dez. 2006, pp. 65-80.

CHAPARIM, Fernanda Célia Alcântara Silva. **Desvelando os significados da vivência da ginástica gera para adolescentes de uma instituição salesiana de proteção à criança e ao adolescente**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

COLLINS, Randall. **Interaction ritual chains**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

COLOMBO, Maristela. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. **Revista Brasileira de Psicodrama**. 2012.

CORREIA, Filomena; COSME, Ariana. Contributos para a compreensão do conceito de comunidade e escola comunidade Educativa. **Anais do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, Instituto Politécnico da Guarda, jun./jul., 2011.

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n. 1, 2009.

DAÓLIO, Jocimar. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos – modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer. **Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília**, v. 10, n. 4, 2002.

DE ROSE JUNIOR, Dante. **Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DESIDERIO, Andrea. **Qualidade de vida e Ginástica Geral: possíveis aproximações**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

DUROZOI, Gerard.; ROUSSEL, Andre. **Dicionário de Filosofia**. Campinas: Papirus, 1993.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, v. 3, n. XXVIII, 2010, pp. 451-464.

ESSA, Samir Abdel-Nabi Essa. Effect of developing coordination abilities on improving performance level for gymnastics for all shows players. **Journal of Applied Sports Science**, n. 1, v. 6, mar. 2016.

FERREIRA, Fabrício Gurkewicz; RODRIGUES, Minéia Carvalho. A prática pedagógica da Ginástica Geral nas escolas públicas de Barra do Garças (MT). **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 65-79, jul./dez. 2014.

FIG. **Apparatus in Gymnastics for All**, 2018. Disponível em: [http://www.fig-gymnastics.com/publicdir/rules/files/en Apparatus%20Norms.pdf](http://www.fig-gymnastics.com/publicdir/rules/files/en_Apparatus%20Norms.pdf). Acesso em fev. 2018.

FIG. **Code of points Rhythmic Gymnastics**, 2017. Disponível em: http://www.fig-gymnastics.com/publicdir/rules/files/en_RG%20CoP%202017-2020%20updated%20with%20Errata%20February%202017.pdf. Acesso em: fev. 2018.

FIG. **FIG decision-making bodies greenlight inclusion of a new discipline**, 2017. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/site/figNews/view?id=1795>. Acesso em fev. 2018.

FIG. **FIG Foundation**, 2014a. Disponível em: <http://www.fig.net/figfoundation/>. Acesso em fev. 2018.

FIG. **General Gymnastics**. Suíça, 2006b.

FIG. **History goes on**. Suíça, 2006a.

FIG. **History of Gymnastics for All**, 2014c. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/site/page/view?id=382>. Acesso em fev. 2018.

FIG. **Manual of Gymnastics for All**, 2016b. Disponível em: http://www.fig-gymnastics.com/publicdir/rules/files/en_Gymnastics%20for%20All%20Manual%20Edition%202016.pdf. Acesso em fev. 2018.

FIG. **Milestones**. Lausanne: Suíça, 2016a.

FIG. **The importance of Sport for All**, 2014b, Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/site/page/view?id=383>. Acesso em fev. 2018.

FIORIN-FUGLSANG, Cristiane Montozo; PAOLIELLO, Elizabeth. Possíveis relações entre a Ginástica Geral e o Lazer. In: PAOLIELLO, Elizabeth. **Ginástica Geral: experiências e reflexões**. São Paulo: Phorte, 2008. pp. 97-120.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREITAS, César Gomes de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

GAMA, Leonardo Rocha da. **Ginástica e ética na escola: apontamentos para compreender a convivência humana**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GANELIE, Rosana Santana. **Ginástica Geral na Educação não-formal: uma experiência no Clube Municipal Roberto ângelo Barbosa**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GARCIA, Claudia Amorim; COUTINHO, Luciana Gageiro. Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. **Psychê**, Ano VIII, n. 13, São Paulo, jan.-jun./2004.

GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre: Globo, 1970.

GÓMEZ, Wilson de Jesus Mazo. Elementos constitutivos para uma bioética em Humberto Maturana. **Revista Lasallista de Investigación**, v. 11, n. 1, 2014, pp. 181-91.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 2005.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de educação física**. 3ª Edição Revisada e ampliada. Ijuí: UNIJUÍ, 2014.

GRANER, Larissa; PAOLIELLO, Elizabeth; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Grupo Ginástico Unicamp: potencializando as ações humanas. In: BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; PAOLIELLO, Elizabeth. **Ginástica para Todos: um encontro com a coletividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

GROPPO, Luiz Antonio. Comunidade, sociedade e integração sistêmica: as possibilidades de uma educação sócio-comunitária emancipatória. **Comunicações: Revista do Programa de Pós-graduação da UNIMEP**, ano 13, n. 2, nov. 2006, pp. 114-131.

GUAY, Donald. **La culture sportive**. Paris: Presse Universitaires de France, 1993.

GUTIERREZ, Luis Alberto Linzmayer. **Formação humana e Ginástica Geral na Educação Física**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

GUTTMANN, Allen. **From Ritual to Record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University Press, 1978.

HARTMANN-TEWS, Ilse. Sport for All: system and policy. In: NAUL, Roland; HARDMAN, Ken. **Sport and Physical Education in Germany**. Routledge: New York, 2002.

HERMANN, Nadja. Ética, estética e alteridade. Artigo disponível no site do Grupo de Pesquisa Racionalidade e Formação, 2007.

HIMANNEN, Pekka. L'etica hacker e lo spirito dell'età dell'informazione. Universale Economica. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INÁCIO, Humberto Luis de Deus; PERETI, Eden Silva; SILVA, Ana Paula Salles; LIESENFELD, Patrícia Athaydes. Bastidores das práticas de aventura de natureza. In: SILVA, Ana Márcia e DAMIANI, Iara Regina. **Práticas Corporais: experiências em Educação Física para uma Formação Humana**. V. 3. Florianópolis: Nauembru Ciência & Arte, 2005.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha; MENEZES, Ricardo Bezerra; MATOS, José Lindoval Lima; MAIA, Gládia Lorena Lima. Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. **Cad. EBAPE.BR**, dez. 2005, v.3, n.4, pp. 01-17.

KAUFFMAN, Alessandra Precinda; BROCH, Caroline; PIZANI, Juliana; TEIXEIRA, Fabiane Castilho; RINALDI, Ieda Parra Barbosa. A produção de conhecimento em ginástica para todos: uma análise de teses e dissertações de 1980 a 2012. **Conexões**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, jul./set. 2016, pp. 3-22.

KRAMER, Sonia. Linguagem, cultura e alteridade: Para ser possível a educação depois de Auschwitz, é preciso educar contra a barbárie. **Enrahonar**, V. 31, pp. 149-159, 2000.

LAGARDERA, Paco; LAVEGA, Pere. **La ciencia de la acción motriz**. Edicions de la Universitat de Lleida, 2004.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Tradução por Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEGRAND, Gerárd. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Edições 70, 1983.

LELES, Marília Teodoro de; NAKATANI, Lariza Zanini César; SOUZA, Samanta Garcia de; LOPES, Lara Torres; NETO, Othon Viollati; MONTEIRO, Thiado Sousa. Ginástica para Todos na extensão universitária: o exercício da prática docente. **Conexões Campinas**, SP, v. 14, n. 3, jul./set. 2016, pp. 23-45.

LEMOS, Carolina Teles. A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio à sociologia da religião. **Estudos de Religião**, v. 23, n. 36, jan./jun. 2009, pp.201-216.

LIMA, Leticia Bartolomeu Queiroz; MURBACH, Marina Aggio; AFONSO, Paulo Roveri; SANTOS, Patricia Gracioli; SCHIAVON, Laurita Marconi. A ginástica geral no ensino fundamental na cidade de Rio Claro-SP: a perspectiva dos alunos. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. especial, mai. 2015, pp. 27-38.

LINK, Annelise; MANTOVANI, Danielle; CARBINATTO, Michele Viviene. Ginástica para Todos no Rio Grande do Sul: desafios e perspectivas. **Conexões Campinas**, SP, v. 14, n. 4, pp. 25-46 out./dez. 2016.

LOPES, Priscila Lopes; LEAL, Juliana; VALIENGO, Amanda; GONÇALVES, Edvânia; GOMES, Nayara; PESSOA, Taynara. Ginástica para Todos e literatura: realidade, possibilidades e criação. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. especial, mai. 2015, pp. 127-146.

MANCEBO, Deise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicol. cienc. prof.* vol. 22, n. 1, Brasília, mar. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAROUN, Kalyla. Ginástica Geral e Educação Física Escolar: uma possibilidade de intervenção pautada na diversidade cultural. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 19, janeiro/junho de 2015.

MARQUES, Renato Francisco Marques; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **CONEXÕES**, Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 2, 2008.

MATEU, Mercè; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Lá lógica interna del Circo: rasgos fundamentales. In: RIBAS, João Francisco Magno. **Praxiologia Motriz na América Latina: aportes para a didática na Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2017.

MATTOS, Olgária. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. **ComCiência**, n. 101, Campinas, 2008.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablume, 2009.

MATURANA, Humberto, REZEPKA, Sima Nisis. **Formacion humana y capacitacion**. Santiago: Dolmen, 1995.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Introdução a uma leitura de Marcel Mauss**. São Paulo: Ática, 1979, pp. 147-153.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, (1923-24), 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MAYEDA, Silvia; ARAÚJO, Paulo. Uma proposta de ginástica geral para deficientes físicos. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, SP, v. 4, n. 4/5, jan./dez. 2004.

MECHBACH, Jane; LUNDQUIST WANEBERG, Pia. The World Gymnaestrada: a non-competitive event. **Scandinavian Sport Studies Forum**, v. 2, 2011, pp. 99-118.

MENEGALDO, Fernanda Raffi; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. O ensino da Ginástica Rítmica: em busca de novas estratégias pedagógicas. **Motrivivência, Florianópolis/SC**, v. 29, n. 52, set. 2017, pp. 305-318.

MENEGALDO, Fernanda Raffi; TOLEDO, Eliana de; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. A parceria público-privada no contexto esportivo: o caso de uma equipe de ginástica rítmica da cidade de Campinas-. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo. v. 31, supl. 10, out. 2017, pp. 15-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/1807-55092017000v31s10015>.

MENEGALDO, Fernanda Raffi; TOLEDO, Eliana; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. A parceria público-privada no contexto esportivo: o caso de uma equipe de Ginástica Rítmica da cidade de Campinas-SP. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, (São Paulo) out. 2017, n. 31, supl. 10, pp. 15-28.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Versão on-line, 2017.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, jul./set. 1993, pp. 239-262.

MITROVITCH, Caroline. **Experiência e formação em Walter Benjamin**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Paulista Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, 2007.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica a sociologia contemporânea. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2011, pp.105-125.

MOCELLIM, Alan. **Simmel e Bauman: modernidade e individualização**. Em *Tese*, v. 4, n. 1, ago./dez. 2007, pp. 101-118.

MORENO, Bruno Stramandinoli.; MACHADO, Afonso Antonio. Esporte e sociedade global: as subjetividades na contemporaneidade. **Revista Educação Física UEM**, Maringá, v. 15, n. 1, 1. sem. 2004, pp. 81-87.

MURAYAMA, Michele Naomy Gusikuda. **Composição coreográfica em ginástica geral tendo como elemento principal a Ginástica Acrobática: a dificuldade na elaboração de transições de uma figura para a outra**. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual Campinas, 2009.

NARDI, Henrique Caetano. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2003, pp. 37-56.

OLIVEIRA, Livia. **Grupo Ápeiron: uma ginástica entre o esporte e a arte**. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de Oliveira. Ginástica para Todos: perspectivas no contexto do lazer. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 1, 2007, pp. 27-35.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de Oliveira; STADNIK, Adriana Maria Wan. Grandes eventos esportivos: um olhar sobre o contexto europeu e o seu movimento de esporte para todos na atualidade. **Motrivivência**, Ano XVIII, n. 27, dez. 2006, pp. 19-32.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz; LOURDES, Luis Fernando Costa. Ginástica geral na escola: uma proposta metodológica. **Pensar a Prática**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004, pp. 221-230.

OLIVEIRA, Valdomiro; PAES, Roberto Rodrigues. A pedagogia da iniciação esportiva: um estudo sobre o ensino dos jogos desportivos coletivos. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires: ano 10, n. 71, abr. 2004.

PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE JR, Dante (org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PALOMARES, Barbara Raquel; FELIX, Maria Tatiana de Lima Rocha. A experiência da composição coreográfica em festivais de ginástica para todos com alunos do ensino superior: a percepção dos coreógrafos. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 14, n. 2, 2015.

PAOLIELLO, Elizabeth. Nos Bastidores da Ginástica Geral: o significado da prática. In: PAOLIELLO, Elizabeth. **Ginástica Geral**: experiências e reflexões. São Paulo: Phorte, 2008. pp. 191-216.

PAOLIELLO, Elizabeth; TOLEDO, Eliana; AYOUB, Eliana; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; GRANER, Larissa. **Grupo Ginástico Unicamp: 25 anos**. Campinas: Unicamp, 2014.

PARLEBAS, Parlebas. **Léxico de Praxiologia Motriz juegos, deporte y sociedad**. Barcelona, Editorial Paidotribo, 2001.

PATRICIO, Tamiris Lima. **Panorama de Ginástica para Todos no Brasil**: um estudo sobre a invisibilidade. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2016.

PATRICIO, Tamiris. Lima; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; CARBINATTO, Michele Viviene. Festivais de ginástica no mundo e no Brasil: reflexões gerais. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, (São Paulo),, v. 30, n. 1, pp. 199-216, jan./mar. 2016.

PEIRANO, Mariza. Temas ou teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Do Ritual à Performance: abordagens teóricas num campo emergente no Brasil", coordenada por Esther Jean Langdon, **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Goiânia, jun. 2006.

PEREIRA, Marcelo Andrade. Juventude, experiência e conhecimento em Walter Benjamin, para um novo saber da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2009, pp. 242-257.

PÉREZ GALLARDO, Jorge Sergio. A proposta de Ginástica Geral do Grupo Ginástico Unicamp. In: AYOUB, Eliana; SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado de; PÉREZ GALLARDO, Jorge Sergio. **Coletânea**: Textos e sínteses do I e do II Encontros de Ginastica Geral. Campinas, Gráfica Central-Unicamp, 1997, pp. 25-32.

PÉREZ GALLARDO, Jorge, SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado. La experiência del Grupo Ginástico Unicamp en Dinamarca. In: **CONGRESSO LATINO AMERICANO ICHPER-SD**, 3, Foz do Iguaçu. Anais ... Foz do Iguaçu: ICHPER-SD, 1995, pp. 292-298.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunidade em tempo de redes. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. **Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?** Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002, pp. 275-298

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, dez. 2009, pp. 139-152.

PIZANI, Juliana; SERON, Vanessa; RINALDI, Ieda Parra Barbora Rinaldi. Formação inicial em educação física na cidade de Maringá: a ginástica geral em questão. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 4, out./dez. 2009, pp. 900-910.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Da "Ginástica para a juventude" a "A Ginástica alemã": observações acerca dos primeiros manuais alemães de ginástica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 2, 2015, pp. 111-118.

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José. A gestão do processo organizacional do jogo: uma proposta metodológica para o ensino dos jogos coletivos. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 13, n. 1, jan./mar., 2007, pp. 51-63.

ROBLE, Odilon José. A Ginástica Geral como foco expressivo. **Anais do Fórum Internacional de Ginástica Geral**. UNICAMP/SESC: Campinas, 2001.

ROCHA, Gilmar. Marcel Mauss e o significado do corpo nas religiões brasileiras. **INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 3 n. 4, 2008, pp. 133-150.

RODRIGUES, Eduardo Fantato Rodruiges; MONTAGNER, Paulo César. Esporte-espetáculo e sociedade: estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar. **Conexões**, Campinas, v.1, n1, 2003.

SALLES, Cecília Almeida. **Redes da Criação**. Construção da obra de arte. São Paulo: Horizonte, 2008.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de trabalhos científicos 10. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANIOTO, Henrique; **Contribuindo para a formação humana dos adolescentes da FEBEM por meio da Ginástica Geral**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANTIN, Silvano. **Educação Física**: da alegria do lúdico a opressão do alto rendimento. 3ª edição ampliada. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

SANTOS, José Carlos Eustáquio; SANTOS, Nadja Glória Marques. **História da Ginástica Geral no Brasil**. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1999.

SAROA, Giovanna. **A constituição e o processo coletivo de criação do Grupo Ginástico Unicamp pelas vozes de seus coordenadores**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SCARABELIM, Maria Letícia Abud; TOLEDO, Eliana. Proposta de criação de uma ficha analítica de composições coreográficas na ginástica para todos: primeiros ensaios. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. especial, mai. 2015, pp. 181-196.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **Juntos**: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012a.

SENNETT, Richard. **Juntos**: rituales, placeres y política de cooperación. Barcelona: Anagrama, 2012b.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SENNETT, Richard. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, A. M. **Esporte espetáculo**: a mercadorização do movimento corporal humano. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. As práticas corporais em foco: a análise da experiência em questão. In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina. **Práticas Corporais**: experiências em Educação Física para uma Formação Humana. Vol 3. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, 2005, pp. 187-207.

SILVA, Helen Maria Rodrigues. **Ginástica Geral**: resistência ao processo de esportivização. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Ludmila de Andrade Bezerra da Costa. **Ginástica para todos na formação inicial em Educação Física na grande Florianópolis-SC: o conhecimento dos docentes.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVA, Tailan Ewerk Dantas; ZYLBERBERG, Tatiana Passos. Possibilidades de inserção da cultura popular da região norte do Brasil em coreografias de Ginástica para Todos. **Conexões**, Campinas, SP, v. 14, n. 4, out./dez. 2016, pp. 47-75.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** Campinas: Papirus, 1998.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação do corpo. **Educ. Rev.** no.16 Curitiba, jan./dez. 2000.

SOARES, Daniela Bento; ALMEIDA, Tabata Larissa; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Autonomia, criatividade e o processo de construção coletiva na Ginástica para Todos. In: MIRANDA, Rita de Cassia Fernandes; EHRENBURG, Mônica Caldas; BRATIFISCHE, Sandra Aparecida. **Temas emergentes da Ginástica para Todos.** Varzea Paulista: Fontoura, 2016.

SOARES, Daniela Bento; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; AYOUB, Eliana, PAOLIELLO, Elizabeth; CARBINATO, Michele Viviene. Festival nacional de ginástica do Japão: panorama geral e tipologia das composições coreográficas. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. especial, mai. 2015, pp. 127-143.

SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado. **Ginástica Geral: uma área do conhecimento da Educação Física.** 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SOUZA-SILVA, Jader Cristino de; SCHOMMER, Paula Chies. A Pesquisa em Comunidades de Prática: panorama atual e perspectivas futura. **Organização & Sociedade**, vol. 14, n. 44, jan/mar, 2008. pp. 105-127.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

THINES, Georges; LEMPEREUR, Agnes. **Dicionário geral das ciências humanas**. Lisboa: Edições 70, 1984.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad**. Tradução: Josep Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, (1887) 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa e ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Individualismo, liberdade e insegurança na pós-modernidade. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 2, 2012.

VILAÇA, Helena. Recomposições dos rituais contemporâneos: a peregrinação. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XVII-XVIII, 2008, pp. 55-67.

VILASSANTE, Rosalia Carlota Yorges Villasante. Experiencia pedagógica: escuela, familia y Gimnasia General. **Investigación Educativa**, v. 16, n. 29, jan./jul. 2012, pp. 115-124.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. São Paulo: Edições 70, 2009.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice: learning, meaning and identity**. New York: Cambridge, 2006.

WHICMANN, Angela. **Sports tourism participation at the World Gymnaestrada: an expression. And experience of community and identity**. Thesis (Doctor of Philosophy) - University of Brighton, 2014.

WICHMANN, Angela. Commitment, expertise and mutual recognition: oscillating sports tourism experiences of performing and watching at the World Gymnaestrada, **Journal of Sport & Tourism**, dez. 2015c.

WICHMANN, Angela. Diversity versus Unity: A Comparative Analysis of the Complex Roots of the World Gymnaestrada. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n.4, 2015a, pp. 614-629.

WICHMANN, Angela. Participating in the World Gymnaestrada: an expression and experience of community. **Leisure Studies**, ago. 2015b.